

NOVAS LEITURAS DO  
LAZER CONTEMPORÂNEO



## **UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**

**Reitor:** Emmanuel Zagury Tourinho

**Vice-Reitor:** Gilmar Pereira da Silva

**Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação:** Rômulo Simões Angélica

### **NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS - NAEA**

**Diretor:** Durbens Martins Nascimento

**Diretor Adjunto:** Silvio José de Lima Figueiredo

#### **Editora**

Nirvia Ravena - **Editora-Chefe**

Lairson Costa - **Diretor Executivo**

#### **Comissão Editorial**

Edna Castro, NAEA/UFPA

Flavio Gaitán, UNILA

Gisela Leitão, EUC (Colômbia)

Lucimara Costa, UFAM

Marion Glaser, LCTME (Alemanha)

Monica Aparecida da Rocha Silva, UFT

Nirvia Ravena, NAEA/UFPA

Peter May, UFRJ

Renato Boschi, IESP/UFRJ

#### **Coordenação de Comunicação e Difusão Científica**

Ana Lúcia Prado Reis dos Santos

#### **Núcleo de Altos Estudos Amazônicos**

Universidade Federal do Pará

Cidade Universitária José da Silveira Neto

Setor Profissional – Campus Belém

Av. Perimetral, nº 1, Guamá

Belém-PA, Brasil, CEP: 66075-650

Telefone (91) 3201-8521

[www.ufpa.br/naea](http://www.ufpa.br/naea)

[naea@ufpa.br](mailto:naea@ufpa.br); [editora\\_naea@ufpa.br](mailto:editora_naea@ufpa.br)

**Mirleide Chaar Bahia**

Organizadora

**NOVAS LEITURAS DO  
LAZER CONTEMPORÂNEO**

Belém  
NAEA  
2018

**Capa:** Priscila Castro

**Editoração:** Priscila Castro / Ubaldino Scardino

**Revisão:** Lairson Costa

**Ficha catalográfica:** Ruthane Saraiva da Silva (CRB 2/1128)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Biblioteca do NAEA/UFPA

---

Novas leituras do lazer contemporâneo / Mirleide  
Chaar Bahia, organizadora. - Belém, 2018.

164 p.: il.; 21 cm. Série

Inclui bibliografias

Trabalhos apresentados no II Congresso Brasileiro  
de Estudos do Lazer (II CBEL) - XVI Seminário "O  
Lazer em Debate", Belém, PA.

ISBN: 978-85-7143-169-0

1. Lazer - Aspectos ambientais - Amazônia. 2.  
Lazer - Prática - Amazônia. 3. Lazer - Política  
governamental - Amazônia. 4. Sustentabilidade e Meio  
ambiente- Amazônia. I. Bahia, Mirleide Chaar.

CDD 22. ed. 306. 481209811

---

# SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>APRESENTAÇÃO</b>   | <b>7</b>  |
| <b>A CRIAÇÃO DO SEMINÁRIO “O LAZER EM DEBATE”<br/>E SUA TRANSFORMAÇÃO EM “CONGRESSO<br/>BRASILEIRO DE ESTUDOS DO LAZER”</b> | <b>11</b> |
| Christianne Luce Gomes<br>Hélder Ferreira Isayama   |           |
| <b>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA E PÓS-<br/>GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DO LAZER (ANPEL): UMA<br/>HISTÓRIA RECENTE</b>         | <b>35</b> |
| Victor Andrade de Melo<br>Ricardo Ricci Uvinha  |           |
| <b>OCIO HUMANISTA, UN COMPROMISO CON EL<br/>DESARROLLO PERSONAL Y COMUNITARIO</b>   | <b>53</b> |
| Manuel Cuenca Cabeza  |           |
| <b>PRÁTICAS SOCIAIS DE LAZER NAS CIDADES<br/>AMAZÔNICAS: PESQUISAS COMO REQUISITO PARA<br/>POLÍTICAS PÚBLICAS</b>           | <b>75</b> |
| Rosa Elizabeth Acevedo Marin  |           |
| <b>POLÍTICA PÚBLICA, LAZER E SUSTENTABILIDADE:<br/>DESAFIOS E PERSPECTIVAS</b>  | <b>91</b> |
| Sílvia Cristina Franco Amaral   |           |

**CIDADE, LAZER, POLÍTICAS PÚBLICAS E  
SUSTENTABILIDADE: DESAFIOS E PERSPECTIVAS** **105**

Simone Rechia  
Felipe S. Gonçalves  
Rodrigo França

**TRABALHO, TEMPO LIVRE E LAZER NA  
SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA** **125**

Edna Castro

**O CAMPO DO LAZER, FESTA E POLÍTICA NOS  
ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS** **151**

Silvio Lima Figueiredo

## APRESENTAÇÃO

O campo científico dos Estudos do Lazer – entendido como um campo multidisciplinar – vem se constituindo a partir de discussões contemporâneas sobre contextos históricos, políticos, econômicos, sociais e culturais das múltiplas configurações de sociedades, identificando permanentes transformações, diversidades e desigualdades.

Historicamente, pesquisadores de diversas áreas de conhecimento têm se dedicado ao aprofundamento de tal temática, como a Sociologia, a Antropologia, a Educação Física, o Turismo, a Economia, a Psicologia, a Geografia, entre outras, fato que contribui para solidificar o aspecto interdisciplinar dos Estudos do Lazer.

O “II Congresso Brasileiro de Estudos do Lazer (II CBEL) – XVI Seminário “O Lazer em Debate”, realizado em Belém, no ano de 2016, deu continuidade ao importante processo iniciado desde a realização do primeiro Seminário “O Lazer em Debate”, no ano 2000, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

O II CBEL foi organizado pela Universidade Federal do Pará, por meio do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), em parceria com a Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-graduação em Estudos do Lazer (ANPEL) e teve a duração de três dias, com programações e debates em conferências, mesas-redondas e apresentação de trabalhos e de pôsteres em 11 GTs, garantindo a excelência da produção científica da área em aproximadamente 300 trabalhos aprovados.

Dessa forma, foi possível promover e ampliar o intercâmbio entre acadêmicos, profissionais e instituições interessadas em aprofundar conhecimentos no âmbito dos estudos sobre lazer, do desenvolvimento e da sustentabilidade, divulgar a produção científica na área, e incentivar a geração de conhecimentos e de parcerias entre pesquisadores e estudantes de pós-graduação; contribuir com o debate e qualificar a produção acadêmica sobre tais eixos temáticos de forma interdisciplinar.

A ideia da produção deste livro, denominado *Novas Leituras do Lazer Contemporâneo*, foi sistematizar as importantes contribuições dos pesquisadores

nacionais e internacionais, oriundos de diversas áreas de conhecimento, que estiveram presentes no II CBEL.

Inicialmente, com o objetivo de situar historicamente o surgimento desse evento (CBEL), a obra traz as importantes contribuições da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Christianne Luce Gomes (UFMG) e do Prof. Dr. Hélder Ferreira Isayama (UFMG). Assim como se fez imprescindível agregar à obra a história do surgimento da Associação (ANPEL), descrita pelo Prof. Dr. Victor Andrade de Melo (UFRJ) e pelo Prof. Dr. Ricardo Ricci Uvinha (USP).

Além de tais contribuições, fazem parte desta obra os textos da Conferência de abertura do II CBEL, intitulada “Ocio humanista, un compromiso con el Desarrollo Personal y Comunitario” (Prof. Dr. Manuel Cuenca Cabeza - Universidad de Deusto, Bilbao, Espanha); os textos da primeira Mesa-Redonda ocorrida no evento, com a temática “Políticas Públicas, Lazer e Sustentabilidade: Desafios e Perspectivas” (Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rosa Elizabeth Acevedo Marin – NAEA/UFPA; Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Silvia Cristina Franco Amaral – UNICAMP; e Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Simone Rechia – UFPR); e da segunda Mesa-Redonda da programação, com a temática “Lazer, Cultura e Trabalho no século XXI” (Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Edna Castro – NAEA/UFPA e Prof. Dr. Silvio Lima Figueiredo – NAEA/UFPA).

O livro está dividido em oito capítulos, distribuídos da seguinte maneira:

O primeiro capítulo, intitulado “A criação do Seminário ‘O Lazer em Debate’ e sua transformação em ‘Congresso Brasileiro de Estudos do Lazer’”, escrito pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Christianne Luce Gomes e pelo Prof. Dr. Hélder Ferreira Isayama, ambos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), descreve a história desse evento, que teve sua primeira edição em 2000, na UFMG.

No segundo capítulo, cujo título é “Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Estudos do Lazer (ANPEL): uma história recente”, o Prof. Dr. Victor Andrade de Melo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e o Prof. Dr. Ricardo Ricci Uvinha, da Universidade de São Paulo (USP), tratam da trajetória da ANPEL, a qual foi fundada em 2013 por ocasião de uma reunião realizada na Universidade Estadual de Campinas, no período em que aconteceu o XIV Seminário “O Lazer em Debate”.

O terceiro capítulo, escrito pelo Prof. Dr. Manuel Cuenca Cabeza, da Universidad de Deusto, Bilbao, Espanha, tem como temática o “Ocio humanista, un compromiso con el Desarrollo Personal y Comunitario” e busca debater as concepções de ócio e desenvolvimento humano e sua necessária democratização à sociedade.

No quarto capítulo, intitulado “Práticas sociais de lazer nas cidades Amazônicas: pesquisas como requisito para Políticas Públicas”, a Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>

Rosa Elizabeth Acevedo Marin, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA), busca sistematizar e compreender o que mudou na espacialidade e realidade social urbana, as interferências e alterações nas práticas de lazer, sob influência de processos de expansão das cidades amazônicas, entre outros desdobramentos que o texto aborda.

O quinto capítulo tem como temática “Política Pública, Lazer e Sustentabilidade: desafios e perspectivas”, no qual a Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Sílvia Cristina Franco Amaral, da UNICAMP, trata de alguns conceitos e aspectos referentes à sustentabilidade, ao Estatuto da Cidade, à legislação relativa à urbanização das cidades brasileiras e às conexões com políticas públicas de lazer, entre outros debates.

No sexto capítulo, a Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Simone Rechia, o Prof. M. Sc. Felipe S. Gonçalves, e o Prof. M. Sc. Rodrigo França, todos vinculados à Universidade Federal do Paraná (UFPR), escrevem o texto com o título “Cidade, Lazer, Políticas Públicas e Sustentabilidade: desafios e perspectivas”, no qual refletem sobre sustentabilidade e possibilidades vislumbradas a partir da gestão deliberativa e da governabilidade, entre outras reflexões que o texto apresenta.

O sétimo capítulo tem como temática “Trabalho, Cultura e Lazer: tempo de trabalho e tempo livre na sociedade contemporânea”, desenvolvido pela Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Edna Castro, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA), no qual a autora discorre sobre as mudanças na organização do trabalho, nas modalidades de cooperação e suas conexões com o tempo livre da sociedade.

No oitavo capítulo, o Prof. Dr. Silvio Lima Figueiredo traz a temática “O Campo do Lazer, Festa e Política nos Espaços Públicos Urbanos” e debate o lazer nos espaços públicos urbanos e a necessidade de entendê-lo na relação do espaço/tempo com as diversas formas e configurações do trabalho e da política nas sociedades mundiais, nos cotidianos dos grupos e dos coletivos, das festas e rituais.

Expressando agradecimentos a todos os autores aqui citados, que contribuíram enormemente por ocasião do II CBEL e que se dispuseram, de forma generosa e gentil, a elaborar seus textos para a concretização desta obra, acredita-se apresentar aos leitores e pesquisadores da área do lazer um livro que pode contribuir com subsídios para se pensar novos estudos, pesquisas, reflexões e diálogos na referida área.

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Mirleide Chaar Bahia



# A CRIAÇÃO DO SEMINÁRIO “O LAZER EM DEBATE” E SUA TRANSFORMAÇÃO EM “CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS DO LAZER”

Christianne Luce Gomes<sup>1</sup>

Hélder Ferreira Isayama<sup>2</sup>

Este texto tem como objetivo registrar a trajetória do *Seminário “O Lazer em Debate”*, com vistas a compartilhar as iniciativas que culminaram na sua transformação em *Congresso Brasileiro de Estudos do Lazer* (CBEL) em 2014, identificando instituições envolvidas na realização dos eventos e evidenciando as temáticas que integraram a programação científica em cada edição dessa proposta acadêmica.

A ideia de promover um evento anual visando ampliar o intercâmbio entre acadêmicos, profissionais e pesquisadores interessados em aprofundar conhecimentos sobre o lazer foi construída no segundo semestre de 1999. Essa iniciativa representou uma possibilidade de celebrarmos os dez anos de criação do Centro de Estudos de Lazer e Recreação da UFMG

---

<sup>1</sup> Professora da Universidade Federal de Minas Gerais, onde leciona na graduação (cursos de Educação Física, de Turismo e de Terapia Ocupacional) e no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer. Doutora em Educação, com Pós-doutorado em Ciências Políticas e Sociais (2012) e Estágio Sênior na Universidade de Barcelona (bolsa CAPES, 2017-2018). Pesquisadora do CNPq desde 2015 (Bolsista de Produtividade em Pesquisa) e da FAPEMIG (2008-2017). Líder do Grupo de Pesquisa LUCE - Ludicidade, Cultura e Educação. Email: [chris@ufmg.br](mailto:chris@ufmg.br)

<sup>2</sup> Doutor em Educação Física pela Unicamp e Pós-Doutor em Educação pela UFRJ. Docente e subcoordenador do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da UFMG. Líder do *Oricolé* – Laboratório de Pesquisa sobre Formação e Atuação Profissional no Lazer da UFMG. Coordenador Geral do Programa de Acompanhamento e Formação dos Programas de Esporte e Lazer do Ministério do Esporte. Editor da Revista *Licere*.

(CELAR)<sup>3</sup>, a serem cumpridos no dia 12/03/2000, de maneira que pudéssemos colaborar com a produção/socialização de novos saberes sobre essa temática em nosso contexto.

Assim, a primeira década do CELAR/UFMG foi comemorada em Belo Horizonte no mês de março de 2000, na ocasião do *I Seminário “O lazer em debate”*, um evento acadêmico de pequeno porte realizado na UFMG. Naquela ocasião, foram reunidos 170 participantes interessados no debate de questões pertinentes ao lazer no despontar do século XXI.

Esse evento acadêmico foi concebido e inicialmente coordenado por nós, Christianne e Hélder, com o imprescindível apoio e incentivo de muitos colegas que são parceiros de projetos e ações que desenvolvemos na UFMG, até os dias atuais. Por isso, desde o início, não pensávamos em um evento “da UFMG”, embora ele tenha sido realizado anualmente ali, muitas vezes, nos seus primeiros 15 anos. Nossa intenção era que esse Seminário constituísse um espaço alternativo para que professores, estudantes e profissionais pudessem debater o lazer, estabelecer parcerias e socializar o conhecimento sistematizado nas pesquisas dedicadas a essa temática. Para isso, a meta sempre foi reunir, no máximo, 200 participantes.

O primeiro Seminário foi realizado entre os dias 24 e 26/3/2000 e teve como objetivo ampliar o intercâmbio entre acadêmicos, profissionais e instituições interessadas em aprofundar conhecimentos na área do lazer, contribuindo para fomentar o debate sobre essa temática no âmbito da formação/atuação profissional em diferentes perspectivas. Além disso, pretendia se somar a duas outras iniciativas já existentes no campo da recreação e do lazer: o

---

<sup>3</sup>O CELAR, vinculado ao Departamento de Educação Física da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais, foi criado em 1990 por iniciativa da professora Leila Mirtes S. M. Pinto, com o objetivo de construir e socializar conhecimentos sobre o lazer e temas afins. Ao longo de sua trajetória, o CELAR realizou consultorias, cursos de extensão e de Especialização no nível de pós-graduação *lato sensu*, entre outras atividades. Quando assumimos a coordenação do CELAR, em 1997, demos continuidade a esses empreendimentos e procuramos investir em publicações, eventos e outras atividades acadêmicas formativas, com destaque para a Revista Licere e o Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer (PPGIEL), que foi criado em 2006 e hoje conta com os níveis de mestrado e de doutorado.

Encontro Nacional de Recreação e Lazer (ENAREL)<sup>4</sup> e o “GTT Recreação e Lazer” do Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE)<sup>5</sup>.

Para a conferência de abertura do *I Seminário “O lazer em debate”*, convidamos o professor Nelson Carvalho Marcellino, à época vinculado à Unicamp, para discutir o tema “O lazer na sociedade brasileira: Perspectivas na formação/atuação profissional”. Como debatedora, foi convidada Lucíola Licínio Paixão Santos, professora da Faculdade de Educação da UFMG. No dia seguinte, foram realizadas três mesas-redondas, e a primeira delas foi sobre a temática “Lazer e juventude”, contando com a participação de três docentes: Maria Cristina Rosa (UFOP), Ricardo Ricci Uvinha (FEFISA) e Victor Andrade de Melo (UFRJ). A segunda mesa-redonda foi sobre “Lazer e participação popular”, com a participação de Patrícia Zingoni (UNI-BH), Rodolfo Cascão Inácio (PBH) e Silvia Cristina Franco Amaral (UFRGS). A terceira mesa tratou do tema “Lazer e grupos sociais”, com Kátia Cristina Calegari (UNIP), Lígia Maria de Godoy Carvalho (Clínica Ludens/Campinas) e Vânia Noronha (UNI-BH). A mesa de encerramento do evento versou sobre a temática “Lazer e mercado” e contou com os palestrantes Edmur Stoppa (FIG/SP), Leila Mirtes S. M. Pinto (UNI-BH) e Silvio Ricardo da Silva (UFV). A maioria desses professores, hoje, está trabalhando em outras universidades e instituições brasileiras. Os textos dos palestrantes foram publicados na Revista *Licere*<sup>6</sup> (n. 1, v. 3, 2000) e estão disponíveis no site da revista ([www.eeffto.ufmg.br/licere](http://www.eeffto.ufmg.br/licere)).

<sup>4</sup>O Encontro Nacional de Recreação e Lazer (ENAREL) foi criado em 1989, em Brasília - DF, pela liderança do professor Antonio Carlos Bramante, que organizou um grupo de profissionais interessados nas temáticas da recreação e do lazer. Esse evento ocorre anualmente e, no ano de 2017, será realizada sua 29ª versão.

<sup>5</sup>Os Grupos de Trabalho Temáticos (GTTs) foram incorporados ao Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE) no ano de 1997, com a perspectiva de ampliar o envolvimento dos participantes, bem como para democratizar e socializar o conhecimento produzido sobre diferentes temáticas. No que se refere à recreação e ao lazer, foram convidados os professores Nelson Marcellino e Leila M. S. M. Pinto para coordenarem a primeira gestão do grupo (PINTO, 2000). Atualmente, esse GTT é denominado “Grupo de Trabalho Lazer e Sociedade”.

<sup>6</sup>A Revista *Licere* é um periódico editado, atualmente, pelo *Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer* da UFMG. Tem periodicidade trimestral e recebe contribuições de profissionais, pesquisadores e estudantes de diferentes áreas de formação e atuação, desde que tenham o intuito de contribuir com o avanço das discussões sobre o lazer.



O II Seminário “O lazer em debate” ocorreu de 11 a 13/5/2001, confirmando a periodicidade anual do evento. Essa segunda promoção foi uma parceria do CELAR/UFMG com o Unicentro Newton Paiva e a Faculdade de Estudos Administrativos (FEAD), ambos de Belo Horizonte. Na fase de planejamento, procuramos contemplar as críticas e sugestões apontadas na avaliação do evento anterior, e uma delas dizia respeito à programação do seminário: além das exposições dos palestrantes em mesas-redondas, foi criado um espaço para a apresentação de trabalhos, denominados “temas livres”, e incluída uma programação cultural. Assim, a segunda edição do Seminário foi iniciada com um Painel de debates sobre o tema “Lazer, cultura e consumo”, tendo como debatedoras as professoras Gisela Black Tashner (FGV/RJ) e Heloisa Turini Bruhns (Unicamp).



Outras mesas-redondas foram realizadas: “Lazer e meio ambiente” (participação de Angela C. F. Lara/ONG Terra Brasilis; Alcyane Marinho e Angelo R. Christoffoli/Univali); “Lazer e conteúdos culturais” (Giuliano G.A. Pimentel; Angela B. Coelho Café/UFG, e Welington T. Srбек/Revista Mirabilia), além da mesa-redonda “Lazer e trabalho” (Ailton V. Guimarães/CEFET Araxá; Euclides Guimarães/PUC-MG e Fernando Mascarenhas/UFG). Foram também realizadas 7 sessões temáticas com os trabalhos inscritos e aprovados no evento, que foram apresentados como 21 temas livres em “mesas temáticas”. Em vez de definirmos previamente os temas das mesas que acolheriam os trabalhos aprovados no evento, nos esforçamos por estruturá-las com base nas demandas dos autores, o que permitiu um debate mais diversificado sobre o lazer. Esses trabalhos foram publicados, na íntegra, junto com os textos dos palestrantes, numa Coletânea impressa (GOMES; ISAYAMA, 2001).

Na segunda edição do evento, observamos uma maior participação de professores, estudantes e profissionais vinculados a distintas áreas do conhecimento: Educação Física, Turismo, Sociologia, História e Biologia, entre outras. Além disso, foi significativa, novamente, a participação de inscritos oriundos de instituições sediadas em diferentes Estados brasileiros.

Procurando acolher as sugestões apresentadas nos dois primeiros anos, empenhamo-nos ainda mais para diversificar a programação do evento. Dessa forma, além dos debates empreendidos na conferência de abertura, nas mesas-redondas e mesas temáticas – geradoras de frutíferas e multidisciplinares discussões –, no *III Seminário “O Lazer em debate”* ampliamos as possibilidades de construir o conhecimento com colóquios científico-culturais e sessões de pôsteres. Do total de trabalhos recebidos, 45 foram aprovados pela comissão científica e publicados na Coletânea impressa do evento, que ocorreu entre os dias 6 e 8/6/2002. Foi, assim, novamente promovido pelo CELAR e contou com o apoio do Programa de Apoio Integrado a Eventos (PAIE/PROEX/UFGM) e de algumas instituições universitárias de Belo Horizonte: Unicenro Newton Paiva, Faculdade de Estudos Administrativos (FEAD), Fundação Mineira de Educação e Cultura (FUMEC), Centro Universitário de Ciências Gerenciais (UNA) e Faculdade Promove. A partir dessa terceira edição, incentivamos ainda mais os colegas de outras universidades para que, futuramente, pudessem sediar o *Seminário “O lazer em debate”* em outra cidade/instituição (GOMES; ISAYAMA, 2002).



Em 2002, a conferência de abertura foi feita pelo professor Ricardo Freitas, da UERJ, e a professora Christianne Luce Gomes atuou como debatedora. As mesas-redondas trataram dos temas “Lazer: o público e o privado” (exposições feitas por Antonio Carlos Bramante/Unicamp, e pelo vereador André Quintão/Belo Horizonte), e “Lazer e espaço” (exposições feitas por Adyr Balastreri Rodrigues/USP, e Maria Elisa Baptista/PUC-MG).

O primeiro Colóquio científico-cultural foi intitulado “O lazer e a máquina: um debate entre Marx e Lafargue”, ministrado por Paulo de Salles Oliveira; o segundo consistiu em análise do filme “O rap do pequeno príncipe”, por Victor Andrade de Melo.

As seis mesas temáticas deste evento foram constituídas por 15 comunicações orais, além de 6 sessões nas quais foram apresentados 30 pôsteres. Esses trabalhos foram publicados na Coletânea impressa do evento, junto com os textos dos palestrantes.

O IV Seminário também foi realizado na UFMG com o apoio do Programa de Apoio Integrado a Eventos (PAIE/PROEX/UFMG), entre os dias 1º e 3/5/2003. Os preparativos para a realização do evento evocaram diferentes sentimentos. Por um lado, os organizadores ficaram satisfeitos com os frutos colhidos nas três primeiras versões do Seminário, cuja relevância na agenda acadêmica dos estudiosos do lazer já era reconhecida como um fecundo espaço para o debate multidisciplinar sobre essa temática no Brasil. Por outro lado, conforme consta na apresentação da Coletânea do evento, aumentava a preocupação dos responsáveis pela sua organização em atender às expectativas dos participantes no que dizia respeito ao nível de qualidade requerido pela proposta. Era claro que o êxito desse empreendimento acadêmico envolvia

aspectos diversos, como uma programação científica que possibilitasse o aprofundamento de conhecimentos dos interessados no lazer; a participação de palestrantes com reconhecida produção científica; divulgação eficiente do evento; pontuais serviços de secretaria; adequada infraestrutura, taxa de inscrição acessível e manutenção do reduzido número de inscritos, mesmo diante das pressões para ampliação do público participante (GOMES; ISAYAMA, 2003).

Alguns desses aspectos foram de simples resolução, outros, nem tanto, principalmente devido à reduzida escassez de recursos disponíveis para ações dessa natureza – seja por parte da instituição promotora, seja dos órgãos de fomento, seja das instituições apoiadoras. Por essa razão, a opção adotada foi a “simplicidade” no trato com os palestrantes convidados, com os participantes do evento e com a equipe de trabalho do CELAR. Esses três segmentos, em conjunto, foram os responsáveis pelos êxitos alcançados pelo seminário, pois as responsabilidades foram partilhadas com compromisso e ética. Mantivemos o compromisso de publicar, na íntegra, os textos dos palestrantes e dos trabalhos aprovados e apresentados no evento.

Dessa vez, a comissão científica teve a grata surpresa de avaliar mais de 80 trabalhos, um dos pontos de maior destaque do evento. Afinal, ao promover o registro público do conhecimento construído e divulgado pelo evento, a Coletânea impressa permitiu dar continuidade ao debate, à troca de ideias e ao contato entre acadêmicos, profissionais e pesquisadores de diversas áreas – mesmo após o término do seminário (GOMES; ISAYAMA, 2003).



A programação científica, nessa oportunidade, acolheu três conferências. A primeira delas foi “Lazer, história e educação”, realizada por Luciano Mendes de Faria Filho (FAE/UFMG), na qual Victor Melo (UFRJ) participou como debatedor. A segunda conferência, no formato de Relato de experiência, foi proferida por Ethel Bauzer Medeiros, autora pioneira que muito realizou sobre a recreação e o lazer em nosso país. Seu relato foi justamente sobre essa temática no Brasil e no mundo entre as décadas de 1950-1970, pois sua atuação foi além das fronteiras nacionais. A professora Ethel fez uma consistente e descontraída exposição, tendo sido aplaudida de pé por todos os presentes.

A outra conferência também seguiu o formato de Relato de experiência sobre a “Produção de conhecimentos sobre o lazer no Brasil: contribuição de estudiosos na década de 1970”. Foi ministrada por Luiz Octávio de Lima Camargo, sociólogo brasileiro à época vinculado à Universidade Anhembi-Morumbi, que teve a oportunidade de ser orientado por Joffre Dumazedier na Universidade Paris Descartes (Paris 5) a partir do final dos anos de 1970. Todos esses conferencistas tiveram o cuidado de preparar um texto que foi publicado na Coletânea do evento em 2003, junto com os demais trabalhos apresentados (GOMES; ISAYAMA, 2003).

O colóquio científico-cultural foi ministrado por Euclides Guimarães (PUC-MG) e tratou do tema “O lazer no cotidiano e na linguagem: Bakhtin e a cultura popular”. A primeira mesa-redonda foi “Lazer, história e cultura” (Andréa Moreno/UFV, José Sérgio Leite Lopes/UFRJ e Leila Mirtes S.M. Pinto/UFMG) e a mesa-redonda de encerramento propiciou uma discussão sobre “Lazer, história e pesquisa” (Christianne Luce Gomes/UFMG, Denise Bernuzzi de Sant’Anna/PUC-SP e Silvana Vilodre Goellner/UFRGS).

Quanto aos trabalhos inscritos e aprovados nessa edição do Seminário, 26 comunicações orais foram apresentadas em 9 Mesas temáticas, e 46 pôsteres nas sessões dedicadas a este tipo de atividade acadêmica. O número de trabalhos aprovados evidencia que o evento foi se consolidando como um espaço relevante para os debates no campo de estudos do lazer.

No ano de 2004, pela primeira vez o *Seminário “O Lazer em Debate”* foi realizado em outra cidade/universidade. Dessa vez a UFRJ, por intermédio do grupo Anima, promoveu o evento com a temática “Lazer e Animação Cultural”, no período de 13 a 15/5/2004. A organização do evento procurou discutir as seguintes questões: Afinal, o que é animação cultural? Como compreendê-la sob diferentes pontos de vista? Quais são suas peculiaridades e especificidades?

A CRIAÇÃO DO SEMINÁRIO O LAZER EM DEBATE E SUA TRANSFORMAÇÃO  
EM CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS DO LAZER



Organizadores:  
Victor Andrade de Melo,  
Mônica de Carvalho e Silva e  
Fabio de Faria Peres

Rio de Janeiro  
2004

Para a conferência de abertura, foi convidada a professora Heloísa Buarque de Holanda/UFRJ, que discorreu sobre “A contribuição dos estudos culturais para pensar a animação cultural”. A outra conferência do evento abordou o tema “Desafios para pensar a Animação Cultural” e o convidado foi Marildo Nercolini, também da UFRJ.

Além disso, o evento contou com uma mesa-redonda que tratou do tema “A Animação Cultural: Linguagens” e teve a participação de Luis Vergara/CCBB-Rio de Janeiro e Leonardo Fucks/UFRJ.

Por fim, sob a coordenação de Victor Melo, o filme “O Gosto dos Outros” foi assistido e seguiu-se um debate para problematizar a formação cultural do animador cultural. Foram apresentadas, ainda, 33 comunicações orais e 29 pôsteres, publicados nos Anais do evento (MELO; SILVA; PERES, 2004).

Em 2005, a sexta edição do Seminário ocorreu em Belo Horizonte, como parte integrante dos eventos comemorativos dos 15 anos do CELAR. Dessa vez, foi realizado entre 20 e 22/4/2005.

Acolhendo as sugestões apresentadas na avaliação do V Seminário, naquele ano o “Lazer em debate” propôs uma reflexão sobre o mercado de trabalho e a atuação profissional na área do lazer. Por esse motivo, as palestras versaram sobre questões relacionadas ao entretenimento, à atuação profissional nos diferentes setores e aos serviços de lazer. Além disso, foi proposta uma visita guiada a alguns museus de Belo Horizonte, iniciativa enriquecida com o colóquio científico-cultural “O museu como espaço de lazer”, realizado por Priscila Freira/Museu de Arte da Pampulha.

A conferência de abertura, “Lazer e entretenimento: perspectivas”, foi ministrada por Fabio Earp; a primeira mesa-redonda tratou da temática “Lazer e atuação profissional nos diferentes setores” (com a participação de Marutschka Moesh e José Luis Paiva/UCDB); a segunda tratou de “Lazer: mercado e serviços” (Antonio Carlos Bramante/Unicamp e Ricardo Teixeira Veiga/UFGM).

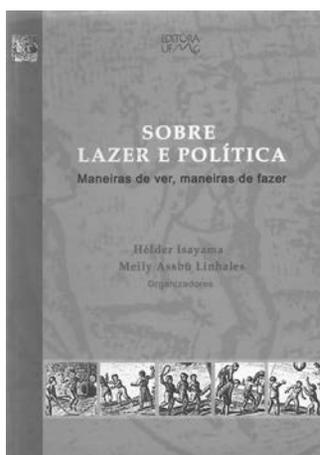
Vários trabalhos foram inscritos, dos quais foram selecionadas 25 comunicações orais apresentadas em 9 mesas temáticas e 37 pôsteres. Os autores desses trabalhos foram provenientes de diferentes Estados brasileiros e a maioria deles atua com o lazer em instituições públicas, privadas e do chamado terceiro setor. Além disso, a maioria deles estava vinculada a algumas universidades que desenvolveram pesquisas e aprofundaram conhecimentos sobre o lazer nos níveis de graduação e de pós-graduação. Continuou constituindo um espaço de diálogo, troca de experiências e aprofundamento de conhecimentos, ações importantes para instigar a reflexão e o debate sobre o lazer em nossa realidade. A Coletânea impressa foi mantida, mas, dessa vez, foram publicados somente os trabalhos apresentados nas mesas temáticas e nas sessões de pôsteres (GOMES; ISAYAMA, 2005).



No seguinte, o Seminário ocorreu novamente na UFGM entre os dias 25 e 27/5/2006, dando ênfase à temática das políticas públicas de lazer. Essa temática nasceu das reflexões impulsionadas pela criação do Pólis-CELAR, um subgrupo desse centro de estudos da UFGM, e no subnúcleo da Rede CEDES – que foi instalado com o incentivo do Ministério do Esporte, naquele ano, na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da

mesma universidade. Tal iniciativa coincidiu com um momento em que o lazer e o esporte foram amplamente debatidos pela sociedade brasileira em fóruns como a II Conferência Nacional do Esporte e o Seminário de Políticas Públicas em Lazer e Esporte, que seria realizado naquele ano na cidade de Montes Claros, em Minas Gerais.

A conferência de abertura, “Sistema Nacional de Recreação na Colômbia”, foi proferida pelo colombiano Carlos Alberto Rico (FUNLIBRE). A primeira mesa-redonda foi “Lazer, política e subjetividade” (Alexandre Vaz/UFSC e Carlos José Martins/Unesp-RC); a segunda mesa foi intitulada “Para uma política Nacional de Lazer: Questões para os municípios” (Lino Castellani Filho/Unicamp e Telma Menicucci/Fundação João Pinheiro). A mesa de encerramento foi “O lazer e os espaços na cidade” (Nelson Carvalho Marcellino/GPL-Unimep e Sérgio Martins/IGC-UFMG). Os textos dos palestrantes foram publicados no livro “Sobre Lazer e Política: Maneiras de Ver, maneiras de fazer” (ISAYAMA; LINHALES, 2006). Esse livro foi financiado pela Rede CEDES do Ministério do Esporte e teve distribuição gratuita.



Antes um evento mais regional, nessa edição o Lazer em debate foi ganhando adesões em todo o Brasil e ultrapassou as fronteiras nacionais, estreitando as relações de pesquisadores brasileiros com estudiosos da Colômbia. Foi possível realizar 13 mesas temáticas, com apresentação de 28 pôsteres. Todos esses trabalhos foram publicados na Coletânea impressa (GOMES; ISAYAMA; SILVA; 2006). O evento foi apoiado pelo Serviço Nacional da Indústria (SESI), por meio da sua gerência Lazer na Empresa, da Rede CEDES/ME-UFMG e do Programa de Apoio Integrado a Eventos da UFMG (PAIE).

O Grupo de Pesquisa em Lazer da Unimep (GPL) e o Anima/UFRJ também foram fundamentais nessa parceria<sup>7</sup>.



Em 2007, o *VIII Seminário "O lazer em debate"* foi promovido pelo grupo Anima da UFRJ, no Rio de Janeiro, com atividades realizadas no auditório do Sindicato dos Professores (Sinpro-Rio), com o apoio do SESC/Rio de Janeiro, da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), da Fundação Universitária José Bonifácio/FUJB e da própria UFRJ. Nessa edição, pela primeira vez, o seminário obteve recursos de um órgão de financiamento de pesquisas, reconhecendo tratar-se de um evento científico.

O Seminário ocorreu no período de 25 a 27/4/2007 com duas conferências e quatro mesas-redondas, comprometidas com a discussão sobre a multidisciplinaridade do lazer. Uma das conferências foi proferida por Francisco Carlos Teixeira da Silva (UFRJ) sobre "O lazer no cenário geopolítico contemporâneo"; a outra foi realizada por Américo Peres (UTAD-Portugal) sobre "O lazer no âmbito das ciências da educação".

<sup>7</sup> Nessa época, aguardávamos o resultado da CAPES quanto ao projeto de criação do Mestrado Interdisciplinar em Lazer da UFMG, que já havia sido submetido a esse órgão. A resposta positiva saiu oficialmente em setembro de 2006, marco de criação desse mestrado, com início da primeira turma no ano seguinte



A conferência de abertura do IX Seminário foi proferida por Christopher Edginton/University of Northern Iowa-EUA e abordou o tema “Lazer, Desenvolvimento e Pesquisa numa Perspectiva Internacional”. Além disso, o evento contou com 3 mesas-redondas que trataram das seguintes temáticas: “Lazer e Descanso” (Nelson Carvalho Marcellino/Unimep e Christianne Luce Gomes/UFMG); “Lazer e Divertimento” (Maria Cristina Rosa/UFOP e Tizuko Morchida Kishimoto/USP) e “Lazer e Desenvolvimento Pessoal e Social” (Heloísa Baldy dos Reis/Unicamp e Giovani de Lorenzi Pires/UFSC) (UVINHA, 2008).

A UFMG sediou o X Seminário “O lazer em debate” no período de 18 a 20/4/2009. Diante do seu amadurecimento ao longo de 10 anos consecutivos, o evento continuou a fazer parte da agenda de pesquisadores, professores e estudantes de várias partes do Brasil, vinculados a diversas áreas do conhecimento que vinham se debruçando sobre esse campo de estudos. O reconhecimento do campo acadêmico se refletiu no envio de 108 trabalhos, que foram avaliados por uma comissão científica formada por pesquisadores com destacada produção sobre o lazer em nosso país. Como resultado dessa avaliação, tivemos a apresentação de 51 trabalhos em 13 mesas temáticas e 42 pôsteres, publicados na Coletânea impressa (ISAYAMA; OLIVEIRA; SOUZA; SILVA, 2009).

A Conferência de Abertura “O Lazer como campo de estudos transdisciplinar” teve como conferencista o professor Nelson Carvalho Marcellino/Unimep. Foram realizadas duas mesas-redondas: uma delas sobre “O lazer e os estudos antropológicos” (Ana Maria Rabelo Gomes/FAE-UFMG e Léa Freitas Perez/FAFICH-UFMG); a outra sobre “O lazer e os Estudos Históricos” (Regina Helena Alves da Silva/FAFICH-UFMG e Victor Andrade de Melo/UFRJ).



As instituições que apoiaram o evento, nesse ano, foram: Ministério do Esporte, Programa de apoio Integrado a Eventos (PAIE/PROEX/UFMG), FAPEMIG - Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais, Pró-Reitoria de Pós-graduação da UFMG, Curso de Mestrado em Lazer (UFMG) e Alvo Viagens e Turismo. Quanto aos parceiros, podem ser destacados: Curso de Lazer e Turismo (USP Leste), grupo de Pesquisa “Anima”: Lazer, animação cultural e Estudos culturais (EEFD/UFRJ), grupo de Pesquisa em Lazer (GLP/Unimep), grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Públicas e Lazer (GEPL/FEF/Unicamp), Programa de Educação Tutorial – Educação Física e Lazer (PET/UFMG), Laboratório de Estudos do Lazer (LEL/UNESP-Rio claro) e Centro Esportivo Virtual (CEV).

O *XI Seminário “O lazer em debate”* foi realizado no Nordeste do Brasil, em Natal, de 27 a 29/5/2010. Foi promovido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), por meio do Curso Superior Lazer e Qualidade de vida. Conforme consta no CD-Rom disponibilizado aos participantes com os trabalhos apresentados no evento – 66 comunicações orais e 52 pôsteres –, para realizar este Seminário o IFRN estabeleceu parceria com a Rede CEDES do Ministério do Esporte (ME) e contou com apoio do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC/ME) e com o Grupo Átomo & Alínea (MAIA; MAIA; VILA VERDE; OLIVEIRA, 2010).



A conferência de abertura foi feita por Kátia Brandão Cavalcanti/UFRN e abordou o tema central do seminário: “Lazer: territórios e territorialidades em questão”. Foram também realizadas duas mesas-redondas: “Territórios de lazer” (Dilma Simões Brasileiro/UFPB, Heloisa Bruhns/Unicamp e Cláudia Bonalume/ME) e “Territórios culturais: Enfoque antropológico” (José Clerton Martins/UNIFOR e Kátia Brandão Cavalcanti/UFRN). Painéis de debates no formato de minicursos sobre temas diversos também integraram a programação desse seminário.

O *XII Seminário “O Lazer em Debate”* foi novamente realizado pelo Grupo Interdisciplinar de Estudos do Lazer (GIEL) da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP Leste, no período de 19 a 21/5/2011. O evento foi coordenado pelos professores Edmur Antonio Stoppa e Ricardo Ricci Uvinha e buscou colaborar com o crescimento e a consolidação do Curso de Lazer e Turismo da instituição.

A temática escolhida para essa edição foi “O Lazer na Metrópole: perspectivas acadêmicas e possibilidades de intervenção”, tendo como referência a discussão sobre as inter-relações do lazer na sociedade, a partir da óptica de diferentes áreas de formação. A conferência de abertura versou sobre a “Pesquisa científica em Lazer: a importância dos periódicos temáticos” e foi proferida por José Manoel Gonçalves Gândara/UFPR e contou com um debate realizado por Hélder Ferreira Isayama da UFMG. Walter Ude Marques/FaE-UFMG foi o palestrante da conferência de encerramento, cujo título foi “Lazer, Pesquisa e Interdisciplinaridade”, que contou ainda com o debatedor Luiz Gonzaga Godói Trigo/USP.

Foram realizadas duas mesas-redondas. A primeira teve como enfoque “O Lazer na Metrópole: Diversidade e Sociabilidade” (os expositores foram Alexandre Leonarde da USJT/SENAC-SP e Flávio Bezerra da Silva/USP e o debatedor foi Luiz Octávio de Lima Camargo/USP). Para a segunda mesa, o

tema foi “Patrimônio Urbano e Lazer na Metrópole” (compuseram a mesa: Flavia Roberta Costa/SESC-SP e Haroldo Leitão Camargo/RETC; o debatedor foi André Fontan Kohler).

A programação contou ainda com 6 painéis de debates desenvolvidos por profissionais e pesquisadores de diferentes instituições brasileiras. Foram aprovados para a apresentação 69 trabalhos em mesas temáticas e 83 em pôsteres; os resumos e textos completos foram publicados nos Anais do Evento, disponível em CD-Rom (UVINHA; STOPPA, 2011). Com relação aos apoios e financiamento para a realização dessa edição do Seminário, além da EACH/USP, o evento contou com apoio do SENAC São Paulo.



Em 2012, o tema do Seminário foi a “Produção de Conhecimento no âmbito dos Estudos do Lazer” e o evento retorna a Belo Horizonte e à UFMG. Esse evento teve como motivação a aprovação, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, com a abertura do Doutorado em Estudos do Lazer, enriquecendo a proposta do mestrado que já era desenvolvido nessa universidade desde 2006. O Seminário foi realizado de 13 a 15/6/2012.

A Conferência de abertura abordou o tema “Poder e Hegemonia na Produção de Conhecimento em Lazer e foi proferida por Juan Manuel Carreño, da Universidad Pedagógica Nacional de Bogotá. Duas mesas-redondas foram realizadas e tematizaram “A Produção de Conhecimento em Lazer e os Estudos Sócio-históricos” (os expositores foram Cleber Augusto Dias/UFG e Luciano Mendes Faria Filho/FaE-UFMG; o debatedor foi Marcus Aurélio Taborda de Oliveira/UFMG) e a “Perspectiva de estudos do Lazer no Campo da Saúde Coletiva” (foram convidados Alex Branco Fraga/UFRGS e Marcos Barachevsky/UFES, e como debatedora Christianne Luce Gomes/UFMG).

Além disso, foram realizados 8 painéis de debate com a participação de pesquisadores brasileiros, colombianos e mexicanos.

Para essa edição, foram recebidos 180 trabalhos. Após avaliação da Comissão Científica, foram aprovados para a apresentação 61 comunicações orais e 78 pôsteres. Esses trabalhos foram publicados na Coletânea do evento (ISAYAMA; OLIVEIRA; CASTILHO; OLIVEIRA, 2012) e os textos dos palestrantes foram publicados no livro “Produção de Conhecimento em Lazer: paradoxos, limites e possibilidades”, organizado pelos Professores Hélder Isayama e Marcus Aurélio Taborda de Oliveira (ISAYAMA; OLIVEIRA, 2014). O evento contou com o financiamento do Ministério do Esporte, da Fapemig, do PPGIEL/UFMG e do PAIE/PROEX/UFMG.



A Unicamp, em parceria com o SESC de São Paulo, foram as instituições responsáveis pela organização do *XIV Seminário “O Lazer em Debate”*. O evento foi realizado na cidade de Campinas, no período de 13 a 15/6/2013 e foi apoiado pelos seguintes órgãos: Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PREAC/Unicamp); Fundo de Apoio ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão (FAPEX/Unicamp); Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA/Unicamp/Limeira); Grupo Gestor de Benefícios Sociais (GGBS/Unicamp); Grupo de Estudos e Pesquisa em Lazer, Espaço e Cidade (GEPEC/CED/UFPR) e Grupo Interdisciplinar de Estudos do Lazer (GIEL/EACH-USP).

O tema escolhido para essa edição do evento foi “A História dos Estudos Acadêmicos sobre o Lazer no Brasil”. Assim, a organização convidou os participantes a refletirem sobre o passado dos estudos do lazer com vistas a reconhecer as instituições e sujeitos que fizeram parte dessa história.

A conferência de Abertura foi realizada pelo professor espanhol Frederic Munné/Universidade de Barcelona, que abordou o tema “Utopia e Realidade do Tempo Livre”. Além disso, duas mesas-redondas foram realizadas, cujos temas foram “Lazer no Brasil: Memória e História” (conferencistas: Newton Cunha e Antonio Carlos Bramante, ambos da Unicamp) e “Lazer no Brasil: Ação, Política e Produção de Conhecimento” (conferencistas: Maria Luiza de Souza Dias/SESC de São Paulo e Fernando Mascarenhas/UnB).



Por fim, 8 painéis temáticos foram desenvolvidos e trataram das seguintes temáticas: Lazer e meio ambiente; Lazer, educação e direito à cidade; A educação física e o “lazer ativo” nos parques infantis de São Paulo no período 1935-1938; Lazer: do nacional desenvolvimentismo à globalização; Lazer e antropologia; Lazer e jogos tradicionais; Lazer, futebol e etnografia e Lazer e drogas.

A organização do evento recebeu 217 propostas de apresentação de trabalhos na forma de comunicações orais e pôsteres, evidenciando o quanto aquela proposta iniciada no ano 2000 havia crescido, envolvendo agora todo o Brasil. Desses trabalhos, foram aprovados 70 para serem apresentados como comunicações orais e 100 pôsteres, todos publicados em CD-Rom (AMARAL, 2012).

Ainda em 2013, na ocasião do XIV Seminário “O lazer em debate”, foi criada a Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Estudos do Lazer (ANPEL), com os seguintes objetivos: estimular a comunidade de pesquisadores do lazer para participar das políticas do país em sua área de atuação, defendendo o aperfeiçoamento profissional e o desenvolvimento do campo de estudos do lazer; representar os associados nas agências nacionais e estaduais de coordenação e fomento à pós-graduação e à pesquisa; organizar encontros, seminários, congressos, cursos para o desenvolvimento de sua área

de atuação; identificar temas prioritários para o avanço do conhecimento no campo do lazer; divulgar estudos e pesquisas através do estímulo à publicação e divulgação dos seus resultados e organizar bialmente o *Congresso Brasileiro de Estudos do Lazer – CBEL*, nova denominação que passou a ser atribuída ao Seminário “O lazer em debate”.

Com vistas a atender esses objetivos e fazer melhor essa transição sem perder a trajetória de 14 anos do evento, foi realizado em Belo Horizonte, no período de 6 a 8/8/2014, o *I Congresso Brasileiro de Estudos do Lazer/XV Seminário “O Lazer em Debate”*. Essa proposta inicial foi desenvolvida pela recém-criada ANPEL em parceria com o Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da UFMG. Importante destacar que, a partir dessa edição do evento, a sua realização passou a ocorrer a cada dois anos. A temática escolhida foi “Pesquisa e Pós-Graduação em Estudos do Lazer” e foram aprovados para a apresentação 69 comunicações orais e 14 pôsteres, divididos em 10 grupos de trabalho definidos pela comissão organizadora. Os textos completos e resumos foram publicados na coletânea do evento (ISAYAMA; MELO; ASSIS; SEREJO, 2014).

A conferência de abertura contou com a participação de Raymond Hibbins da Griffith Business School (Austrália), que abordou o tema “A pesquisa e a Pós-Graduação em Estudos do Lazer: Panorama Mundial”. Outra conferência foi realizada com o tema “As Disciplinas no Interdisciplinar Campo do Lazer: Desafios para a Educação Superior”, ministrada por Robert Stebbins, da University of Calgary, Canadá.



A temática da “Pesquisa e Pós-Graduação em Estudos do Lazer: América Latina” foi escolhida para a mesa-redonda que contou com a participação

de Christianne Luce Gomes/UFMG; José Luís Cervantes Guzmán/UNIPUEBLA, México e Silvana Reneé Suárez/Universidad Nacional del Comahue, Argentina. Os painéis temáticos versaram sobre as seguintes temáticas: Pesquisa etnográfica e estudos do lazer; Psicologia e lazer; Lazer e meio ambiente; História do lazer e Grupos de pesquisa no campo dos estudos do lazer.

O evento foi financiado pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, pelo PAIE/PROEX/UFMG, pelo Ministério do Esporte, pela Fapemig e pela CAPES.

O *II Congresso Brasileiro de Estudos do Lazer/XVI Seminário “O Lazer em Debate”* foi organizado pela ANPEL em parceria com a Universidade Federal do Pará, por meio do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA). O evento teve como tema “Lazer, Desenvolvimento e Sustentabilidade” e foi realizado na cidade de Belém, no período de 14 a 16/9/2016. Essa edição contou com a realização de 11 grupos de trabalhos com aproximadamente 300 trabalhos apresentados. Os resumos e textos completos foram publicados nos Anais do evento e estão disponíveis na página da ANPEL (<http://anpelbrasil.net/cbel.php>).



O evento contou, também, com a realização de 1 conferência, 2 mesas-redondas e 9 painéis de debate. A conferência de abertura foi proferida por Manuel Cabeça Cuenca/Universidad de Deusto, Espanha, e foi intitulada “Ocio Humanista, Un Compromiso con el Desarrollo Personal y Comunitario”. A primeira mesa-redonda teve como tema “Políticas Públicas, Lazer e Sustentabilidade: Desafios e Perspectivas” (palestrantes: Rosa Elisabeth Acevedo Marin/UFPA; Silvia Cristina Franco Amaral/Unicamp e Simone Rechia/UFPR); a segunda mesa discutiu sobre “Lazer, Cultura e Trabalho no Século XXI” (palestrantes: Silvio José de Lima Figueiredo/UFPA; Fernando

Mascarenhas/UnB e Edna Maria Ramos de Castro/UFPA). Por fim, foram realizados 9 painéis de debate com a participação de convidados de diferentes instituições brasileiras, com tradição em estudos e pesquisas no campo de estudos do lazer.

Em 2018, o *III Congresso Brasileiro de Estudos do Lazer/XVII Seminário “O lazer em debate”* será realizado pela ANPEL em parceria com a REDE CEDES-MS/Ministério do Esporte e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em Campo Grande.

Esperamos que esse evento acadêmico, já consolidado, continue mobilizando pesquisadores, professores, estudantes e profissionais de todo o Brasil e de diversas áreas do conhecimento a continuar se encontrando para debater criticamente o lazer em diferentes âmbitos e perspectivas, com vistas a avançar, cada vez mais, esse campo de estudos interdisciplinares em nosso país. À medida que as próximas edições do CBEL forem sendo realizadas, pode ser que a denominação inicial desse evento – Seminário “O lazer em debate” – deixe de ser mencionada. Por isso, agradecemos aos organizadores desta obra pelo convite para registrar a transformação do “seminário” anual em “congresso” bianual: como visto, essa história não se inicia com a criação da ANPEL em 2013, ela tem raízes mais profundas, que remontam ao ano 2000. Por isso... vida longa a este evento que integra o campo de estudos do lazer no Brasil!

## Referências

- AMARAL, Silvia Cristina F. Apresentação. XIV Seminário “O lazer em debate”. Campinas, *Coletânea...* Belo Horizonte, 2013.
- BAHIA, Mirleide C.; FIGUEIREDO, Silvio L. Apresentação. II Congresso Brasileiro de Estudos do Lazer/XVI Seminário “O lazer em debate”. Belém, *Anais...* Belém, 2016.
- GOMES, Christianne L.; ISAYAMA, Hélder F. Apresentação. II Seminário “O lazer em debate”. Belo Horizonte, *Coletânea...* Belo Horizonte, 2001.
- GOMES, Christianne L.; ISAYAMA, Hélder F. Apresentação. III Seminário “O lazer em debate”. Belo Horizonte, *Coletânea...* Belo Horizonte, 2002.
- GOMES, Christianne L.; ISAYAMA, Hélder F. Apresentação. IV Seminário “O lazer em debate”. Belo Horizonte, *Coletânea...* Belo Horizonte, 2003.
- GOMES, Christianne L.; ISAYAMA, Hélder F. Apresentação. VI Seminário “O lazer em debate”. Belo Horizonte, *Coletânea...* Belo Horizonte, 2005.

GOMES, Christianne L.; ISAYAMA, Hélder F.; SILVA, Silvio R. Apresentação. VII Seminário “O lazer em debate”. Belo Horizonte, *Coletânea...* Belo Horizonte, 2006.

ISAYAMA, Hélder F.; LINHALES, Meily A. (Org.). *Avaliação de políticas e políticas de avaliação*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

ISAYAMA, Hélder F.; OLIVEIRA, Letícia Morais de F.; SOUZA, Tatiana Roberta de; SILVA, Silvio Ricardo. Apresentação. X Seminário “O lazer em debate”. Belo Horizonte, *Coletânea...* Belo Horizonte, 2009.

ISAYAMA, Hélder F.; OLIVEIRA, Marcus Aurélio T. de; CASTILHO, César T.; OLIVEIRA, Karine B. de. Apresentação. XIII Seminário “O lazer em debate”. Belo Horizonte, *Coletânea...* Campinas, 2012.

ISAYAMA, Hélder F.; MELO, Victor A. de; ASSIS, Aniele Fernanda S. de; SEREJO, Hilton Fabiano B. Apresentação. I Congresso Brasileiro de Estudos do Lazer/XV Seminário “O lazer em debate”. Belo Horizonte, *Coletânea...* Belo Horizonte, 2014.

ISAYAMA, Hélder F.; OLIVEIRA, Marcus Aurélio T. de. (Org.). *Produção de Conhecimento em Estudos do Lazer: paradoxos, limites e possibilidades*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

MAIA, Sonia C.F.; MAIA, Lerson F.S.; VILA VERDE, Sandoval; OLIVEIRA, Marcus Vinícius F. XI Seminário “O lazer em debate”. Natal, *Coletânea...* Natal, 2010.

MELO, Victor Andrade; SILVA, Monica C.; PERES, Fabio. V Seminário “O lazer em debate”. Rio de Janeiro, *Anais...* Rio de Janeiro, 2004.

MELO, Victor Andrade. VIII Seminário “O lazer em debate”. Rio de Janeiro, *Anais...* Rio de Janeiro, 2007.

PINTO, Leila M. S. de M. GTT de Educação Física/Ciência do Esporte e Recreação e Lazer. *Licere*, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 117-118, 2000.

Revista Licere. Belo Horizonte, n.1, V.3, 2000.

STOPPA, Edmur A.; UVINHA, Ricardo R. XII Seminário “O lazer em debate”. São Paulo, *Anais...* São Paulo, 2011.

UVINHA, Ricardo R. IX Seminário “O lazer em debate”. São Paulo, *Anais...* São Paulo, 2008.



# ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DO LAZER (ANPEL): UMA HISTÓRIA RECENTE

Victor Andrade de Melo<sup>8</sup>

Ricardo Ricci Uvinha<sup>9</sup>

## Introdução

É inegável a contribuição das entidades representativas – que reúnem pesquisadores de diferentes instituições e áreas de atuação – para o desenvolvimento de um campo do conhecimento, ação que se dá fundamentalmente por meio da publicação de periódicos e promoção de eventos. No caso dos Estudos do Lazer, no cenário internacional, podemos citar, entre outras, a *National Recreation and Park Association* – NRPA (Estados Unidos), *The Australian and New Zealand Association of Leisure Studies* – ANZALS (Oceania), a *Asia Pacific Center for the Study and Training of Leisure* – APCL (China), a *Canadian Association for Leisure Studies* – CALS (Canadá), a *Leisure and Recreation Association of South Africa* – LARASA (África do Sul) e a *World Leisure Organization* - WRLA, hoje com sede na Espanha<sup>10</sup>.

No Brasil, assim como em outros campos do conhecimento/profissional, no âmbito do lazer/recreação muitas foram as iniciativas de criação de entidades representativas, de maior ou menor duração, com intencionalidades

---

<sup>8</sup> Professor da UFRJ, onde atua no Programa de Pós-Graduação em História Comparada e no Programa de Pós-Graduação em Educação. É também docente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer/UFGM.

<sup>9</sup> Professor Livre-Docente. Líder do Grupo Interdisciplinar de Estudos do Lazer GIEL/USP. Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (USP).

<sup>10</sup> Para um debate sobre representatividade de tais associações, bem como suas publicações, programas e congressos, ver Uvinha (no prelo).

e formatos distintos. Entre tantas, podemos destacar, por seu pioneirismo, a Associação Brasileira de Recreação (ABDR), fundada em 1958, tendo como primeira presidente Ethel Bauzer de Medeiros, na época já envolvida com outras congêneres internacionais, como a *World Leisure and Recreation Association* - WRLA e a *Asociación Latinoamericana de Tiempo Libre y Recreación* - ALATIR (LIMA, 2009).

Este capítulo trata da trajetória de uma dessas associações, de criação recente e de vida ainda curta. A Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Estudos do Lazer (ANPEL) foi fundada no ano de 2013, em reunião realizada na Universidade Estadual de Campinas, por ocasião do XIV Seminário “O Lazer em Debate”.

Três diretorias já foram eleitas. Os autores envolvidos com este capítulo estiveram nas duas primeiras, Victor Melo como vice-presidente da gestão inicial (além de partícipe dos movimentos de criação da entidade) e Ricardo Uvinha como secretário na pioneira direção e presidente na gestão posterior. O nosso objetivo é narrar e registrar, desde um ponto de vista pessoal, essas experiências.

## **A criação (por Victor Melo)**

Este texto não pretende ser uma análise/intepretação amadurecida e conceitual dos movimentos que levaram à criação da Anpel. Trata-se, de fato, de um relato pessoal, sem nenhuma pretensão de maior distanciamento, ainda que balizado pela necessária parcimônia. Certamente, outras iniciativas houve sem que eu estivesse presente ou tomasse conhecimento. Ficará para outros colegas no futuro entabularem esforços mais significativos de compreensão de tais antecedentes, tarefa tanto mais relevante quanto o for a duração e eficácia da Associação.

Mais ainda, mesmo que tenha consultado minha documentação pessoal, certamente esta produção é marcada por lapsos de memória, quem sabe alguns até mais intencionais do que poderia eu assumir (ou ter noção) de princípio. Também fica para investigadores vindouros a tarefa de se debruçar mais detidamente sobre esses momentos.

Assim sendo, faço questão de esclarecer que este esforço é antes de tudo uma assumida iniciativa de registro de um ponto de vista, para constituir uma base inicial de memória que nos permita mais à frente ter um ponto de partida para entender a criação e funcionamento de nossa entidade que, esperamos, terá vida longa e eficiência em suas ações.

A propósito, considero bastante inusitado meu envolvimento com os movimentos que antecederam a criação da Anpel. Durante anos, me posicionei contrário a qualquer iniciativa associativa congênere. Primeiro, por achar que as propostas eram muito amplas, envolvendo setores muito díspares do campo do lazer/recreação. Para mim, parecia temerário envolver, por exemplo, profissionais e acadêmicos numa mesma entidade, pressupondo que faziam parte de um mesmo movimento, quando a realidade nos mostrava (e mostra) que são grupos distintos, com interesses bastante díspares, ainda que com pontos de contato desejáveis.

Em mais de uma ocasião, outros colegas ponderaram que, ainda que isso fosse concreto, uma agremiação em comum poderia ser um motivo de união. Aqui entrava minha segunda ressalva: não creio que essas associações tenham esse poder, sendo mais interessante investir em iniciativas de rede, menos “religiosas”, mais em formato de “seitas”, o que supostamente possibilitaria mais intensamente a inovação e afastaria certas disputas e processos burocráticos que tornam insuportável e no limite mesmo ineficaz o funcionamento das sociedades. No meu modo de entender, já tínhamos número suficiente de entidades científicas, precisávamos é de mais integração a partir de modelos mais ousados.

Acabei me envolvendo nessa história por acaso. Eu estava ao lado do colega Hélder Isayama – amigo de tantos anos – quando, no Congresso Mundial de Lazer de 2012, realizado na cidade de Rimini (Itália), dois colegas o procuraram para falar da importância de criarmos uma entidade brasileira representativa dos envolvidos com os Estudos do Lazer, algo já usual em outros países. Reinaldo Pacheco e José Clerton identificaram que a grande delegação nacional presente no evento carecia de maior organicidade.

Naquele mesmo dia, o colega Hélder me perguntou o que eu achava da ideia. Como de costume, recitei o meu rosário de posicionamento contrário à iniciativa. Hélder, contudo, apontou vários contrapontos. Um deles era assumir o desafio de criar uma entidade estruturada de forma mais leve, menos burocrática. O segundo, para mim definitivo, é que, na sua visão, o campo já estava maduro para acolher e dinamizar uma entidade científica, de diversas formas dando sinal de que poderia ser algo interessante para sua estruturação. “– Por que não tentar?”, sugeriu o amigo.

Menos por estar, de fato, convencido e mais pelos anos de amizade que nos unem, além da profunda confiança na capacidade de percepção do amigo Hélder (para mim, já há muitos anos, a principal liderança dos Estudos do

Lazer no Brasil), me coloquei à disposição para ajudar nas iniciativas. Ficou combinado que, na volta ao Brasil, conversaríamos sobre o tema, notadamente sobre que estratégias adotar para dar seguimento à ideia.

Nosso primeiro passo foi fazer um levantamento de modelos de estatutos de entidades científicas diversas. A partir dessas experiências e de um debate sobre o que poderíamos esperar de uma associação dos investigadores do campo do lazer (essa foi uma prerrogativa desde o início por nós pensada – ser eminentemente um coletivo de pesquisadores), arriscamos a produzir um estatuto próprio, um documento a ser debatido pelo grupo. Mas, afinal, que grupo seria esse?

Nosso receio era reproduzir certas estratégias demagógicas de algumas entidades científicas (nas quais, por exemplo, estudantes têm o mesmo peso que pesquisadores) ou iniciativas por demais restritivas (nas quais os mais jovens são praticamente eliminados). Tínhamos que buscar com maior precisão o grupo que poderia se fazer representar na nova Associação (cujo próprio nome e sigla eram motivos de reflexão).

Achamos por bem, e parece que foi uma decisão acertada, convidar, em março de 2013, um grupo de cerca de 30 pesquisadores, reconhecidos por sua produção sobre o tema, para uma conversa inicial sobre a possibilidade de criação da entidade, reunião a ser realizada por ocasião do Seminário “O Lazer em Debate”, promovido pela Unicamp, em junho de 2013. Naquela ocasião, já enviamos a todos uma proposta inicial de estatuto.

A acolhida nos surpreendeu. A aceitação do convite foi generalizada. Aqueles que por motivos diversos perceberam que não podiam ir à reunião, apoiaram a iniciativa. Poucos foram os que não se posicionaram (e alguns poucos comentários contrários ficaram no terreno da especulação, não se materializando de forma explícita). As primeiras sugestões, questionamentos e dúvidas foram enviados. Entre tantos, recuperei um *e-mail* da colega Christianne Gomes, a meu ver um resumo dos desafios e motivações que cercavam a iniciativa:

Depois de incontáveis tentativas mobilizadas por alguns colegas (pelo menos há 20 anos!), será que uma associação em nosso campo vai sair do plano das ideias e se efetivar? Quais seriam as suas ações primordiais, implicações, inserções, desdobramentos e finalidades? Integrantes e custos, e razões dessas escolhas, entre outros aspectos?

Assim sendo, com grande expectativa, a reunião de criação da Anpel foi realizada na manhã do dia 13 de junho de 2013, na sala da congregação da Faculdade de Educação Física da Unicamp (merece um agradecimento especial a profa. Silvia Amaral e a direção da Faculdade pela hospitaleira acolhida). A pauta, junto com a proposta de estatuto enviada a todos com antecedência, foi a seguinte:

1. Informe sobre a convocação da reunião
2. Constituição/eleição da mesa para condução da reunião (mesa com um coordenador e um secretário)
3. Discussão do Estatuto
4. Eleição da primeira diretoria (que imediatamente assume a condução da mesa)
5. Debate sobre as primeiras ações necessárias para operacionalização da entidade
  - a. registro da entidade
  - b. construção de uma página
  - c. tempo para adesão como sócio-fundador (não existe a categoria, é apenas o primeiro conjunto de sócios)
  - d. estabelecimento do primeiro CBEL
  - e. procedimento das primeiras associações, inclusive taxa de inscrição
  - f. montagem da primeira página
  - g. comunicado à comunidade científica

Tive a honra de, em conjunto com o colega Hélder, dirigir essa empolgante e inesquecível reunião. As divergências foram muitas e intensas, mas o sentido de colaboração transpirava e estavam mesmo todos dispostos a contribuir para criar a entidade. Tenho claro que tendemos a adotar uma narrativa heroica quando falamos de algo no qual participamos intensamente, mas minha impressão foi de que efetivamente houve um forte e amplo envolvimento dos presentes com a operacionalização da iniciativa. Hélder, Reinaldo e Clerton tinham razão na avaliação inicial: o campo clamava por essa iniciativa de organização.

O tempo foi curto para dar conta de todos os debates. O estatuto foi discutido ponto por ponto, com vigor em vários momentos. A reunião somente foi concluída na parte da tarde, já nas dependências do Sesc Campinas (onde

foi realizado o Seminário “O Lazer em Debate”), momento no qual também se elegeu a primeira diretoria.

A verdade é que não houve disputa de chapas. De fato, ninguém se propôs de imediato a assumir a direção, num misto, na minha interpretação, de desprendimento, mas também de receio com o trabalho necessário para pôr para funcionar uma entidade científica.

Assim sendo, decidiu-se por consenso e aclamação que a primeira diretoria seria formada pelo prof. Hélder como presidente (isso para mim sempre pareceu o mais adequado, dada a sua condição de liderança), eu assumiria a condição de vice-presidente, o colega Sílvio Ricardo seria um dos secretários (o que facilitaria a articulação com a presidência, por ser também da UFMG), em conjunto com o companheiro Ricardo Uvinha. Com isso teríamos representados três estados e distintas universidades.

Pronto. Anpel criada, equipe formada, muito trabalho pela frente. Mãos à obra!

## **A primeira gestão (por Victor Melo)**

De pronto, demos início aos nossos trabalhos. Em 14 de junho, criamos a lista na *internet* já com os endereços dos que estiveram presentes à reunião de Campinas. Nesse mesmo dia, a diretoria trocou suas primeiras mensagens nas quais se decidiu pela realização de uma reunião presencial no Rio de Janeiro, no dia 12 de julho. Até lá, se tentaria dar conta das seguintes tarefas: 1. estabelecer uma pauta para o encontro; 2. alimentar a lista de associados com a mensagem inicial e outras mensagens; 3. prospectar o necessário para a oficialização da entidade; 4. divulgar de forma ampliada a iniciativa para a comunidade acadêmica.

No encontro do dia 12 de julho, realizado nas dependências da UFRJ, debruçamo-nos sobre os seguintes pontos de pauta:

- a. registro da entidade
- b. construção de uma página
- c. tempo para adesão como sócio-fundador
- d. procedimento das primeiras associações, inclusive taxa de inscrição
- e. estabelecimento do primeiro Congresso Brasileiro de Estudos do Lazer (CBEL)

- f. comunicado à comunidade científica/comunicação com o sócio
- g. Revista Brasileira de Estudos do Lazer (RBEL)
- h. Criação de Grupos de Trabalho e Comissões de Assessoramento
- i. Cronograma de reuniões (presenciais e virtuais) para a nova Diretoria

Como ocorreu em todos os momentos de nossa gestão, logo nos dias seguintes divulgamos a todos os resultados de nossa reunião e os desafios assumidos. Vamos nos debruçar sobre esses temas para perceber o funcionamento dessa primeira diretoria da Anpel.

#### 1. Reuniões (presenciais e virtuais) da Diretoria

Outra nova reunião presencial da diretoria foi realizada na UFMG, no dia 21 de outubro de 2013. De toda forma, o que usamos mesmo intensamente foram os recursos da *internet*, para manter contato e resolver os problemas da direção, bem como na interface com os associados.

#### 2. Registro da entidade

Esse foi um dos pontos que não conseguimos resolver em nossa gestão. A despeito de muitas tentativas, a burocracia se mostrou mais cruel do que esperávamos poder lidar. Tentamos dar conta de todas as exigências legais, mas sempre algo obliterava o pleno alcance do intuito. Ao fim, tivemos que deixar tal ação para a próxima gestão

#### 3. Sítio da Anpel

Um primeiro sítio da Anpel foi lançado em 28 de julho de 2013, com a contribuição da doutoranda Juliana Garcia. O intuito sempre foi disponibilizar todas informações sobre a entidade, bem como armazenar a sua memória.

#### 4. Logo da entidade

A logomarca e um folder da Anpel, criados por Adilson Moreira, foram apresentados à comunidade em novembro de 2013.

#### 5. Processo de filiação

Em julho de 2013, estabeleceram-se os procedimentos de filiação à Anpel. Em agosto, desencadeou-se a campanha de filiação. O sucesso da iniciativa nos permitiu algum recurso para fazer avançar algumas tarefas burocráticas da entidade. Foram estabelecidos os seguintes valores para as anuidades 2013/2014:

|            | Até outubro/2013                            | Nov./2013<br>-<br>mar./2014                 | Após março/2014                             |
|------------|---|---|---|
| Doutor     | 50,00 (2013) +<br>100,00 (2014) =<br>150,00 | 75,00 (2013) +<br>100,00 (2014) =<br>175,00 | 75,00 (2013) +<br>150,00 (2014) =<br>225,00 |
| Não Doutor | 25,00 (2013) +<br>50,00 (2014) =<br>75,00   | 50,00 (2013) +<br>50,00 (2014) =<br>100,00  | 50,00 (2013) +<br>100,00 (2014) =<br>150,00 |

#### 6. Congresso Brasileiro de Estudos do Lazer (CBEL)

De pronto, ficou estabelecido que o antigo e já consagrado Seminário “Lazer em Debate” passaria a ser realizado em conjunto com o Congresso Brasileiro de Estudos do Lazer (CBEL). O primeiro comunicado do evento foi lançado em agosto de 2013. Entre os dias 6, 7 e 8 de agosto de 2014, na UFMG, realizou-se o I CBEL/XV Seminário “O Lazer em Debate”, com o tema central “Pesquisa e Pós-Graduação em Estudos do Lazer”, tendo a programação uma conferência inaugural, duas mesas-redondas, 1 sessão de pôsteres, 1 sessão de painel temático e 2 sessões de grupos de trabalho (foram constituídos 10 grupos de trabalhos, considerando a diretoria os temas mais usuais dos estudos do lazer, para os quais se pode enviar as comunicações livres; a ideia é que, no futuro, tais grupos possam ser formados a partir de sugestões dos associados)

#### 7. Revista Brasileira de Estudos do Lazer (RBEL)

Graças à enorme contribuição da Profa. Christiane Gomes, que assumiu a editoria da RBEL em novembro de 2013, depois de chamada pública lançada, o primeiro número foi lançado em abril de 2014. Nesse ponto, ousou registrar uma divergência na qual fui ponto de vista vencido (mas não convencido, por isso o registro). Minha sugestão era que transformássemos a Licere na RBEL, aproveitando a tradição já constituída pelo periódico mais antigo. De toda maneira, a revista da Anpel tem dado reconhecidos passos alvissareiros, envolvendo cada vez mais pesquisadores que atuam no campo.

#### 8. Nova direção

Em março de 2014, foi lançado o edital de eleições da nova direção da Anpel. Apresentou-se uma chapa, que foi eleita, formada pelos colegas Ricardo Uvinha (Presidente), Mirleide Chaar Bahia (Vice-Presidente), Cléber Dias (Secretário) e José Clerton (Secretário).

Ao final dessa primeira gestão, creio que algumas expectativas poderiam ser apontadas para o futuro:

1. conseguir a filiação da entidade na SBPC;
2. ampliar a base de associados;
3. dar maior visibilidade a suas ações, inclusive ao CBEL e à RBEL;
4. conseguir maior relação com agências de governo e financiadoras de pesquisa;
5. estabelecer contatos internacionais.

Não foi de forma nenhuma uma trajetória heroica, linear e totalmente pacífica. Creio que conseguimos trabalhar em harmonia, mas não poucas foram as tensões e rugas entre os quatro diretores. Fracassamos em algumas coisas, demos conta parcialmente de certas tarefas, tivemos sucesso em outras.

De toda forma, em linhas gerais, parece-me, conseguimos lograr o objetivo maior de nossa gestão: dar os primeiros passos, construir uma base para iniciar o funcionamento da Anpel, forjar uma laje segura para que as vindouras diretorias pudessem atuar tendo em vista a consolidação de nossa entidade.

## **A segunda gestão (por Ricardo Uvinha)**

O Congresso Mundial de Lazer em Rimini na Itália, em 2012, conforme já descrito, teve um papel central em oportunizar a reunião de pesquisadores brasileiros no intuito de programar as tarefas prioritárias para a criação da Anpel. Com o tema “Transformando as Cidades, Transformando o Lazer”<sup>11</sup>, houve um ambiente mais do que propício para se lançar a ideia de fortalecer a produção temática no Brasil por meio de uma associação nacional, bem como de possivelmente articular com outras associações representativas já tradicionais na área, conforme descrito na introdução deste capítulo.

No entanto, vale o importante registro, a nosso ver, que ainda no ano de 2012 e alguns meses antes do Congresso em Rimini, os primeiros passos para a criação de tal associação ocorreram de fato em reunião realizada por ocasião do XIII Seminário O Lazer em Debate ocorrido de 13 a 15 de junho de 2012 na Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG<sup>12</sup>. Ao tratar do tema “Produção do Conhecimento no Âmbito dos Estudos do Lazer”, não haveria

---

<sup>11</sup> Sobre a importância de tal congresso, ver Uvinha (2012).

<sup>12</sup> Mais informações sobre a programação de tal evento em Seminário...(2012).

ambiente mais propício para a discussão sobre a criação de uma associação representativa da área.

Em 1 de maio de 2014, foi proposta uma carta programa de trabalho da comissão candidata à segunda gestão da ANPEL. Endereçada ao Prof. Dr. Luciano Pereira da Silva, Presidente da Comissão Eleitoral do Edital de Seleção 2014/2016<sup>13</sup>, o documento foi assinado pelos professores doutores Cleber Augusto Gonçalves Dias, José Clerton de Oliveira Martins, Mirleide Chaar Bahia e Ricardo Ricci Uvinha. A carta tinha como premissa os seguintes pontos:

- Dar continuidade às ações estipuladas pela gestão anterior, em especial no tocante ao incremento do número de associados e ao fomento do Congresso Brasileiro de Estudos do Lazer - CBEL e da Revista Brasileira de Estudos do Lazer - RBEL;
- Apoiar pesquisas, intercâmbios e acordos de cooperação interinstitucionais, nos âmbitos nacional e internacional, na área do lazer e afins;
- Manifestar formal apoio a congressos, encontros e reuniões nas diversas regiões do país que tenham como coordenadores os associados da ANPEL;
- Envidar esforços para dar visibilidade internacional à ANPEL articulando-a numa rede de relações com associações temáticas e grupos de pesquisa consolidados de destaque no mundo;
- Promover a divulgação do conhecimento elaborado no âmbito da ANPEL para o amplo conjunto da sociedade, possibilitando inclusive a utilização de tais dados para a melhoria de políticas e demais ações relacionadas a tal campo nos mais distintos contextos socioculturais.

A referida chapa foi eleita em votação realizada no I Congresso Brasileiro de Estudos do Lazer/ XV Seminário “O Lazer em Debate” em 06/08/2014, em Belo Horizonte /MG. Tinham direito a voto os sócios pesquisadores doutores que estivessem em dia com todas as suas obrigações sociais. A divulgação do resultado final da eleição se deu através da página da ANPEL e na Assembleia prevista na programação do referido congresso, onde ocorreu a posse da chapa.

---

<sup>13</sup> Além do prof. Luciano, a Comissão Eleitoral era composta pelos professores doutores Coriolano Pereira da Rocha Junior – UFBA, Edmur Antonio Stoppa – USP e Rafael Fortes Soares – UNIRIO.

Foi realizada uma primeira reunião dessa gestão de forma presencial já em Belo Horizonte, após proclamada a vitória da chapa. Decidiu-se que a nova gestão teria a seguinte composição:

- Prof. Dr. Ricardo Ricci Uvinha – USP (Presidente)
- Profa. Dra. Mirleide Chaar Bahia – UFPA (Vice-Presidente)
- Prof. Dr. Cleber Augusto Gonçalves Dias – UFMG (Secretário)
- Prof. Dr. José Clerton de Oliveira Martins – Unifor (Secretário)

Ainda nessa reunião, ficou acertada uma reunião presencial em dezembro daquele ano, que deveria ser realizada em uma das instituições de origem dos diretores.

Assim, em dezembro de 2014, o local escolhido para a reunião foi a sala do Grupo Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Universidade de São Paulo – GIEL/USP. Como pauta, dez pontos foram elencados:

#### Pauta da Reunião Presencial

Data/horário: 17.12.2014, 14h30

Local: Sala do GIEL/USP, em São Paulo

1. Abertura e informes
2. Relatório financeiro e cartorial
3. Gerenciamento do *website* da ANPEL
4. Gerenciamento do *e-mail* da Diretoria e da lista
5. RBEL
6. Apoio aos encontros regionais
7. CBEL 2016 em Belém
8. Iniciativas de internacionalização
9. Filiação e demais metas para 2015
10. Mensagem de final de ano para os sócios da ANPEL

Diversas pequenas reuniões e inúmeros *e-mails* foram trocados entre os diretores no primeiro semestre de 2015. Em agosto daquele ano, realizamos uma reunião eletrônica no dia 17. A pauta dava conta de abordar tarefas bastante objetivas que deveriam ser realizadas naquele cenário. Reproduz-se a seguir o quadro 1 com as atividades necessárias naquele momento:

Quadro 1: Tarefas da Reunião Eletrônica em 17.08.2015

|  |
|--|
| <p>Atividade cartorial:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Consulta ao cartório sobre possibilidade de endereço comercial e imediata implementação do CNPJ</li> </ul>  |
| <p>Controle de filiação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Enviar controle de filiação realizado até antes do CBEL</li> <li>- Sincronizar lista antiga de filiação com a atual, identificando sócios que ainda não renovaram a filiação em 2015</li> </ul>  |
| <p>Website da ANPEL:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Solicitar ao webdesigner a possibilidade da extensão .net no website da Anpel</li> </ul>   |
| <p>Gerenciamento do e-mail da Diretoria e da lista:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Verificar com frequência a lista de e-mails da Anpel e responder possíveis solicitações dos associados</li> </ul>   |
| <p>Revista Brasileira de Estudos do Lazer:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Sugestões para a Editoria Associada da revista</li> <li>- Enviar informações sobre a chamada para o próximo número para os associados e comunidade científica</li> </ul>   |
| <p>CBEL 2016 UFPA:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Envio da nova programação com sugestões da reunião para membros da Diretoria, em especial na reformulação dos GTs e Comissão Científica</li> <li>- Envio de mensagem aos associados com as datas do evento, informando que será criado em breve website com a programação</li> </ul> |
| <p>Parcerias formais</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Rede Iberoamericana de Estudios de Ócio e participante da Diretoria da ANPEL no encontro temático no Chile em novembro de 2015</li> <li>- Aproximação formal com similares associações</li> </ul>  |

Fonte: Autoria própria

De agosto de 2015 a agosto de 2016, deu-se um ano de muito trabalho e diversas conquistas, que serão elucidadas a seguir no relato realizado por ocasião do II CBEL. Em agosto de 2016, antes mesmo dessa edição do CBEL, realizamos a última reunião formal da diretoria gestão 2014-2016 via *internet*, cobrindo os seguintes pontos de pauta:

#### Pauta da Reunião Eletrônica

Data/horário: 11.08.2016, 11:00h

Meio: eletrônico (*Skype*)

1. Abertura e informes
2. Relatório financeiro e cartorial

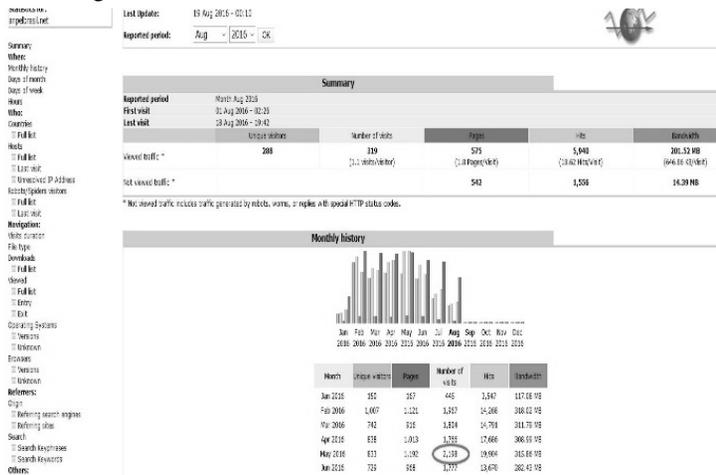
3. Controle da Filiação
4. *Website* da ANPEL
5. Gerenciamento do *e-mail* da Diretoria e da lista
6. RBEL
7. Parcerias realizadas
8. CBEL 2016 UFPA
9. Processo eleitoral 2016
10. Apresentação do relatório final no CBEL 2016

Por ocasião do II Congresso Brasileiro de Estudos do Lazer/ XVI Seminário “O Lazer em Debate”, a diretoria esteve reunida com todos os sócios presentes em Assembleia já prevista na programação para um relato da gestão 2014-2016. Os pontos centrais deste relato são apresentados a seguir.

Primeiramente, deu-se ênfase ao Congresso Brasileiro de Estudos do Lazer. Como assumido na carta de candidatura, a segunda gestão da Diretoria da ANPEL manteve o compromisso com a realização da segunda edição do evento. Com o tema “Lazer, desenvolvimento e sustentabilidade”, o II CBEL foi promovido pela UFPA, em Belém-PA, de 14 a 16 de setembro de 2016. Destacou-se neste ponto uma reunião presencial realizada em fevereiro de 2016 no Ministério do Esporte com os diretores de tal órgão. Com a presença dos professores Ricardo Ricci Uvinha (pela presidência da ANPEL) e Mirleide Char Bahia (pela Comissão Organizadora do CBEL), o intuito principal de tal reunião era solicitar apoio financeiro e institucional para o evento, o que foi plenamente conquistado. A edição 2016 do CBEL contou com 450 participantes, sendo que 127 comunicações orais e 180 pôsteres foram apresentados.

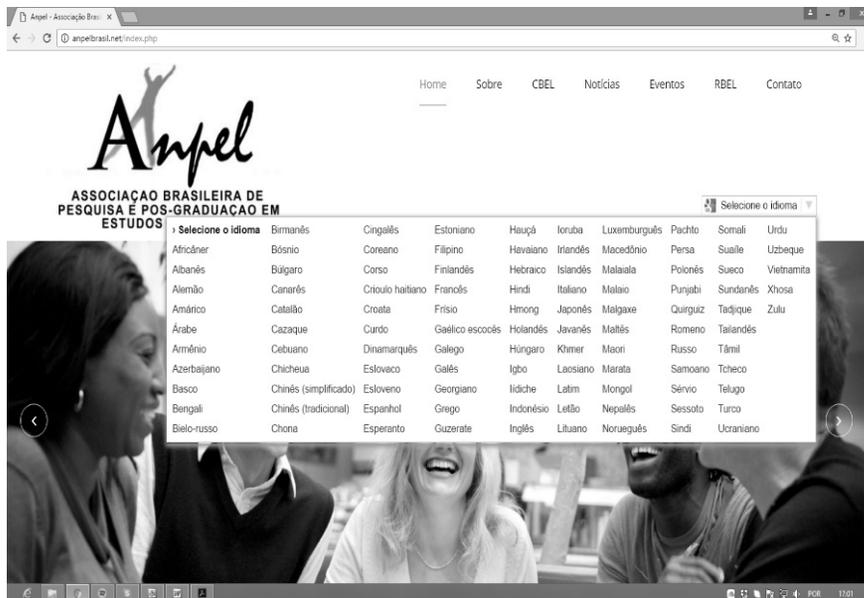
O segundo ponto de destaque no relato foi o *website* da ANPEL. Apresentaram-se na oportunidade alguns dados relevantes sobre o sucesso do novo *website* da associação. Entre eles, o fato descrito na Figura 1 de que se atingiu quase 2.200 visitantes no mês de maio de 2016 (5 vezes maior se comparado ao site antigo), sendo que a maioria dos acessos vinham diretamente dos buscadores e primeira página em vários termos no *google*, em que se destacavam: Pesquisa em lazer; Estudos sobre o lazer; Associação Brasileira de Estudos sobre Lazer; Congresso Brasileiro de Estudos do Lazer; Pós-Graduação em Estudos do Lazer e Graduação em Estudos do Lazer. O *website* permitiu ainda a tradução simultânea para 103 idiomas além do Português, como apontado na Figura 2.

Figura 1: Tráfego de visitantes no *website* da ANPEL



Fonte: Informação fornecida por DC e Studio Agência Web, adaptado de ANPEL (2016)

Figura 2: Idiomas disponíveis no *website* da ANPEL



Fonte: ANPEL (2016)

O terceiro ponto do relato foi endereçado às Parcerias e à Internacionalização. Nestes termos, a gestão 2014-2016 trabalhou para que a ANPEL ficasse formalmente conhecida nas seguintes associações temáticas mundiais: *National Recreation and Park Association* – NRPA nos EUA, *The Australian and New Zealand Association of Leisure Studies* – ANZALS, na Oceania, a *Asia Pacific Center for the Study and Training of Leisure* – APCL, na China; a *Canadian Association for Leisure Studies* – CALS, no Canadá; a *Leisure and Recreation Association of South Africa* – LARASA, na África do Sul; e, a *World Leisure Organization*, na Espanha. Foram constituídos dois dossiês temáticos na RBEL<sup>14</sup> convidando líderes das referidas associações para que tivessem a oportunidade de descrever a suas origens e principais características. Ainda no tema das parcerias, convidou-se no II CBEL em Belém a associada Profa. M. Sc. Regiane Cristina Galante para que apresentasse informações sobre o Congresso Mundial de Lazer no Brasil. Tal evento está previsto para o período de 28 de agosto a 1 de setembro de 2018 no SESC Pinheiros em São Paulo, com o tema “Lazer sem restrições”<sup>15</sup> e apoio da Anpel.

Já o quarto ponto versou especificamente sobre o relato dos avanços com a Revista Brasileira de Estudos do Lazer. Ressaltou-se o empenho com a publicação em periodicidade quadrimestral, com o posicionamento como B4 no Qualis da área Administração, Ciências Contábeis e Turismo bem como as metas futuras que incluíam: pontualidade na periodicidade, melhor colocação no Qualis de diversas áreas, indexadores para a Revista bem como a aquisição do *Digital Object Identifier* - DOI nos textos. Mereceu ainda destaque a atuação da equipe editorial composta pelos professores doutores Christianne Luce Gomes (editora responsável), Mauro Miskiw, Mirleide Chaar Bahia e Ricardo Ricci Uvinha (editores associados).

O quinto ponto de destaque foi a Filiação. Os dados atualizados de filiados da ANPEL em tal reunião registravam um montante de 35 doutores e 41 não doutores, com balancete final em saldo positivo de R\$ 11.489,31. A regularização jurídica também foi debatida na oportunidade, com um relato sobre as dificuldades de obtenção do CNPJ para a Associação e as metas futuras para atingir tal intento.

---

<sup>14</sup> Dossiê Associações Internacionais de Pesquisa em Lazer (v.2, n.1, jan/abr de 2015) e Dossiê Associações e Centros de Estudos sobre o Lazer (v.2, n.2, mai/ago de 2015).

<sup>15</sup> Tradução livre de *Leisure Beyond Constraints*. Mais informações sobre o evento em WLC (2018).

No sexto e último ponto, discutiram-se os desafios para a próxima gestão. A Diretoria eleita para a gestão 2016-2018 foi composta pela chapa vencedora da eleição realizada no II CBEL<sup>16</sup>, formada pelos professores doutores Mirleide Char Bahia – UFPA, Silvia Cristina Franco Amaral – UNICAMP, Prof. Dr. Reinaldo Tadeu Boscolo Pacheco – USP e Prof. Dr. Junior Vagner Pereira da Silva – UFMS. Apontamos à nova Diretoria nossa expectativa com a continuidade da regularização jurídica da Associação bem como o compromisso com a organização do CBEL, RBEL e apoios a eventos e seminários temáticos.

Com a posse da nova Diretoria, estava assim findada a segunda gestão da Anpel. Em suma, a compreensão da diretoria 2014-2016 é que se avançou consideravelmente no reconhecimento nacional e internacional da Associação, bem como se concretizaram uma série de iniciativas assumidas na carta de candidatura por ocasião da eleição em 2014. Procurou-se ainda estimular em tal período uma produção científica sobre a importância da criação da Anpel. Entre outras diversas iniciativas, destaca-se aqui a pesquisa realizada com um bolsista da Universidade de São Paulo. Tal pesquisa recebeu uma disputada bolsa de iniciação científica pela UPS e foi apresentada, em formato de pôster, por ocasião do Simpósio Internacional de Iniciação Científica e Tecnológica da USP (SANTOS; UVINHA, 2016).

## Referências

ANPEL. Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-graduação em Estudos do Lazer. 2016. Disponível em: <<http://anpelbrasil.net>>. Acesso em: 18.12.2016.

LIMA, João Franco. *Ethel Bauzer Medeiros: trajetória no campo da recreação e do lazer*. Dissertação de mestrado (Estudos do Lazer), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2009.

SANTOS, J.C.S; UVINHA, R.R. *A Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Estudos do Lazer ANPEL e seus impactos para os estudos do lazer no Brasil*. XXIV Simpósio Internacional de Iniciação Científica e Tecnológica. Universidade de São Paulo. São Paulo, Pró-Reitoria de Graduação da USP, 2016.

---

<sup>16</sup> A comissão foi composta pelos professores doutores Hélder Ferreira Isayama – UFMG, Edmur Antonio Stoppa – USP, Tânia Maria Vieira Sampaio – IFG e André Henrique Chabariberi Capi – UNIARA.

SEMINÁRIO O Lazer em Debate. 2012. *Produção do Conhecimento no Âmbito dos Estudos do Lazer*. Programa de Pós-Graduação em Estudos do Lazer. Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <<http://lazeremdebate.tumblr.com/programacaocompleta>>. Acesso em: 15.12.2016.

UVINHA, R. R. Transformando as cidades, transformando o Lazer: o Congresso Mundial de Lazer em Rimini, Itália. *Licere (Centro de Estudos de Lazer e Recreação*. Online), UFMG, v. 15, p. 1-10, 2012.

UVINHA, R. R. Cenários internacionais de pesquisa e de pós-graduação em estudos do lazer. In: ISAYAMA, H.F.; MELO, V.A. (Org.). *Pesquisa e Pós-graduação em Estudos do Lazer*. Belo Horizonte: Editora UFMG. (no prelo).

WLC. World Leisure Conference. 2018. Leisure Beyond Constraints. World Leisure Organization/Serviço Social do Comércio. São Paulo: WLO/SESC. Disponível em: <http://worldleisure.org/events/congress/2018-sao-paulo/>. Acesso em: 20/12/2016.



# OCIO HUMANISTA, UN COMPROMISO CON EL DESARROLLO PERSONAL Y COMUNITARIO

Manuel Cuenca Cabeza<sup>17</sup>

Quiero agradecer la oportunidad que se me ofrece para volver a tratar, una vez más, el tema de ocio y desarrollo humano. Y digo una vez más, porque éste ha sido un tema recurrente a lo largo de mi carrera académica. Uno de los objetivos personales que me han acompañado siempre y, también, el objetivo que más he compartido, al haber sido asumido por los grupos de investigación con los que me he relacionado más asiduamente: Los Equipos del Instituto de Estudios de Ocio de la Universidad de Deusto y los de las redes de investigación Otium y OcioGune. Por estas razones, esta conferencia no tiene como objetivo la originalidad del mensajes sino, al contrario, recordar la parte esencial que se encuentra dispersa en múltiples trabajos anteriores relacionados con el tema que trataré a continuación.

He podido comprobar, con cierta alegría, que gran parte de las ideas que voy a presentar también son compartidas, en mayor o menor grado, por investigadores de múltiples y diversos lugares de Latinoamérica y, muy especialmente, también por personas de aquí, de Brasil, donde existe un especial interés por este tema y se ha abierto un diálogo constructivo de gran interés. Por comenzar con un ejemplo concreto diré que estoy totalmente de acuerdo con Christianne L. Gomes cuando, en su artículo sobre *Los estudios del ocio en Brasil* (2012), afirma que es cada vez más importante promover la participación y la democratización del acceso a las oportunidades de ocio en Brasil, apoyando sobre todo a los grupos sociales que más las necesitan. Por eso, considera ella, las organizaciones gubernamentales y no gubernamentales, junto al sector privado, debieran trabajar asociadas con el fin de hacer posible que se consiga el objetivo de conseguir la democratización del ocio. En realidad este es un objetivo que, de una u otra forma, puede ser compartido por la mayor

---

<sup>17</sup> Catedrático Emérito de la Universidad de Deusto, Bilbao (España). Más información: [www.manuelcuenca.es](http://www.manuelcuenca.es)

parte de los países del mundo. Pero la cuestión no es solo la democratización del ocio sino de qué tipo de ocio que queremos democratizar.

A nivel popular, el ocio moderno se identifica con el descanso, las vacaciones, el espectáculo y la diversión. ¿Es eso lo que queremos? En el caso referido tengo la impresión de que la autora no piensa que todo valga, que se trata de promover cualquier tipo de ocio. De hecho, en otros de sus trabajos la autora (Gomes, 2011 y Gomes y Elizalde, 2012) lo precisa algo más, al afirmar que ella entiende el ocio como una necesidad humana y como una dimensión de la cultura caracterizada por la vivencia lúdica de manifestaciones culturales en el tiempo/espacio social. Si el ocio es una necesidad humana, hemos de considerar que no nos estamos refiriendo a una práctica secundaria o de segunda categoría, como muy a menudo se le considera, sino a algo más importante.

De ahí que iniciemos la reflexión solicitándole al lector que se olvide de las concepciones populares, que se encuentran muy arraigadas en el imaginario colectivo, para abrirse a la propuesta que presentamos. Se trata de exponer ahora qué se entiende aquí por ocio y, más concretamente, por un ocio humanista, orientado al compromiso con el desarrollo personal y comunitario, que es lo que en el momento actual denomino como ocio valioso. El ocio valioso es un concepto comprensible a partir de un proceso de reflexión anterior que permite delimitar el fenómeno, situándolo en un área de conocimiento a la que nos podemos aproximar con unas herramientas determinadas.

Comencemos por diferenciar entre ocio, ocio autotélico y ocio humanista, porque, lo que entendemos por estas palabras, es importante para poder hablar luego de ocio valioso. En una primera aproximación general al concepto ocio, podemos decir que ocio es todo aquello que realizamos las personas de un modo libre y sin una finalidad utilitaria sino, fundamentalmente, porque disfrutamos con ello. Desde esta primera aproximación podemos decir que el ocio de nuestros días tiene una gran aceptación. Veamos algunos ejemplos tomados de distintas webs:

Se estima que, entre 2014 y 2017, la cantidad de tiempo consumiendo medios en todo el mundo crecerá una media del 1,4% al año, llegando a los 506,0 minutos en 2017. Mientras tanto, el consumo de Internet crecerá un 9,8% alcanzando los 114,8 minutos al día. La cuota de Internet del consumo general de medios crecerá del 12,9% en 2010 al 22,6% en 2014 y al 28,6% en 2017. Los ciudadanos dedicaremos más de ocho horas diarias (492 minutos) al consumo de medios durante este año. Un 1,4% más que en 2014. En 2017 la cifra ascenderá a los 506 minutos,

impulsada por el crecimiento del uso de Internet. Se estima que un individuo pasa ya la mitad de su vida consumiendo médios. (<http://ipmark.com/consumo-de-medios-previsiones-mundiales/>)

Según el Theme Index 2014 – de la Themed Entertainment Association y AECOM –, solo el parque Magic Kingdom de Disney recibió 19 millones de visitantes el año pasado, más que todas las visitas que tuvieron Grecia o Corea del Sur en igual período. El mismo estudio señala que, el año pasado, hubo 223,5 millones de visitas a los 25 parques temáticos y de atracciones más populares de todo el mundo, un 4,1% más que en 2013. En los tres primeros lugares de este selecto grupo se encuentran parques Disney: Magic Kingdom, Tokio Disneyland y Disneyland. Recién en el quinto puesto está uno de la competencia: Universal Studios Japón.

El Barómetro de la OMT informa que las llegadas de turistas internacionales aumentaron un 4,4% en 2015 hasta alcanzar un total de 1.184 millones, del Turismo Mundial. En comparación con 2014, el año pasado hubo alrededor de 50 millones más de turistas internacionales (visitantes que pernoctan en todo el mundo).

¿Es este el ocio que pudiéramos clasificar como necesidad y derecho humano?

## **El proceso del Ocio Humanista**

El ocio al que nos referimos aquí es una acción personal y/o comunitaria que tiene su raíz en la motivación y la voluntad. Se hace realidad de forma personal pero también se manifiesta como fenómeno social. Esta visión amplia del ocio está en la base de todas las demás y se puede decir que es accesible a cualquier persona porque, a lo largo de la historia de la humanidad, se ha hecho presente a través del juego, la fiesta, el disfrute de la cultura y otras manifestaciones.

Acceptada y superada la necesidad de descanso (que si entraría, por supuesto, en la consideración de necesidad y derecho) el ejercicio del ocio cada vez se centra más en la ocupación libre y gustosa. En un pasado no muy lejano, el ocio se consideraba primordialmente como tiempo disponible una vez terminado el trabajo. Hasta la década de los sesenta del siglo pasado, gran parte de la población consideraba el ocio más como “tiempo” que como una práctica de determinadas actividades. Este sentimiento generalizado era el reflejo de un modo de pensar y sentir que situaba a las actividades relacionadas con el

ocio en una especie de limbo, confiando sólo al trabajo toda la legitimidad. Un ocio que se considere como derecho y necesidad tiene que estar legitimado en sí mismo del mismo modo que el trabajo y ha de ser independiente de él.

El problema o, si se prefiere, la situación actual es que el entretenimiento y la diversión se han convertido en un gran negocio internacional, cambiante y de creciente interés. Por recordar algún ejemplo: El turismo, al que nos hemos referido antes, representa el 9% del PIB - efecto directo, indirecto e inducido- a nivel mundial; la industria mundial del videojuego facturó en 2014 cerca de 100 mil millones de dólares; LEGO facturó en 2015 mil millones de dólares en utilidades que se vendieron en más de 130 países.

Todos sabemos, sin necesidad de consultar las bases de datos, que se ha producido una irrupción de las actividades realizadas en el llamado tiempo libre y, muy especialmente, durante los periodos vacacionales. Son actividades que se planifican cada vez más masivamente como entretenimientos sociales, con un interés empresarial y comercial desconocido, pero que muy a menudo se olvidan de su incidencia en los seres humanos a los que se destinan. En ese contexto, en el que nos encontramos, es donde interesa diferenciar entre prácticas de ocio, ocio autotélico, ocio humanista y ocio valioso.

Figura 1. Evolución de los conceptos de ocio



Fuente: Cuenca, 2014: 84

La evolución de conceptos que se presenta en la figura anterior no refleja tanto una situación histórica como un proceso de profundización en el modo de entender el ocio. Partimos de la idea de que, para muchas personas, el ocio es simplemente una práctica de algo que le divierte y no le compromete a nada. El compromiso personal se inicia, desde nuestro punto de vista, a partir del ocio autotélico, que es cuando tomamos conciencia del carácter diferencial de la práctica y nos introducimos en un proceso consciente de desarrollo. De ahí que nuestra consideración inicial del ocio se iniciase en ese ámbito, a partir del cual se ha ido pasando a los siguientes. Pero para eso ha tenido que pasar el tiempo y madurar las ideas.

### *Ocio autotélico*

Considerando estas premisas, podemos decir que ocio autotélico es una experiencia vital, un ámbito de desarrollo humano que, partiendo de una de-

terminada actitud ante el objeto de la acción, descansa en tres pilares esenciales: elección libre, fin en sí mismo (autotelismo) y sensación gratificante. El ocio autotélico se diferencia claramente de los otros tipos de ocio, aunque el referente tradicional en los estudios sobre el tema hayan sido las prácticas recreativas, entendidas como manifestación exterior y objetiva de lo que hacemos. Apenas se ha profundizado en las pautas de su vivencia o en la incidencia que tiene sobre personas y comunidades. También se ha considerado a menudo como ocio el empleo del tiempo, habitualmente denominado tiempo libre, siendo así que, en ese caso, lo que interesa es la ocupación, no la satisfacción conseguida. A diferencia de estos modos de entender y estudiar el fenómeno recreativo, el estudio del ocio autotélico se preocupa de profundizar en la realidad experiencial. La experiencia de ocio tiene que ver con su parte vivencial, con la vivencia humana subjetiva, libre, satisfactoria y con un fin en sí misma. Una vivencia que se caracteriza por enmarcarse en un tiempo procesual, estar integrada en valores, vivirse de un modo predominantemente emocional, no justificarse por el deber y estar condicionada por el entorno en que se vive.

Del ocio autotélico he afirmado (Cuenca, 2000) que, individualmente hablando, es el único ocio que existe, porque es el único que se hace realidad en la vivencia de cada uno de nosotros. El ocio autotélico es una importante experiencia vital, un ámbito de desarrollo humano que parte de una actitud positiva e induce a la acción. A todos los demás ocios se les puede denominar de otro modo: negocio, consumo, educación, vicio, ociosidad...

### *Ocio humanista*

Partiendo del concepto de ocio autotélico, en el Instituto de Estudios de Ocio de la Universidad de Deusto hemos orientado nuestra labor formativa e investigadora a partir del concepto de ocio humanista. Entendemos por ocio humanista (Cuenca, 2000, 2004, 2005) aquel que defiende ante todo la dignidad de la persona humana. Se reconoce como un ocio positivo, que favorece la mejora personal y comunitaria, sustentándose en los tres valores fundamentales del ocio autotélico: libertad, satisfacción y gratuidad, a los que se añade los referentes de identidad, superación y justicia (Cuenca, 2011). El ocio humanista es un ocio centrado en el desarrollo de la persona, de sus vertientes individual y social, por lo que también se preocupa del bien comunitario. En cualquier caso, no es un ocio espontáneo, sino una experiencia compleja que requiere formación (Cuenca y Otros, 2012b).

Desde nuestro punto de vista (Cuenca, 2000: 96), el ocio humanista puede realizarse a través de las dimensiones lúdica, ambiental-ecológica, cre-

ativa, festiva y solidaria. La diferenciación de las dimensiones resulta de especial interés y utilidad para aproximarse a un conocimiento más concreto y real del fenómeno de su experiencia, dado que el ocio humanista es una experiencia integral y compleja, motivada por la vivencia del ocio autotélico y el reconocimiento del ocio como Derecho humano (Cuenca y Goytia, 2012a).

Desde su vertiente social, es un fenómeno reconocible y cuantificable a través de las prácticas; pero, al mismo tiempo, es un ámbito de reivindicación social relacionado con la justicia, porque se entiende que el ocio es un Derecho humano básico, como la educación, el trabajo o la salud. Nadie debería ser privado de él por razones de género, orientación sexual, edad, raza, religión, creencia, nivel de salud, discapacidad o condición económica (World Leisure and Recreation Association, 1994). A partir de este planteamiento, entendemos que el ejercicio del ocio humanista favorece el desarrollo personal y social, al tiempo que potencia el desarrollo de ámbitos de innovación y libertad, propios de las experiencias autotélicas.

Aunque las raíces del ocio humanista se encuentran en el ocio clásico, esta manera de entender el ocio pudiéramos decir que es propia de las últimas décadas del siglo XX. No cabe duda de que el desarrollo de la sociedad del bienestar ha contribuido al cambio de percepción del concepto de ocio (Cuenca, 2011). Las infraestructuras y los recursos de nuestro entorno se han transformado radicalmente en este sentido. Durante los últimos años hemos asistido a la proliferación de polideportivos, centros culturales, museos, parques y otros múltiples lugares de interés centrados en el entretenimiento y el disfrute de los ciudadanos. Los mismos espacios urbanos parecen ser otros, después de rehabilitar centros históricos, peatonalizar sus calles y crear nuevos ámbitos de encuentro.

Desgraciadamente, todas estas bondades, que han favorecido y robustecido las vivencias de ocio, no han sido para todos ni para todos los lugares. La sociedad del bienestar, que en los últimos años se cuestiona, sólo puede entenderse en algunos países y, dentro de los mismos, la desigualdad social no ha dejado de estar presente. El ocio actual dominante a nivel global puede ser considerado, de un modo genérico, como un ocio de consumo. Un ocio predominantemente pasivo, en cuanto que unos lo disfrutan y son otros los que lo piensan y lo organizan; un ocio que forma parte de una importante industria cuyo objetivo es el rendimiento económico. Un ocio así no puede ser el referente del ocio humanista. El ocio humanista va en otra dirección.

*Ocio valioso*

La diferenciación entre estos conceptos de ocio nos parece fundamental para poder hablar de ocio valioso<sup>18</sup>. En el avance del conocimiento al que venturosamente hemos asistido a lo largo de estos años, siempre hemos dejado claro que, cuando hablábamos de ocio, no nos estábamos refiriendo a un ocio cualquiera, sino a un tipo de ocio específico que, desde el inicio, dimos en llamar ocio autotélico, luego ocio humanista y, más recientemente, ocio valioso. Si el ocio humanista no es algo que ocurra por azar, sino que es una realidad cultivada y un reto constante desde el punto de vista del desarrollo humano, el ocio valioso se fundamenta precisamente ahí, en el desarrollo humano.

Ocio valioso es la afirmación de un ocio con valores positivos para las personas y las comunidades, un ocio basado en el reconocimiento de la importancia de las experiencias satisfactorias y su potencial de desarrollo social. El adjetivo “valioso” enfatiza aquí el valor social beneficioso que se reconoce en la práctica de determinados ocios, así como su potencial de desarrollo humano, lo que no excluye otros tipos de desarrollo, como pudiera ser el económico.

Desde el punto de vista del ocio, esto significa que el ocio valioso, en cuanto necesidad humana de satisfacción, disfrute, distanciamiento de la realidad o realización personal y comunitaria, adopta diferentes modos de satisfacción en función de las mentalidades, tradiciones y culturas de los diferentes pueblos; lo que, en ningún caso, se puede obviar. De ahí que, a primera vista, no podamos identificar como ocio valioso aquel que se nos muestra a través de la sociedad de consumo; porque el ocio humanista no depende de la oferta y la demanda, es plurifacético y diverso, dependiendo de la percepción de los practicantes y de los valores y potencialidades que, objetivamente, desarrolla.

A todos estos tipos de ocio que acabamos de comentar los denominamos como ocio positivo o, si se prefiere, ocio orientado al desarrollo humano. Comprendo y comparto las críticas de que el ocio, en general, puede contribuir al mantenimiento del *status quo*, el orden social injusto o, incluso, a reforzar valores excluyentes, consumistas y alienantes (Gomes y Elizalde, 2012). Pero, al mismo tiempo, también es verdad que un ocio positivo puede abrir posibilidades para la construcción de sociedades humanas, inclusivas, participativas y solidarias. El ocio valioso guarda una estrecha relación con el desarrollo humano. Un desarrollo que, hace unos años, considerábamos (Cuenca, 2000:

<sup>18</sup>Las ideas que siguen sobre el concepto de Ocio Valioso están tomadas directamente de mi libro del mismo nombre (Cuenca, 2014: 87, 88).

81) tenía su origen en la direccionalidad de las experiencias de ocio. Es decir, partíamos de una concepción eminentemente personal, desde la que el ocio autotélico se aleja del mero «pasatiempo» y va más allá del disfrute, el descanso y la evasión, transformándose en motivo de autorrealización, expresión personal y encuentro. Todos estos aspectos se asocian a un desarrollo humano orientado hacia planteamientos personalistas, en los que no se excluye la vertiente social del ser humano, pero donde el papel de la comunidad, como objeto del desarrollo, queda desdibujado.

Este punto de vista sigue siendo valioso hoy, pero no se corresponde con el modo de entender el desarrollo humano desde un posicionamiento más social, como se ha señalado antes al referirnos al ocio valioso. De ahí que hayamos precisado recientemente la importancia del desarrollo humano entendido desde un punto de vista social-comunitario (Cuenca, 2013a y 2013b), un aspecto que no podremos desarrollar aquí dada la limitación del espacio disponible. Lo que sí haremos, a continuación, será recordar la relación que encuentro entre este ocio humanista y valioso con el desarrollo personal y comunitario.

## Ocio valioso y desarrollo personal

Hemos señalado antes que, en el concepto de ocio humanista que considerábamos a finales del siglo XX, predominaba un modo de entender el desarrollo humano más orientado al desarrollo personal. Esta concepción, basada en la bondad de la direccionalidad positiva de las experiencias de ocio, defiende que la práctica de ocios positivos mejora a los sujetos que los realizan (Cuenca, 2000). Hoy pensamos que sigue siendo un posicionamiento válido, aunque lo consideremos incompleto. De hecho, el ocio valioso tiene una relación muy estrecha con el desarrollo personal, que no se excluye la vertiente social del ser humano. Así se entendía también en otras concepciones más clásicas que ligaban el desarrollo a la persona a su contexto social. Tal es el caso de los autores a los que nos referiremos a continuación y que, desde posturas diversas, asociadas a miradas disciplinares más personalistas, como las ciencias sociales, la psicología o la educación, nos hacen ver que el ocio valioso incide directamente en el desarrollo individual de los seres humanos.

Iniciamos este breve repaso con Douglas A. Kleiber. En su libro *La experiencia de ocio y desarrollo humano: una interpretación dialéctica*, publicado en 1999, considera que el desarrollo es un proceso activo que no está

totalmente determinado por lo social o lo biológico, sino que también se relaciona con nosotros, implica un autocontrol. Desde su punto de vista, el ocio puede vincularse al desarrollo a través de la noción de libertad y de elecciones responsables, aunque el estudio del desarrollo humano individual se ha relacionado tradicionalmente con el cambio asociado a la edad.

Según Kleiber, la realidad del desarrollo humano reside en el punto de encuentro entre las influencias sociales y la autodeterminación de los individuos, y de ahí el papel esencial del ocio en cuanto ámbito de libertad y autodeterminación. El ocio es un ámbito generador de desarrollo humano en la medida que proporciona crecimiento y transformación personal positivos. Para el autor, el ocio se vuelve especialmente importante para el desarrollo en la medida que se experimenta como algo diferenciado de la realidad cotidiana que vivimos, propiciando el compromiso voluntario y el distanciamiento de la realidad. El ejercicio de un ocio voluntario y reiterado, propio de las aficiones arraigadas, facilita el control de la atención, que favorece el disfrute y el desarrollo de esta capacidad que nos capacita en la autodisciplina, tan necesaria para el éxito en otras facetas de la vida (Kleiber, 2000: 67).

Las afirmaciones de D. Kleiber se complementan con las investigaciones de Mihaly Csikszentmihalyi, un referente en la Psicología Positiva. En *Ocio y creatividad en el desarrollo humano* (2001) este autor precisa que la mayoría de las culturas consideran que la persona ideal, es decir, la que ha desarrollado todo su potencial humano, es alguien que “tiene la habilidad para controlar su energía física, que presenta una autonomía relativa frente a las necesidades instintivas y las convenciones sociales, alguien que tiene la voluntad de contribuir al bienestar de los demás, y alguien que intenta desarrollar su potencial único al máximo posible” (Csikszentmihalyi, 2001:25). Estos resultados de un desarrollo humano óptimo los resume el autor en alguien que ha conseguido aumentar al máximo su complejidad psicológica y que, consiguientemente, ha desarrollado de dos capacidades: Por un lado autonomía e individualidad personales y, por otro, integración o participación armónica con el medio social y cultural.

Desde su punto de vista, las experiencias de ocio son valiosas cuando favorecen la mejora de la complejidad psíquica. De ahí la importancia de su propuesta para acceder al ocio valioso, que él denominará “creativo”. Un modo de hacerlo realidad será dedicar el mayor tiempo libre posible a aquellas aficiones que nos reten a cuerpo y mente conduciéndonos hacia niveles más altos de complejidad. Pone como ejemplos los deportes, las actividades artís-

ticas, la meditación o el voluntariado en proyectos comunitarios. La segunda forma de acceder al ocio valioso es aprender a disfrutar de aquello que estamos haciendo, se llame como se llame, “ocio” o “trabajo” (Csikszentmihalyi, 2001:26), o, dicho de otro modo, desarrollar la capacidad de disfrute hasta tal punto que sea capaz de impregnar todas las acciones de nuestra vida. Pero esta es una actitud que difícilmente puede entenderse sin considerarla una consecuencia de la anterior, es decir, de la capacidad de disfrute que se genera y desarrolla inicialmente a partir de la práctica de las aficiones.

Para Csikszentmihalyi y, en general para quienes participan de los planteamientos de la Psicología Positiva, el desarrollo óptimo que comentamos se alcanza a través de la reiteración de experiencias satisfactorias, con retos progresivos, a la que nos someten las experiencias satisfactorias. Esto explica una de sus afirmaciones realizada en un estudio anterior: “el disfrute es la piedra angular de la evolución”, (Csikszentmihalyi, 1998: 47). La razón está en lo que Seligman denomina espiral ascendente, un movimiento que nos conduce a generar mayores sentimientos positivos, con sus consiguientes potencialidades de desarrollo (Seligman, 2003: 281). Porque las experiencias positivas, entre las que el ocio ocupa un lugar preferente, se relacionan directamente con el desarrollo humano, afirma Seligman (2003: 282), en cuanto que amplían y potencian los recursos intelectuales, sociales y físicos, muy especialmente en el caso de los que los niños.

Desde un planteamiento educativo, el ocio se convierte en ámbito de desarrollo humano en virtud de su potencial de formación y mejora de la persona y la comunidad (Cuenca, 2004). Cuando hablamos de mejora nos referimos a mejoras humanas tales como: conseguir un mayor grado de libertad, ser más autónomos, estar más satisfechos, ser más comprensivos, tolerantes, solidarios etc. Un ocio que se experimenta desde una vertiente positiva genera energías de ese mismo signo que lo convierten en fuente de mejora y, consiguientemente, en ámbito educativo.

H. Ruskin, (2000), al preguntarse ¿cómo puede la educación del ocio contribuir al desarrollo humano?, afirma que el propósito de la educación es el de desarrollar los valores y virtudes de las personas y equiparlas del conocimiento y las destrezas que les permitan sentirse más seguros y obtener un mayor disfrute y satisfacción de sus vidas. Esto implica que la educación del ocio no sea solamente relevante para la economía y el trabajo, es igualmente importante para el desarrollo del individuo como persona y como miembro que participa plenamente en una sociedad en la mejora de la calidad de vida.

Socialmente “la educación del ocio ejerce una labor fundamental a la hora de reducir las diferencias en el estatus del ocio y en garantizar la igualdad de oportunidades y recursos” (Ruskin, 2000: 122). De modo que las escuelas y comunidades pueden brindar una importante contribución al desarrollo humano ofreciendo oportunidades para el ocio, en un entorno adecuado de aprendizaje.

En esta misma línea de pensamiento A. Sivan (2000: 128) considera que la educación del ocio forma parte del proceso de socialización de los individuos. Y esto es así en la medida que fomenta el desarrollo de valores, creencias y conocimientos relevantes que trascienden la esfera del ocio, aumentando la calidad de vida de los individuos y sus comunidades. Para esta autora, la educación del ocio es un proceso de por vida, que comienza en la infancia y se extiende a lo largo de nuestra existencia proporcionándonos aprendizajes cognitivos, afectivos y cinestésicos, que favorecen nuestro desarrollo.

Es importante precisar que, cuando hablamos de educación, no nos estamos refiriendo solamente a la educación escolar. Gardner (1995: 58-59) precisa que el aprendizaje de las habilidades asociadas a los conocimientos sensoriales, simbólicos, conceptuales y especializados no son, habitualmente, adquisiciones de tipo escolar, sino que se desarrollan por medio de la observación, la participación directa y la enseñanza informal, de forma análoga a como se adquiere el conocimiento intuitivo simbólico inicial. De ahí que el autor llame la atención sobre el interés de múltiples prácticas de ocio, en sus diversas manifestaciones lúdicas, culturales, deportivas etc., en la medida que ejercitan habilidades que tienen afinidad con las formas de conocimiento no escolares. Estas prácticas resultan especialmente significativas para el crecimiento personal en la medida que “tienen lugar durante un período de tiempo significativo, que se encuentran ancladas en la producción significativa y que se construyen sobre conexiones naturales con el conocimiento perceptivo, reflexivo y artístico” (Gardner, 1995: 84).

## **Ocio valioso y desarrollo humano social**

Junto al potencial de desarrollo personal que venimos refiriendo, no cabe duda de que el ocio tiene, para las sociedades modernas, un importante potencial de desarrollo económico y social. Basta pensar en algunas de las cifras que se han dado al inicio sobre el turismo, el deporte, los juegos o los eventos. Pero no se trata de redundar en algo que es conocido sino en poner el

énfasis en otros aspectos que, a mi modo de ver, son aún más trascendentes. Tal es la importancia de orientar las acciones hacia un bienestar duradero. Un bienestar en el que, tanto personal como socialmente, se favorezca el desarrollo de valores y capacidades básicas, que permitan acceder a las personas a unos grados de desarrollo dignos. En esta dirección, el ocio valioso pone el énfasis en un desarrollo humano desde un posicionamiento más social. Un planteamiento diferenciado en el que nos detenemos ahora.

Comencemos recordando que, hasta hace pocos años, el concepto de Desarrollo Humano que se tomaba como referente era el propuesto por el Programa de Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD), que aparece en el primer Informe publicado en 1990 y en el que se considera que “el desarrollo humano es un proceso en el cual se amplían las oportunidades del ser humano” (PNUD, 1990: 34). Estas palabras abren el horizonte hacia un concepto de desarrollo centrado en las personas y en lo que de verdad les importa, planteando la necesidad de ir más allá del mero desarrollo económico para poner atención en otros aspectos trascendentales para las personas y su calidad de vida. Ahí es donde situamos la importancia del ocio valioso y nos preguntamos sobre el papel que debe asumir el ocio para lograr un mundo mejor.

Para fundamentar esta tarea nos apoyaremos en algunos autores y documentos que nos permitan clarificar el tema. Nos referimos concretamente a Amartya Sen y Martha C. Nussbaum, cuyos pensamientos son socialmente reconocidos, y a dos documentos institucionales de repercusión internacional, el Informe sobre “Desarrollo humano en Chile 2012 y la Resolución A/67/697 de Naciones Unidas, de enero de 2013, “La felicidad: hacia un enfoque holístico del desarrollo”.

Amartya Sen crítica la Economía del Bienestar Clásica, centrada en el máximo nivel de bienestar individual, y propone una propuesta alternativa. En su libro *Desarrollo y Libertad* (Sen, 2000), el autor concibe el desarrollo como un proceso integrado de expansión de las libertades fundamentales relacionadas entre sí, que integra las consideraciones económicas, sociales y políticas, permitiendo reconocer el papel de los valores sociales y de las costumbres vigentes. Para hacer operativo este concepto, identifica cinco tipos distintos de libertad en los que conviene poner especial énfasis desde un punto de vista instrumental: las libertades políticas, los servicios económicos, las oportunidades sociales, las garantías de transparencia y la seguridad protectora. “Estas libertades instrumentales tienden a contribuir a la capacidad general de las personas para vivir más libremente, pero también contribuyen a complemen-

tarse” (Sen, 2000: 57). Amartya Sen defiende que el éxito de una sociedad debe evaluarse en función de las libertades fundamentales que disfrutaron sus miembros, por lo que es importante evaluar la libertad de los miembros de la sociedad y el desarrollo de la sociedad, pero también la iniciativa individual y la eficacia social. Según el autor, el aumento de la libertad mejora la capacidad de los individuos para ayudarse a sí mismos y para influir en el mundo. Ambos aspectos son fundamentales para el proceso de desarrollo.

Martha C. Nussbaum defiende, en *Crear capacidades: Propuesta para el desarrollo humano* (2012), que las teorías del desarrollo actualmente imperantes han producido políticas que ignoran nuestras necesidades más fundamentales de dignidad y respeto personales. A través del desarrollo de las capacidades centrales para el funcionamiento humano y del concepto de mínimo social básico, Martha C. Nussbaum da la vuelta a los indicadores que miden o cualifican a los países, introduciendo como método adecuado para conocer cómo le va a un país el conocimiento de cómo de bien le va realmente a la gente, en lugar de otras mediciones estándar como el PIB per cápita.

Nussbaum define como capacidades centrales para el funcionamiento humano aquello que la gente es capaz de hacer y ser con la dignidad propia del ser humano. Y entiende que la política y la economía han de servir para que las personas desarrollen y ejerzan dichas capacidades. Para ello se parte de la pregunta: ¿qué es capaz de hacer y de ser cada persona? Y, a partir de ahí, ¿cuáles son las oportunidades que tiene realmente a su disposición? Las capacidades que la autora considera que debieran servir de referencia son diez: vida; salud corporal; integridad corporal; sentido, imaginación y pensamiento; emociones; razón práctica; afiliación; otras especies; juego y, finalmente, control del propio entorno. Nussbaum considera que deberíamos capacitar a las personas de cualquier lugar y país, atendiendo sus peculiaridades personales y contextuales, para que lleven unas vidas plenas y creativas.

El informe de Chile, *Desarrollo humano en Chile 2012. Bienestar subjetivo: el desafío de repensar el desarrollo* (PNUD), décimo de los elaborados en ese país sobre desarrollo humano, apuesta por un cambio de mirada ante el convencimiento de que la propuesta de nuevas ideas y su debate es algo esencial cuando se trata de cambiar la realidad. De un modo audaz e innovador el Informe se pregunta de qué manera y en qué medida puede el bienestar subjetivo servir de guía y de horizonte a la acción de la sociedad en pos del Desarrollo Humano. Este modo de repensar el desarrollo se fundamenta en

la convicción de que, además de la economía, existen otras dimensiones del desarrollo que hoy se hace cada vez más necesarias. Entre ellas estaría la búsqueda de la felicidad. En realidad se trata de centrarse en lo que realmente importa, es decir, en las personas y sus proyectos de vida, un aspecto que, en Chile, se ha relacionado con el bienestar subjetivo.

El *Informe* propone un concepto de bienestar subjetivo con dos componentes: el bienestar subjetivo individual y el bienestar subjetivo con la sociedad. El primero alude al estado subjetivo que resulta de la evaluación cognitiva-emocional que realiza el individuo de su vida. El segundo alude al estado subjetivo que resulta de la evaluación cognitiva-emocional que hace de la sociedad en que vive. En términos empíricos, el Informe mide el primero a partir de la “satisfacción con la vida” y el segundo a partir de la “confianza en las instituciones” y la “evaluación de las oportunidades que brinda la sociedad en ámbitos relevantes”. Esto significa que, aunque el bienestar subjetivo siempre tenga un margen de independencia respecto de la sociedad, la sociedad incide en dicho bienestar en cuanto que proporciona o no las condiciones para desarrollar sus capacidades y deseos.

Finalmente, el documento de Naciones Unidas (NU), *La felicidad: hacia un enfoque holístico del desarrollo*, desarrolla la resolución de Naciones Unidas, aprobada por La Asamblea General de la ONU, el 19 de julio de 2012, que reconoce la búsqueda de la felicidad como “un objetivo humano fundamental” e invita a los Estados miembros a promover políticas públicas que incluyan la importancia de la felicidad y el bienestar en su apuesta por el desarrollo. La resolución, adoptada por aclamación, reconoce que la felicidad es “un objetivo y aspiración universal” que se debe potenciar porque es, además, “la manifestación del espíritu de los Objetivos de Desarrollo del Milenio” (ODM).

El documento, que recoge las iniciativas más relevantes encaminadas a medir el bienestar de un pueblo o nación más allá del PIB, nos interesa por el hecho de que, siguiendo el pensamiento de Aristóteles, sitúe el horizonte de desarrollo humano en el logro de la felicidad, algo que tradicionalmente ha sido una cuestión propia del ocio. Sin apenas detenerse en consideraciones complementarias, se afirma que, para medir la felicidad y el bienestar es necesario hacer una distinción entre la felicidad subjetiva, también conocida como “felicidad afectiva”, y “felicidad evaluativa”. La primera se relaciona con las penas y alegrías cotidianas, mientras que la felicidad evaluativa se vincula con las dimensiones de la vida que conducen a la satisfacción o falta de satisfac-

ción general, algo semejante a las capacidades o al bienestar subjetivo social aludidos antes.

El texto termina invitando a los gobiernos de los países miembros de la ONU a considerar la posibilidad de fomentar numerosos aspectos del bienestar, más allá del crecimiento del PIB. Entre ellos los aspectos sociales, económicos y ambientales del desarrollo sostenible y los datos, a gran escala, sobre la felicidad y el bienestar como indicadores para mejorar políticas macroeconómicas y la prestación de servicios. Todo ello con el fin de asegurar que las personas de los países de ingresos bajos, o los grupos excluidos de cualquier lugar, puedan tener unas condiciones mínimas de felicidad, es decir, acceso a la alimentación y los servicios básicos, derechos humanos y protección social básicos, y reducción de las desigualdades.

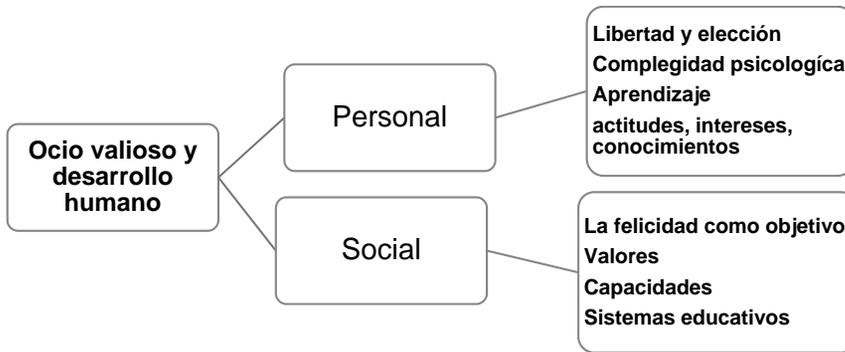
Una breve síntesis de lo que venimos comentando, nos hace ver que el desarrollo social que se oriente desde el ocio ha de tener en cuenta diversos aspectos importantes, tales como: Valores sociales relacionados con libertades fundamentales, dignidad y respeto; o desarrollo concreto de capacidades centrales orientadas hacia lo que de verdad importa a las personas y a las comunidades o, dando sentido a todo, la búsqueda de la felicidad. Esto sin olvidar el contexto profundo y estructural propio de cada cultura y que, recordando a Howard Gardner, también se asocia con las experiencias de formación. Gardner propone de la necesidad de plantear el desarrollo humano a través de procesos de formación y la vivencia de experiencias, porque “hay diferencias importantes entre individuos, grupos y culturas, que vienen impuestas sobre etapas tan amplias como se quiera del desarrollo intelectual” de modo que los investigadores reconocen ahora “que la naturaleza -e incluso la existencia -de un sistema educativo puede también marcar las trayectorias del desarrollo humano en el interior de una cultura” (Gardner, 1995: 22 y 23).

Todos estos retos refuerzan los argumentos apuntados al presentar la evolución del ocio humanista al ocio valioso, que hacíamos al comienzo. El bienestar psicológico que proporcionan las experiencias de ocio no puede estar ajeno al malestar y la infelicidad, estado que las investigaciones asocian a la salud, a deficiencias en el nivel de vida y a las consecuencias de los sistemas educativos en su más amplio significado. El ocio valioso no solo tiene su medida en las sensaciones y puntos de vista personales, sino también en los indicadores satisfacción social que indican que es una opción accesible a todos los ciudadanos.

## Consideraciones finales

Resumiendo, en primer lugar, los argumentos que acabamos de expresar, encontramos que un ocio comprometido con el desarrollo humano arranca del respeto y la consideración de una serie de aspectos esenciales relacionados con el desarrollo personal y social, tal como aparecen en el siguiente esquema:

### **Relación del ocio valioso con el desarrollo humano**



Fuente: Elaboración propia

El ocio de cualquiera de nosotros no es sólo un ocio resultado de la edad o el contexto social, sino que está orientado por las experiencias y conocimientos anteriores que, a su vez, resultarán determinantes para los futuros hábitos de ocio. Esto nos hace recordar que, aunque las capacidades básicas, a las que se refería Martha C. Nussbaum, existan, sólo puedan ser capacidades combinadas en la medida que se transforman en actitudes, intereses, conocimientos y destrezas adecuados a la edad y a los estados de madurez de las personas. El disfrute y la satisfacción, propias de un ocio valioso, siempre está asociado a procesos de formación y mejora personal, que son la base de todo desarrollo humano.

El ocio humanista, en cuando derecho a tener experiencias libres, satisfactorias y gratuitas y valiosas, no es sólo una cuestión personal sino también una cuestión social. La razón es que, junto a las elecciones y potencialidades personales, existe una continua interacción con los condicionantes del contexto: espacio físico y cultural, educación, equipamientos, recursos y otros muchos elementos que inciden de uno u otro modo en nuestras posibilidades de disfrute.

El ocio se convierte en desarrollo humano cuando se tiene clara la idea de su sentido y su valor. Este planteamiento excluye la tentación de plantear el tema aisladamente, desde el punto de vista personal o social, y nos obliga a considerar la interrelación entre los dos ámbitos, lo que necesariamente abre un diálogo ético que nos recuerda los planteamientos de Karla Henderson. Para ella, cuando pensamos en el ocio como desarrollo humano no podemos dejar a un lado el ocio justo: “el ocio justo requiere que el desarrollo humano observado de forma individual se combine también con los valores sociales que proporcionan equidad para todos y que además expresan un interés por el medio ambiente” (Henderson, 2000: 40). Porque, desde su punto de vista, el ocio puede ser una forma de que el desarrollo de los individuos se oponga a los valores sociales dominantes poco entendibles, desde los derechos humanos, o, por el contrario, reproduzca estereotipos culturales de ocio que son ajenos a la justicia social.

Esto explica que, en el marco de la celebración del 25 aniversario del Instituto de Estudios de Ocio de la Universidad de Deusto (2013), atendiendo a los nuevos contextos a los que me acabo de referir y partiendo de la investigación, experiencia y conocimiento adquiridos durante estos años, se promoviese un Manifiesto, que pretende concienciar sobre la importancia de las aportaciones del ocio valioso al desarrollo humano mediante aspectos tan fundamentales como los que siguen:

1. Promoción de valores. Concretamente, los valores que hemos comentado: libertad, satisfacción, autotelismo, identidad, superación y justicia.
2. Desarrollo de capacidades. Consideradas como habilidades personales y las condiciones sociales, políticas y económicas que hacen posible su ejercicio.
3. Protección de la diversidad cultural. Porque las formas diversas de ocio del ser humano merecen ser reconocidas y preservadas como garantes del patrimonio material e inmaterial de las diversas culturas.
4. Fomento del bienestar. El ocio valioso e inclusivo orientado hacia la felicidad es parte esencial del bienestar integral, tanto subjetivo como social.
5. Impulso del empoderamiento. Un ocio valioso es capaz de empoderar a las personas y a las comunidades. A las personas, a través de

vivencias positivas que cultiven sus potencialidades de crecimiento. A las comunidades, con ocios creativos y solidarios.

6. **Garantía de convivialidad.** Un ocio que promueva relaciones interpersonales inspiradas en la equidad, la solidaridad y la inclusión contribuye a la convivialidad, fomentando la cohesión social sobre valores plurales libremente compartidos y evitando los riesgos de la uniformización.

Estas afirmaciones nos permiten apuntar, aunque solo sea someramente y para terminar, tres cuestiones más que consideramos importantes. Por un lado, la necesidad de una formación integral que, desde el punto de vista del ocio, apela a la capacitación en distintos tipos de experiencias de ocio, asociadas a las distintas dimensiones del ocio humanista y valioso, capaces de desarrollar el potencial múltiple de inteligencias que posee cada persona. En segundo lugar, la importancia de salvaguardar la continuidad en la práctica de las aficiones, en la continuidad se afianza el desarrollo. Esta se garantiza en la medida que las personas dedican tiempo de práctica suficiente y tiene la posibilidad de pasar a distintos grados de capacitación hasta llegar a la de experto.

Finalmente, es esencial recalcar la importancia de la formación de los educadores de ocio y recreación. Ellos son la clave para abrir las mentalidades sobre el papel transformador del ocio valioso en relación con el desarrollo humano, un desarrollo que no puede ser sólo personal o sólo social, sino que requiere trabajar al unísono los dos ámbitos.

## Referencias

CSIKSZENTMIHALYI, I.S.(1998). *Experiencia óptima. Estudios psicológicos del flujo de la conciencia*. Bilbao: Desclée De Brouwer.

CSIKSZENTMIHALYI, M. (2001) Ocio y creatividad en el desarrollo humano, en M. Csikszentmihalyi, M. Cuenca, C. Buarque, V. Trigo y Otros, *Ocio y desarrollo. Potencialidades del ocio para el desarrollo humano*. Bilbao: Universidad de Deusto, pp 17-32

CUENCA CABEZA, M. y Goytia Prat, A. (2012a). Ocio experiencial: antecedentes y características, en *ARBOR, Revista de Ciencia, Pensamiento y Cultura*, nº 754, marzo-abril, pp. 265- 281. Madrid: CSIC.

CUENCA CABEZA, M. (2000). *Ocio humanista. Dimensiones y manifestaciones actuales del Ocio*. Bilbao: Universidad de Deusto.

CUENCA CABEZA, M. (2004). *Pedagogía del Ocio: Modelos y propuestas*. Bilbao: Universidad de Deusto.

CUENCA CABEZA, M. (2005). *Ocio solidario. La experiencia en grupos de jóvenes y jubilados*. Bilbao: Universidad de Deusto.

CUENCA CABEZA, M. (2011). “Valores que dimanaban del ocio humanista”, en *Los valores del ocio: cambio, choque e innovación*. Bilbao: Universidad de Deusto, pp.17-47.

CUENCA CABEZA, M. (2013a). Ocio, desarrollo humano y ciudadanía. En: Tabares, J.F. (edit) *Educación Física, Deporte, Recreación y Actividad Física: construcción de ciudadanía*. Medellín (Colombia): Instituto Universitario de Educación Física, pp. 55-74.

CUENCA CABEZA, M. (2013b). Ocio valioso en tiempos de crisis. En: Torío, S. y Otros. *La crisis social y el Estado del Bienestar: las respuestas de la Pedagogía Social*. Oviedo: Universidad de Oviedo, 2013b. p. 5-20.

CUENCA CABEZA, M. y Otros (2010). *Ocio para innovar*. Bilbao: Universidad de Deusto.

CUENCA CABEZA, M. y Otros (2012b). *Educación y ocio en Vitoria-Gasteiz*. Vitoria-Gasteiz: Ayuntamiento.

GARDNER, H. (1995). *Inteligencias múltiples. La teoría en la práctica*. Barcelona: Paidós.

GOMES, C. L. (2012). Los estudios del ocio en Brasil: Un análisis histórico-social. *Estudios y perspectivas en turismo*, 21(5), 1094-1113. Recuperado en 29 de agosto de 2016, de [http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1851](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851)

GOMES, C.L. (2011). Estudos do Lazer e geopolítica do conhecimento. *Revista Licere* V.14, N°3, Belo Horizonte, pp.1-25, set. Disponible en <http://www.anima.eefd.ufjf.br/licere/sumario.html?ed=29>> Acceso el 27 mar. 2012.

GOMES, C.L.; Elizalde, R. (2012), *Horizontes latino-americanos do lazer/ Horizontes latinoamericanos del ocio*, Editora UFMG, Belo Horizonte. Disponible en <[http:// grupootium.files.wordpress.com/2012/06/horizontes\\_latino\\_americanos\\_lazer\\_junho\\_20123.pdf](http://grupootium.files.wordpress.com/2012/06/horizontes_latino_americanos_lazer_junho_20123.pdf)> Acceso el: 27 de agosto 2016.

HENDERSON, K. (2000). Desarrollo humano ocio justo, en Cuenca Cabeza, M. (Ed.) (2000), *Ocio y desarrollo humano*. Bilbao, Universidad de Deusto/ World Leisure, pp. 37 a 43.

KLEIBER, D. A. (1999). *Leisure experience and human development: A dialectical interpretation*. Nueva York: Basic Books.

KLEIBER, D. A. (2000). Implicaciones del compromiso y la separación como experiencias de ocio relativas al desarrollo humano, en Cuenca Cabeza, Manuel (edit.) *Ocio y desarrollo humano, propuestas para el 6º Congreso Mundial de Ocio*, Bilbao: Universidad de Deusto, pp. 65-74.

N.U. Naciones Unidas (2013). *La felicidad: hacia un enfoque holístico del desarrollo*. Nota del Secretario General (doc. A/67/697) en español 16 de enero de 2013, [http://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/65/309&Lang=S](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/65/309&Lang=S)) original en inglés.

NUSSBAUM, M. (2012). *Crear capacidades: Propuesta para el desarrollo humano*. Barcelona: Paidós.

PNUD Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (2012). *Desarrollo humano en Chile 2012. Bienestar subjetivo: el desafío de repensar el desarrollo*. Santiago de Chile: Salesianos Impresores S.A., en [www.pnud.cl/idh/PNUD\\_LIBRO.pdf](http://www.pnud.cl/idh/PNUD_LIBRO.pdf).

PNUD. Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (1990). *Informe sobre Desarrollo Humano*. UNESCO. Se puede consultar en [hdr.undp.org/es/informes/mundial/idh1990](http://hdr.undp.org/es/informes/mundial/idh1990).

INSTITUTO DE ESTUDIOS DE OCIO DE LA UNIVERSIDAD DE DEUSTO (2013). *Manifiesto por un Ocio Valioso para el Desarrollo Humano*, elaborado con motivo del 25 aniversario del Instituto. [WWW.deusto.ocio.es](http://WWW.deusto.ocio.es)

RUSKIN, H. (2000) ¿cómo puede la educación del ocio contribuir al desarrollo humano? Páginas 121 -125

SELIGMANN, Martin E. P. *La auténtica felicidad*. Barcelona: Vergara, 2003

SEN, A. (2000). *Desarrollo y Libertad* Autor. Barcelona: Editorial Planeta.

SIVAN, A. (2000) ¿Cómo puede el ocio contribuir al desarrollo humano en el futuro inmediato?. Páginas 127 -133

WORLD LEISURE AND RECREATION ASSOCIATION (1994). *International Charter for Leisure Education*. *Revista ELRA* (European Leisure and Recreation Association). Summer, 13-16.

## Referencias de la web

<http://es.statista.com/estadisticas/549359/facturacion-de-la-empresa-de-juguetes-lego/>

<http://ipmark.com/consumo-de-medios-previsiones-mundiales>

<http://www.aecom.com/theme-index/> Acceso el 29 de agosto. 2016

<http://www.anima.eefd.ufrj.br/licere/sumario.html?ed=29>

[http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1851](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851)

<http://www.un.org/es/millenniumgoals/>

<http://www.xataka.com/videojuegos/minecraft-vende-100-millones-de-copias-solo-tetris-y-wii-sports-le-superan> Acceso el 29 de agosto. 2016

[www.e-unwto.org/loi/wtobarometeresp](http://www.e-unwto.org/loi/wtobarometeresp) Acceso el 9 de agosto. 2016

[www.pnud.cl/idh/PNUD\\_LIBRO.pdf](http://www.pnud.cl/idh/PNUD_LIBRO.pdf) [http://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/65/309&Lang=S](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/65/309&Lang=S)



# PRÁTICAS SOCIAIS DE LAZER NAS CIDADES AMAZÔNICAS: PESQUISAS COMO REQUISITO PARA POLÍTICAS PÚBLICAS

Rosa Elizabeth Acevedo Marin<sup>19</sup>

*Artigo X*

*Fica permitido a qualquer pessoa,  
qualquer hora da vida,  
uso do traje branco.  
Thiago de Melo*

*Os Estatutos do Homem. Ato Institucional Permanente. 1968.*

*Artigo XXIV*

*Todo ser humano tem direito a repouso e lazer,  
inclusive a limitação razoável das horas de  
trabalho e a férias remuneradas periódicas.*

*ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 10/12/1948*

## Introdução

As diferenciadas concepções de lazer e, em especial, as formas de sua problematização na América Latina encontram-se refletidas na coletânea organizada por Gomes, Osorio, Pinto e Elizalde (2009) que reúne autores que insistem nas mudanças ocorridas nessas sociedades desde finais o século XIX até os dias atuais e as interferências no lazer.

Os organizadores tiveram como objetivo identificar o estágio recente de desenvolvimento das pesquisas e os referenciais teóricos nesse campo de conhecimento, frisando-se nesses estudos o lugar subordinado do lazer nas

---

<sup>19</sup> Professora e Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará. Pesquisadora do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia - PNCSA.

políticas públicas e ressaltam, na introdução, a relação íntima do lazer com “processos históricos, sociais, políticos, trabalhistas, pedagógicos, econômicos, temporais, espaciais, ambientais e simbólicos, entre outros, que marcam a realidade latino-americana” (GOMES, OSORIO, PINTO E ELIZALDE, 2009, p. 18).

Os desafios de estudos sobre práticas de lazer nas cidades amazônicas consistem em sistematizar e compreender o que mudou na espacialidade e realidade social urbana e como interferem nas práticas de lazer. Como se alteram, sob influência de processos de expansão das cidades, as relações sociais no interior de espaços das comunidades intraurbanas? Quais foram as temporalidades alteradas significativamente nas pressões e estratégias da chamada indústria do lazer ou indústria do entretenimento? Qual é a consciência da necessidade e do direito ao lazer que expressam grupos sociais diferenciados?

O *paper* aponta observações parciais e registros não sistemáticos sobre práticas de lazer nas cidades amazônicas que ante tudo indicam proposições teóricas e metodológicas preliminares para pesquisa de caráter interdisciplinar sobre objetos diversos e complexos. A revisão bibliográfica dos estudos focalizando práticas de lazer em cidades na Amazônia obteve escassos resultados. Em parte, isto corrobora a afirmação de Stigger (2009) de estarmos diante de uma “área negligenciada” se comparada com a categoria trabalho e outros temas.

O autor enfatiza que *atividades de lazer fazem parte dos processos socioeducativos que ocorrem na vida cotidiana e sempre educam*. Logo, marca sua posição quando considera que *as práticas de lazer não devem ser vistas, nem como libertárias, nem como alienantes... nem de forma otimista, nem pessimista... mas algo a ser investigado*. (STIGGER, 2009, p. 73). Esse chamado à ampliação da pesquisa sobre práticas de lazer é imperativo na Amazônia e não pode ficar subordinado aos estudos sobre turismo, esporte e sobre lazer e educação, que parece tendência dominante.

A primeira questão é definir os objetos de investigação e a necessidade de trazer à luz questões sobre os sujeitos sociais e em que condições realizam, ou não, práticas de lazer? Quais são os horizontes culturais, econômicos, políticos e até científicos que dimensionam essas práticas? Como elas estão - mais ou menos - definidas no contexto de formas de homogeneização, mas também revelam disputas e tensões?

## Perspectivas no estudo do lazer

Livros, artigos sobre lazer têm sido majoritariamente escritos por pesquisadores de educação física e na área do lazer esportivo e do lazer educativo. Muitos desses autores possuem uma perspectiva abrangente e crítica. Marcellino aponta para ângulos políticos de participação cultural e mobilização e de relações sociais de classe e de gênero:

O lazer é entendido como “especificidade concreta”, e, na sua especificidade, com possibilidades de gerar valores que ampliem o universo das manifestações do brinquedo, do jogo, da festa, da recreação, para além do próprio lazer”. Em síntese, a consideração da “especificidade concreta” do lazer deverá levar em conta: o seu entendimento amplo em termos de conteúdo, as atitudes que envolve, os valores que propicia, a consideração dos seus aspectos educativos -educação para e pelo lazer -, as suas possibilidades como instrumento de mobilização e de participação cultural, e as barreiras socioculturais verificadas para o seu efetivo exercício, tanto intraclasses como interclasses sociais (faixa etária, gênero, estereótipos etc.).

Compartir a noção de lazer inscrita em um quadro relacional tem sido produto de uma reflexividade sobre o tempo de lazer, diferente de outro tempo regulado, o do trabalho e outros. Ele revela a necessidade e o desejo de um tempo próprio durante o qual se realizam atividades que resultam de escolha individual e grupal. A investigação sobre o tempo de lazer e as práticas de lazer possui como objetivos conhecer realidades sociais específicas e culturas que atribuem significados, usos, ocupação diferenciados a esse tempo livre. Conforme Lauwe (1987), grupos com fins culturais ou de lazer podem ter um papel importante nas transformações sociais.

Indivíduos ou grupos elaboram afinidades de como utilizar esse tempo, o que depende de recursos, não apenas financeiros, que precisa dispor para ter satisfações. Na Amazônia, a prática de lazer nas cidades ribeirinhas tem como condição o acesso ao rio, ao igarapé, que não pode estar poluído ou controlado para a função de grande porto privado ou público. A corrida a pé ou de bicicleta pelas ruas depende de calçamento, de segurança. A reunião de vizinhos à frente de casa, nos finais de tarde, está dificultada pelo barulho, pela insegurança e pela não valorização dessa reunião e a escolha de práticas de lazer audiovisuais, como assistir à novela, que se instala como um comportamento padronizado.

Dessa maneira, a decisão, as ações e as condições de acesso têm natureza variada: grupo que ama a pesca amadora; colegas que jogam “pelada”, aficionados por jogo de cartas, amantes da dança, música, museus e viagens de aventura ou esportiva. Essa diversidade chega a impor a classificação das práticas de lazer e apresenta o interesse de conhecer as formas organizativas, inserindo tanto as tradicionais em clubes sociorrecreativos, como as organizações empresariais que comandam a indústria do entretenimento.

O conhecimento do lazer ocorre de forma direta pela descrição dos modos de ritualização da atividade de lazer, que toma lugar depois do momento da obrigação social. Magnani (2003) comenta as observações etnográficas em um botequim frequentado por operários em São Paulo ao qual se dirigiam depois do trabalho para conversar e ‘descontaminar’, portanto um momento da transição entre o “mundo do trabalho” e o “mundo doméstico” que chamaram de “higiene mental” e não lazer. Outros programas quando o operário se arrumava e em companhia da esposa frequentava um barzinho ou ia passear na USP eram denominados lazer. Com isso, distingue o lazer pelas dimensões lúdicas e compensadoras, cotejadas em relação às restrições do cotidiano e às possibilidades de um convívio e de relações sociais diferenciadas. O lazer como modo de atividade ritualizada ocupa um lugar depois dos momentos de obrigação social, escreve Maresca (2004, p. 14). O cidadão vê na saída da cidade meios de encontrar condições passageiras diferentes do cotidiano.

Diferentes modos de leitura são feitos sobre o lazer. Numa visão de categoriais sociais e identitárias, a partir do pertencimento do grupo social (no seio das classes sociais) ou de uma categoria (no seio de grupos identitários). Bramante (1988) enfatiza a construção do conceito de que “O lazer se traduz por uma dimensão privilegiada da expressão humana dentro de um tempo conquistado, materializado através de uma experiência pessoal... Ela é enriquecida por seu potencial socializador” (BRAMANTE, 1998).

Gomes sublinha uma aproximação com a dimensão cultural e destaca a vivência lúdica de manifestações culturais no tempo/espço conquistado pelo sujeito ou grupo social, estabelecendo relações dialéticas com as necessidades, os deveres e as obrigações – especialmente com o trabalho produtivo” (GOMES, 2004).

Na perspectiva antropológica, o lazer é abordado no campo do tempo social que favorece a manifestação das culturas da expressão, embora uma palavra parecida esteja ausente nas diversas sociedades (MARESCA, 2004, 14). O autor pontua que a antropologia privilegia a análise das atividades ne-

las mesmas, que venham revelar um esquema cultural, uma organização social ou conflitos. A interpretação frisa os tipos de relações sociais que podem ser estudados no trabalho e no lazer, centrados na vizinhança, no parentesco, na família, nos grupos de amigos. As necessidades satisfeitas com estas “relações sociais de todo tipo, raramente foram assim observadas, levadas em consideração na planificação urbana” (LAUWE, 1987, p. 119).

Os estudos sobre jogos, brincadeiras mostram que as atividades lúdicas são móveis e se encontram facionadas ou reconstruídas em função de valores próprios a cada sociedade, a cada grupo. Brincadeira e jogos constituem objeto de estudo com contribuições da antropologia, história, literatura.

Maresca (2004) contribui frisando três dimensões do lazer: experiência social do tempo dito livre; a expressão de um livre arbitrário permitindo ao indivíduo se cultivar, visto como um investimento para si; a existência de atividades tornadas possíveis pela existência mesmo do tempo livre. Na mesma linha de análises, o autor indica uma problemática complexa, formulando interrogações: que necessidade conduz a ocupar o tempo livre? Por que essas atividades não apresentam um caráter fundamental comum que permita caracterizar a finalidade social que elas substituem? Por que o jogo é associado em todas as sociedades à ideia de lazer e não ao estudo, ao ritual, à expressão artística ou política?

Diversas observações convergem para uma visão do tempo livre como momento passivo, porque não é diretamente produtivo, todavia o lazer precisa ser examinado sob uma dimensão ativa e econômica central. Qual é o tempo livre disponível no interior de cada sociedade e como é diferenciado, desigual em função da posição das pessoas?

A reflexão orienta para uma outra relativa a grupos e categorias sociais que vivem nas cidades da Amazônia: que tempo livre é possível quando as transformações sociais, políticas, econômicas, tecnológicas e ambientais interferem no seu cotidiano.

## **Cidades amazônicas: diversidade e transformações das práticas de lazer**

Os geógrafos, sociólogos, historiadores têm feito do estudo da diversidade das cidades um objeto privilegiado a partir do reconhecimento de características naturais e processos históricos, políticos e econômicos. “Cidades ribeirinhas” são apresentadas como núcleo localizados e organizados às margens

dos rios. A denominação “cidade das águas” informa de um imperativo da natureza, do ambiente. Belém, Manaus, Macapá, Rio Branco, Boa Vista e Porto Velho, sedes de governos estaduais estão nesse grupo e uma dúzia de cidades (na nova tipologia, algumas são diferenciadas como cidades médias): Santarém, Marabá, Barcarena, Tucuruí, Oriximiná, Cametá, Altamira, Tabatinga, Parintins, entre outras.

Outra configuração recente é produzida pela infraestrutura rodoviária, concebida dentro da política de integração, surgindo dezenas de “cidades de estradas” que emergem em pontos estratégicos das rodovias. A representação do fenômeno urbano, associada aos processos de ocupação e de crescimento de núcleos urbanos entre fronteiras geopolíticas, utiliza a denominação de “cidade de fronteira”. Cidades ribeirinhas e cidades de estrada transformadas pela industrialização estão listadas como cidades industriais: Belém, Manaus, Barcarena. Essas designações informam os processos históricos de formação e transformação. Trata-se de espaços sociais transformados nos quais se regulam todos os aspectos da vida: o trabalho, a vida e a socialização.

Desde o ângulo privilegiado de práticas de lazer e cidades importam as relações de trabalho, tempo de circulação e minimamente um tempo de lazer. Essas esferas mostram condições estruturais alteradas e os efeitos da modernidade. Como as cidades estão configuradas para ações e práticas de lazer?

Uma formulação para a pesquisa é a existência de situações sociais, diferenças e desigualdades para tornar visível pela pesquisa entre o lazer das cidades elevadas à condição de região metropolitana, zona franca e as de pequenas cidades elevadas à condição de sede municipal. Aliás, em torno das regiões metropolitanas estão as cidades, os lugares que experimentam diretamente a transformação da metrópole nos seus modos de vida e sociabilidade. Exemplificando, Belém está rodeada de 42 ilhas, formando um arquipélago em conexão com a capital e seus processos. Ao longo de décadas, a ilha de Mosqueiro<sup>20</sup> foi o lugar de veraneio para segmentos da cidade, que, de acordo com seu padrão de apropriação privada, deslocaram os pescadores dos territórios de pesca. Tavares et al. (200) realizam observações sobre a substituição da pesca pela prestação de serviços com a atividade turística que “desarticulou as comunidades locais” e acrescenta que “as estruturas montadas para atender ao fluxo turístico

---

<sup>20</sup> Ilha fluvial localizada na costa oriental do rio Pará, um braço sul do rio Amazonas, em frente à baía do Marajó, distante 72 km da cidade de Belém; constitui um distrito administrativo do município de Belém.

não são usufruídas pela população local. O cenário que prevalece é o de baixa renda e de grande ausência de infraestrutura econômica e social”. Atualmente, os terrenos e praias da ilha de Mosqueiro são espaço de especulação imobiliária; aumento do turismo de “baixa renda”, formas de autoassentamento no interior do espaço da ilha, com agravantes de “ordem ambiental” enquanto a iniciativa privada e o poder público se retiram justificando “pouco dinamismo da atividade turística nos últimos anos”. (TAVARES, 2008, p. 195). As ilhas em torno da capital vistas como espaço de lazer e de turismo não constituem ponto de partida para uma política de lazer e turismo consequente. A sustentabilidade ambiental inexistente e os exemplos são diversos nas ilhas da Orla Sul afetados pelo lixo transportado até suas praias.

Em pequenas cidades ribeirinhas encontram-se os veículos das mudanças nas práticas de lazer. Os pequenos comércios, trapiches, postos de gasolina flutuantes interferem na relação do morador com o rio. O cotidiano de lazer observa-se pelas tardes – em especial nos domingos - quando as praças, muito mal conservadas, reúnem os jovens e adultos que transitam de motos, bicicletas ou caminham, atentos aos movimentos, aos aparelhos musicais e à compra de alimentos. Nos bairros, é possível encontrar algumas pessoas escutando música, conversando e consumindo cerveja. Transgridem com esses atos de rebeldia o comportamento daqueles que ficam em casa para assistir à televisão – de segunda a sábado, a novela da Globo; aos domingos, os shows e o Domingo do Faustão. Mas ainda: o lazer não está transformado em massivamente tecnológico, apenas a televisão representa essa força. Em pequenas cidades, a violência se instala e faz com que as pessoas busquem a segurança dentro de quatro muros.

## **Novas estruturas do lazer: shoppings**

O lugar do lazer na maioria das cidades “modernas” é o shopping, atividade que disputa com o consumo. Confere-se que o binômio lazer e consumo é inesgotável para o capitalismo. Que tipo de transformação em matéria de lazer representa o shopping?

A concentração e centralização com menor diversidade da atividade de lazer e maior custo são características desses lócus. Aos domingos, o barulho e a agitação estão na Praça de Alimentação e no Cinema. Os públicos são diversos, apesar da presença de crianças e adultos em horários específicos. As crianças e jovens compartilham o horário *matinée*.

Nas capitais da Amazônia e cidades médias, têm aumentado em ritmo acelerado esses templos de consumo. A expansão ocorre na mesma velocidade para cidades menores, algumas incorporando-se ao mundo dos shoppings: Altamira, Ananindeua, Castanhal, Parauapebas, Santarém, Tucuruí, Itaituba, Cacoal e Ji-Paraná. No quadro abaixo, sistematizam-se informações acessíveis por internet que indicam as dimensões físicas dessas obras, portanto de espaços definidos para compra e lazer. Mais nove shoppings estão em construção ou previstos para 2018, sendo três em Rondônia, quatro no Pará, um no Amazonas e um no Tocantins.

Quadro I. Shoppings em funcionamento em cidades na Amazônia

| Estado   | Cidade      | Data de inauguração | Nome do Shopping                      | Superfície            |
|----------|-------------|---------------------|---------------------------------------|-----------------------|
| PARÁ     | Ananindeua  | 21/11/2017          | Shopping Metrópole                    | 51.000 m <sup>2</sup> |
|          | Belém       | 17/10/1993          | Shopping Pátio Belém, antigo Iguatemi | 37.145 m <sup>2</sup> |
|          | Belém       | 30/11/1993          | Castanheira Shopping Center           | 43.000 m <sup>2</sup> |
|          | Belém       | 02/05/2005          | IT Center                             | 14.500 m <sup>2</sup> |
|          | Belém       | 27/08/2015          | Shopping Bosque Grão-Pará             | 44.682 m <sup>2</sup> |
|          | Belém       | 15/04/2012          | Parque Shopping Belém                 | 33.000 m <sup>2</sup> |
|          | Belém       | 17/11/2009          | Boulevard Shopping                    | 40.681 m <sup>2</sup> |
|          | Santarém    | 25/08/2010          | Paraíso Shopping Center               | 3.533 m <sup>2</sup>  |
|          | Santarém    | 07/11/2014          | Shopping Rio Tapajós                  | 23.181 m <sup>2</sup> |
|          | Marabá      | 07/05/2013          | Shopping Pátio Marabá                 | 32.184 m <sup>2</sup> |
|          | Parauapebas | 02/05/2005          | Partage Shopping                      | 14.500 m <sup>2</sup> |
|          | Tucuruí     | / /2005             | Tucuruí Shopping Center               | 10.900 m <sup>2</sup> |
| AMAZONAS | Manaus      | 07/11/1991          | Amazonas Shopping                     | 49.529 m <sup>2</sup> |
|          | Manaus      | 28/03/1995          | Uai! Shopping São José                | 13.550 m <sup>2</sup> |
|          | Manaus      | 15/12/1997          | Shopping Grande Circular              | 32.612 m <sup>2</sup> |
|          | Manaus      | 21/12/2001          | Studio 5 Festival Mall                | 20.432 m <sup>2</sup> |
|          | Manaus      | 07/12/2004          | Millenium Shopping Mall               | 13.694 m <sup>2</sup> |
|          | Manaus      | 07/04/2009          | Manauara Shopping                     | 47.300 m <sup>2</sup> |
|          | Manaus      | 01/05/2009          | Manaus Plaza Shopping                 | 32.200 m <sup>2</sup> |

PRÁTICAS SOCIAIS DE LAZER NAS CIDADES AMAZÔNICAS:  
PESQUISAS COMO REQUISITO PARA POLÍTICAS PÚBLICAS

|           |             |            |                           |                       |
|-----------|-------------|------------|---------------------------|-----------------------|
|           | Manaus      | 07/08/2013 | Shopping Ponta Negra      | 46.500 m <sup>2</sup> |
|           | Manaus      | 05/07/2013 | Shopping Cidade Leste     | 12.000 m <sup>2</sup> |
|           | Manaus      | 28/22/2014 | Shopping Manaus Via Norte | 52.636 m <sup>2</sup> |
|           | Manaus      | 27/11/2014 | Sumaúma Park Shopping     | 45.550 m <sup>2</sup> |
|           | Manaus      | 30/06/2016 | Shopping T4               | 10.000 m <sup>2</sup> |
| ACRE      | Rio Branco  | 08/11/1991 | Shopping /Rio Branco      | 4.071 m <sup>2</sup>  |
|           | Rio Branco  | 08/11/2011 | Via Verde Shopping        | 28.274 m <sup>2</sup> |
| TOCANTINS | Palmas      | 28/10/1996 | Palmas Shopping           | 13.600 m <sup>2</sup> |
|           | Palmas      | 17/08/2012 | Capim Dourado Shopping    | 30.942 m <sup>2</sup> |
| RONDÔNIA  | Porto Velho | 30/10/2008 | Porto Velho Shopping      | 44.000 m <sup>2</sup> |
|           | Vilhena     | 04/09/2010 | Park Shopping Vilhena     | 18.000 m <sup>2</sup> |
|           | Ariquemes   | 28/02/2014 | IG Shopping Ariquemes     | 18.000 m <sup>2</sup> |
| AMAPÁ     | Macapá      | / 12/1997  | Macapá Shopping Center    | 20.214 m <sup>2</sup> |
|           | Macapá      | 30/07/2013 | Garden Shopping           | 31.000 m <sup>2</sup> |
| RORAIMA   | Boa Vista   | 27/11/2014 | Roraima Garden Shopping   | 26.000 m              |
|           | Boa Vista   | 25/11/2014 | Pátio Roraima Shopping    | 32.732 m <sup>2</sup> |

Fonte: Wikipédia. Acesso em 26 de março de 2017.

Questões críticas da sustentabilidade social, cultural, econômica e ambiental das cidades não estão resolvidas com a construção de shoppings, os espaços de lazer da modernidade e a procrastinação de ofertar parques, jardins, centros esportivos, bibliotecas, museus que alicerçam qualidade de vida.

Os objetos da indústria de lazer ou indústria de entretenimento mostram-se um fator de alteração que a pesquisa precisa destrinchar. Que necessidades os shoppings preenchem? Quantas horas as pessoas dispõem do seu tempo livre para o lazer no shopping? Que qualidades estão sendo atribuídas em matéria de lazer? O que está sendo criado como cultura. Trazer alguns autores contribui para refletir esse ponto. Hannah Arendt contribui na reflexão sobre a temporalidade, funcionalidade e necessidade dos objetos culturais que ameaçam a cultura:

A cultura relaciona-se com objetos e é um fenômeno do mundo; o entretenimento relaciona-se com as pessoas e é um fenômeno da vida. Um Objeto é cultural na medida em que pode durar; sua durabilidade é o contrário mesmo de sua funcionalidade (...). A cultura é ameaçada quando todos os objetos culturais (...) são tratados como meras funções para o processo vital da sociedade,

como se aí estivessem somente para satisfazer a alguma necessidade (ARENDDT, 2007, p. 260, 261).

O shopping transforma o tempo livre em tempo de consumo. Como espaço privado, estabelece condições de apropriação que são diferentes das condições de apropriação do espaço público (uma praça, um teatro, uma rua). Ele retira o cidadão do espaço público, de qualquer participação e mobilização. As condições de vigilância, apresentadas como excepcionais pela segurança do recinto, representam o controle sobre os corpos. Com isto, pode se perder a grande conquista do tempo do lazer.

As práticas de lazer têm um componente de consumação específico, mesmo as mais banais como ver TV, realizar um passeio, comprar um livro, visitar um museu. Os gastos correspondentes às práticas de lazer e às classes de lazer. O shopping não é acessível aos recém-chegados e passa a ter frequentadores específicos, com regras e rituais de aproximação e inserção, baseados em códigos e hierarquias.

Nas cidades capitais da Amazônia, a par desse processo de shoppinização, algumas práticas físicas e lúdicas têm se tornado proibidas, nas linhas do ordenamento territorial da cidade. As “peladas” - prática esportiva do futebol, com regras e rituais particulares - são confrontadas com as avenidas e ruas. De espaço lúdico das práticas informais e livre, é levado a ser praticado nos espaços, instituições que definem e seleciona o praticante do esporte, que pode ir ao clube, inscrever-se na Escolinha ou alugar a Arena. O que significa uma característica ambígua e contraditória.

A diversidade de jogos e brincadeiras de ruas caem em desuso e permanecem guardadas na memória da geração ainda da década de oitenta com mais detalhamento e força. Os jogos de Pipa, trepar nas árvores, brincar de esconde-esconde, andar de bicicleta realizados nos espaços públicos deixa de ser frequente. Esse espaço existe nos bairros populares em condições de insegurança física. Esse lazer proporcionava o movimento dos corpos, as formas de sociabilidade e de reconhecimento do outro em um processo de conquista do lazer e da fruição da cultura lúdica popular<sup>21</sup>.

O jogo do Pokemon, que se expandiu como uma epidemia nas cidades, levava jovens e adultos às ruas para praticar a “caça do Pokemon”. Tratava-se da mais moderna brincadeira tecnológica de rua que se realizava com o celular

---

<sup>21</sup> O estudo de Elísio Estanque (1995) apresenta possibilidades de análise de lazer e cultura popular muito atuais pelo conteúdo crítico.

na mão e uma obsessiva observação de pontos onde podia aparecer essa figura. Trata-se de comparar e compreender práticas de lazer. Quando se afirma que foi uma epidemia é preciso indicar que ela também desapareceu e somente circulava nos espaços nobres.

O cotejamento de alguns dados sobre infraestrutura de lazer no Brasil mostra a desigualdade e restrições às práticas culturais de lazer: frequentar e utilizar serviços de bibliotecas, de museus, de teatros, de cinemas. O censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2010 informava que 4.455 municípios não possuem sala de cinema; 82% dos municípios brasileiros não dispõem de museus; 84% não têm teatro; 20% não têm bibliotecas públicas. Em municípios com até 5000 habitantes, a presença de livrarias, vendas de discos, fitas e CDs é muito rara. Em relação à atividade física, informava que 46% dos brasileiros não fazem atividade física suficiente no lazer. O quadro não pode ser otimista com as políticas anunciadas para os trabalhadores em 2016 e 2017 sobre a jornada de trabalho, a terceirização dos contratos, a aposentadoria, previdência social. Com essa flexibilização das leis trabalhistas, o tempo livre encurta e deixa de ser um direito humano, como se lê na epígrafe deste artigo.

Os Planos diretores das cidades capitais e pequenas cidades ignoram as possibilidades culturais e de lazer de parques, praças, bibliotecas, museus, centros esportivos. As cidades industriais elaboram planos para os complexos industriais. As cidades turísticas focalizam os ingressos do turismo e os gostos do turista, desinteressado nos cidadãos e seu cotidiano de trabalho ou desemprego, dos seus tempos de circulação e desgaste físico e mental. Com isso, produz-se uma negação da vida nas cidades e não são observadas condições de possibilidade de futuro. O que se observa é a estratificação social dos gostos e as práticas culturais ao mesmo tempo em que se ampliam as desigualdades. Para um segmento, o lazer está fora da cidade do Estado para quem conta com recursos e redes.

As condições de possibilidades de lazer para outro grupo dependem das redes com as comunidades e locais de proveniência onde rituais de festa, lazer e os balneários (alguns superlotados e contaminados) têm certa continuidade. Em estudos realizados em comunidades quilombolas do arquipélago de Marajó, Concórdia do Pará, observa-se a organização social para realizar viagens em grupo, fretando vans e barcos, sendo uma possibilidade de reencontro familiar e de entretenimento altamente valorizados pela tradição e os inventados, contando com o banho, a festa, a comida, as músicas e os afetos.

O historiador Eric Hobsbawm (1984) afirmou que as brincadeiras populares são representações sociais e conseqüentemente fazem parte do memorial cultural de um povo. As pesquisas sobre narrativas e representações de perdas, de desestruturação, de estratégia e transgressões culturais dos povos poderão responder às questões expostas neste texto, sem a enganosa dicotomia de otimismo/pessimismo em relação com o mundo do lazer das cidades amazônicas.

De forma aparentemente irreversível, as práticas de lazer estão controladas do ponto de vista político (política de internet) e dominadas pelas tecnologias. A internet é presente em espaços de tempo cada vez maiores na vida dos indivíduos, isto é crianças, jovens e adultos. Salva-se a geração que ficou no final do século XX. Os jogos de internet, desenhos – no computador, notebook e celular – ao lado da televisão tornam intensiva essa jornada de lazer, massivamente tecnológica.

Conforme os dados do IBGE (2010), a televisão é o “canal de informação” mais utilizado, com concentração nos canais abertos. O percentual de pessoas que passam entre uma e quatro horas diárias assistindo à televisão é de 68%. Sobre a internet, 46,1% dos entrevistados têm acesso à internet e 66,5% têm acesso nas suas casas. O lazer é a principal finalidade de acesso à internet (II RELATÓRIO DE PESQUISA QUANTITATIVA, 2010).

Contudo, esses dados revelam parcialidades e uma esfera da dominação. Os gostos e práticas não se tornam de uma assentada iguais. Coulangeon (2004) critica o modelo de homologia estrutural dos espaços dos gostos, e das práticas e o espaço das posições sociais em Pierre Bourdieu e assevera:

*Les goûts et les pratiques demeurent fortement liés aux variables de position sociale, mais la dimension symbolique des rapports de domination tend à perdre de son importance dans une société traversée par de fortes inégalités socioéconomiques qui sont de moins en moins structurées par des cultures de classe (COULANGEON, 2004, p. 59).*

Nesse nível, revelam-se estratégias de resistência, transgressões, protestos canalizados para ações políticas. Algumas ações aparecem nos níveis infrapolíticos, como a defesa de praças, a defesa de mananciais, a crítica aos administradores municipais, a pressão por políticas de lazer. Muitas dessas ações, discursos políticos impulsionam mudanças nas cidades.

## Considerações finais

Ao longo do desenvolvimento destas reflexões, o lazer e as práticas em cidades da Amazônia revelam as contradições acumuladas e as desestruturas provocadas. Bruhns (2009) contribui para entender a crise do lazer moderno que “desembocou em contradições entre a promessa e as realizações associadas ao discurso do prazer e liberdade”. Por outro lado, ele é fonte do isolamento artificial, em relação à vida como um todo. A autora situa essa “crise engendrada no bojo da modernidade” na “crise da ideia do progresso” (BRUHNS, 2009, p. 2). Acrescenta ainda que, por sermos modernos, vivemos a crise do lazer moderno e temos pouco domínio sobre as condições ambientais e sociais da nossa existência. Cada vez mais ocorre uma desestabilização das imagens da liberdade e o lazer é um problema como outros. Quais alternativas existem? Quais as competências acadêmicas?

A indicação dos autores é de explorar e aprofundar o fenômeno do lazer por meio de uma escuta atenta do mundo dos que querem ter voz sobre seu lazer, isto representado em termos de gostos - o gostar de um banho de igarapé e de ver o rio como se faz pelas tardes nos trapiches de alguns povoados) e o direito de ser diferente.

As transgressões e rebeliões de apropriação da cidade têm manifestações recorrentes em movimentos sociais, com articulações e discursos renovados, como os movimentos de usuários de bicicletas, de proteção dos ambientes – rios, igarapés – destinados a fins privados ou mesmo públicos (como destinação para lixo da cidade).

O fundamental é rever de forma crítica a máquina da indústria do lazer e os mecanismos de mudança que desencadeia. O sentido complementar é produzir a transgressão e resistências à força de mudança da indústria de entretenimento. Empreender estudos permitirá uma compreensão afunilada dos problemas que atingem os agentes sociais e coletividades sem direito a usufruir do lazer.

## Referências

ARENDDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. 6 ed. Tradução de Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRUHNS, Heloisa Turini. A crise do lazer moderno e concepções do corpo. *Revista Licere*, Belo Horizonte. V. 12. N. 4. Dezembro, 2009.

<http://docplayer.com.br/40298100-A-cri-se-do-lazer-moderno-e-concepcoes-de-corpo.html>

BRAMANTE, Antonio Carlos. *Recreação e Lazer: concepções e significados*. 1988.

<http://www.clubedarecreacao.com.br/wp-content/uploads/2014/05/010-Recreacao-e-Lazer-Artigo-BRAMANTE.pdf>

COULANGEON, Pierre. Classes sociales, pratiques culturelles e styles de vie. Le modele de la distinction est vraiment obsolete? *Revue Sociologie et sociétés*. Vol. 36. N. 1 2004. P. 59-85.

ESTANQUE, Elísio. O lazer e a cultura popular: entre a regulação e a transgressão: um estudo de caso. *Revista crítica de Ciências Sociais*. N. 43. Outubro, 1995. P. 123-145.

IBGE traça o perfil administrativo de todos os municípios brasileiros. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

<http://www1.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/1704munic.shtm>

GOMES, Christianne Luce (Org.). *Dicionário crítico do lazer*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.

GOMES, C.; OSORIO, E.; PINTO, L.; ELIZALDE, R. (Org.). *Lazer na América Latina/Tiempo libre, ocio y recreación en Latinoamérica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

GOMES, C. Pesquisa e produção de conhecimentos sobre o lazer na América Latina: Diagnóstico e perspectivas In: PINTO, L.M.S.M. (Org.). *Lazer, turismo e hospitalidade: desafios para as cidades sede e subdesdes de megaeventos esportivos*. Atibaia: Dinâmica Print Gráfica e Editora, 2010.

GIRE, Fabienne et al. Culture et sociabilité. Les pratiques de loisirs des Français. *Réseaux*, N. 145-146. 2007/6. P. 159-215.

[file:///C:/Users/Administrador/Downloads/RES\\_145\\_0159%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Administrador/Downloads/RES_145_0159%20(1).pdf)

HOBSBAWM, Eric. Introdução. In. HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. (Org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. P. 9-23.

LAUWE, Pierre Henry Chombar de. A organização social no meio urbano. In. VELHO, Otávio (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Guanabara. 1987. P. 113-136.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Estudos do lazer: uma introdução*. 2. ed., ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. *O conceito de lazer nas concepções da Educação Física Escolar: o dito e o não dito*. In.

[http://www.ufsj.edu.br/portal\\_repositorio/File/dcefs/Prof. Adalberto Santos2/13-o conceito de lazer nas concepcoes da ef escolar-o dito e o nao\\_dito10.pdf](http://www.ufsj.edu.br/portal_repositorio/File/dcefs/Prof._Adalberto_Santos2/13-o_conceito_de_lazer_nas_concepcoes_da_ef_escolar-o_dito_e_o_nao_dito10.pdf). Acesso em 26/03/2017.

MARESCA, Bruno. Occupation du temps libre. Une norme de consommation inégalement partagée. Paris, *Cahier de Recherche* N. 10. Novembre, 2004. Centre de Recherche pour l'Etude et l'observation des conditons de vie. CREDOC.

MAGNANI, J. Guilherme. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. 2. ed., São Paulo: Hucitec, 1998.

RELATÓRIO DE PESQUISA QUANTITATIVA “Hábitos de Informação e Formação de Opinião das Populações Brasileiras. Relatório Consolidado”. Rio Grande do Sul. META Pesquisas de Opinião, dezembro de 2010.

<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-total-de-pesquisas/2010-12-habitos-de-informacao-e-formacao-de-opinio-da-populacao-brasileira-ii.pdf>

TAVARES, Maria Goretti da Costa; GOMES, Kleber dos Santos, COSTA; Maria Augusta Freitas da Costa, RIBEIRO, Willame de Oliveira. Mosqueiro: turismo e desenvolvimento local em uma ilha fluvial da Região Metropolitana de Belém. In. TRINDADE Jr. Saint-Clair Cordeiro da; TAVARES, Maria Goretti da Costa (Org.). *Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências*. Belém: EDUFPA, 2008. P. 185-202.

STIGGER, Marco Paulo. Lazer, cultura e educação: possíveis articulações. *Revista Brasileira Ciência Esporte*. Campinas. N. 30. N. 2. Janeiro, 2009. P. 73-88.

VELHO, Otávio (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Guanabara. 1987.



# POLÍTICA PÚBLICA, LAZER E SUSTENTABILIDADE: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Sílvia Cristina Franco Amaral<sup>22</sup>

O tema “políticas públicas, lazer e sustentabilidade” é desafiante e deflagrador de mudanças. Desafiante porque falar de políticas públicas de lazer é discutir ordenamento urbano, planos diretores e ações decorrentes destes em prol da garantia de direitos sociais, em especial aqui do lazer. Muitas vezes, a sustentabilidade é contemplada nominalmente, contudo a implementação da política nem sempre condiz com o pensamento inicial. Isto porque a política é composta por uma arena na qual as disputas ocorrem tanto na etapa do planejamento como nas várias etapas de sua execução. Tomando o conceito de Azevedo (2001), há no planejamento e implementação da política pública um sistema de filtros, ou seja, cada sujeito imprime suas marcas, seus gostos, sua ideologia ao planejamento e à execução desta. Além disso, o termo sustentabilidade é polissêmico e polêmico como veremos mais adiante. Deflagrador de mudanças porque diversas ações observadas no cotidiano das cidades têm sido efetivas em prol de áreas de preservação, de lugares de sociabilidade e, sobretudo, de um zoneamento urbano mais equânime e menos agressivo. Nos resta perguntar se isto é suficiente?

Para levantar subsídios a fim de iniciarmos essa resposta, este texto está dividido em três partes. Na primeira, mais breve, trato de alguns conceitos com os quais operarei. Na segunda, irei explorar alguns aspectos do Estatuto da Cidade, legislação aprovada pelo governo brasileiro para balizar a urbanização das cidades brasileiras e que deve ser observado na elaboração de seus planos diretores. Discuto virtudes e limites desta legislação olhando-a sob a

---

<sup>22</sup> Graduação em Educação Física pela Universidade Federal de Santa Maria (1989), Mestrado em Ciência do Movimento Humano pela Universidade Federal de Santa Maria (1995), Doutorado em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas (2003), Livre-docência pela Faculdade de Educação Física da UNICAMP (2011) e Pós-doutorado na Universidade de Barcelona no departamento de Geografia Humana.

ótica das políticas públicas de lazer. No último tópico, tomando alguns exemplos da cidade de Campinas, irei discutir avanços e limites da relação existente entre políticas públicas de lazer e sustentabilidade.

\*\*\*

As sociedades modernas imprimiram um novo modo de viver a cidade com enormes avanços em termos de qualidade de vida se comparadas às cidades medievais ou mesmo do início da modernidade. Avanços como água e esgoto tratados, vias para circulação de pedestres e veículos, transportes públicos de qualidade, distribuição, que deveria ser equânime, porém trouxe conflitos gerados pela propriedade privada, pela desigualdade social, pelo desrespeito às regras de convivência, agressão à natureza, apropriação do ambiente natural, entre outros, o que levou a uma enorme diferenciação social. Diferenciação social aqui é entendida como a impossibilidade de igualdade de direitos e deveres a todos os cidadãos, efeito perverso do sistema capitalista de produção, que gera conflitos. Simplificando, para que um mínimo de condições de vida e de acesso aos direitos humanos seja garantido, houve a necessidade de governo e se institui o estado moderno e, conseqüentemente, as políticas públicas. Isto porque, nas sociedades modernas, para manter a ordem, dirimir conflitos, existem pelo menos dois caminhos: a coerção pura e simples ou a política. Na maioria dos Estados modernos, a segunda opção é a que vem sendo colocada em prática.

Sendo assim, tomaremos como conceito de política duas ideias: Que política é a “resolução pacífica de conflitos” (SCHMITTER, 1984) e que é um “conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica de conflitos quanto a bens públicos” (RUA, 1997). Embora estes conceitos sejam genéricos, permitem-nos pensar que a política pública é o caminho do consenso sobre determinado direito social, seja este consensuado por uma ampla maioria ou resultado do poder exercido por determinada classe social sobre as demais. No caso das políticas públicas de lazer, como nos alerta Santos e Amaral (2010, p. 8),

as políticas sociais de Estado expressam e atualizam a legitimidade de um direito social e lhe dão materialidade. A definição constitucional do lazer como direito social implica – ou deveria implicar – na ação do Estado para garantir tal direito a todos, mas o lazer vem sendo tratado apenas como política de governo e, por isso, ainda não se consolidou e legitimou como direito social no Brasil. O que também pode ser pensado em sentido contrário, qual seja, o lazer pode não ser objeto da ação do Es-

tado brasileiro justamente por não possuir legitimidade junto à população e não ser reconhecido por ela como relevante. Essa falta de consolidação e legitimidade se deve, em grande medida, à falta de uma definição mais precisa do lazer como direito social nele mesmo, e não como parte de outras ações ou como subsidiário de outras necessidades. Tal fenômeno evidencia a necessidade da construção dos sentidos e significados políticos do lazer, pois sem eles o lazer continuará a ser apenas objeto da ação dos governos e não será garantido a todos como direito social.

Ora, esse alerta condiz, muitas vezes, com a realidade que observamos, entretanto há diferentes políticas de estado que têm nominalmente garantido o lazer em sua letra. Por exemplo, o estatuto da criança e do adolescente, o estatuto do idoso, a política nacional de saúde, algumas legislações para o esporte, mas aqui o que mais nos interessa é explorar o estatuto das cidades. Tal política de estado teve e tem desdobramentos nos planos diretores das cidades e nas políticas públicas destas. Isto pode parecer pouco, mas representa um grande avanço num País que até bem recentemente tratava a política pública como moeda de troca de favores (patrimonialismo, não que isto deixou de acontecer, pois em muitas cidades esta prática continua).

Além da ideia de política pública, como afirmamos no começo deste texto, o conceito de sustentabilidade é polissêmico e campo de disputa. Não nos deteremos neste debate, contudo sugerimos a leitura do texto a seguir que faz um bom apanhado do “estado da arte” deste tema: TEODORO, Pacelli Henrique Martins. O paradigma do desenvolvimento e a polissemia da sustentabilidade. **Revista sustentabilidades**, v. 2, n. 5, p. 1-18, 2011. Para fins desta discussão adotaremos o conceito a seguir:

O conceito de sustentabilidade envolve não apenas o meio ambiente, englobando também questões como pobreza, população, saúde, alimentação, trabalho, lazer, democracia e direitos humanos, entre várias outras. Nessa perspectiva, como destacado pela UNESCO (1997), a temática da sustentabilidade deve ser tratada com enfoque inter/transdisciplinar, considerando aspectos locais, regionais e nacionais particulares, dentre os quais o contexto latino-americano (GOMES; BAHIA et al., 2015).

\*\*\*

Colocados os conceitos, explorarei alguns aspectos do Estatuto da Cidade (Lei 10.257, de 10 de julho de 2001), entendendo-o como política pública

de Estado instituída para dar organicidade ao urbanismo brasileiro, respeitando os acordos mundiais em prol de um desenvolvimento sustentável. Assim temos que “o estatuto da cidade define as diretrizes que devem ser seguidas pelo município ao elaborar sua política urbana, todas elas voltadas para garantir cidades justas, em que todos, pobres e ricos, desfrutem dos benefícios da urbanização” (MARICATO, 2010).

Além disso, a autora nos informa que a política urbana, decorrente do processo deflagrado pelo Estatuto “deve ser desenvolvida pelos municípios, conforme atribuição da Constituição Federal, cabendo aos estados legislarem sobre a criação e regulamentação de regiões metropolitanas e à União, a instituição das normas gerais para o desenvolvimento urbano” (MARICATO, 2010, s.p.).

O artigo 2º do estatuto discorre sobre como deve ser elaborada tal política

Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I. garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

II. gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

O principal instrumento para concretizar as mudanças propostas pelo estatuto é o plano diretor. Este deve ser garantido por uma lei municipal que deve ser revista pelo menos a cada dez anos e deve expressar a constituição de um pacto social, econômico e territorial para o desenvolvimento urbano dos municípios brasileiros. A concepção de Plano Diretor presente no estatuto pressupõe enfrentamentos dos principais problemas existentes nas cidades brasileiras, sobretudo para dirimir as desigualdades sociais. Desta forma, Maricato (2010) afirma que este não pode ser meramente uma peça técnica de planejamento urbano, deve condizer a um processo político que envolva toda a sociedade no debate acerca da gestão do território municipal.

Segundo o estatuto, o plano diretor deverá conter alguns pontos fundamentais, como os que seguem:

Art. 40. O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.

§ 1º O plano diretor é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas.

§ 2º O plano diretor deverá englobar o território do Município como um todo.

§ 3º A lei que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos.

§ 4º No processo de elaboração do plano diretor e na fiscalização de sua implementação, os Poderes Legislativo e Executivo municipais garantirão:

I – a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade;

II – a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos;

III – o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos.

Certamente o estatuto representou um enorme avanço para a política urbana brasileira e para a garantia dos direitos sociais constantes na Constituição Federal de 1988, contudo há grandes desafios a serem vencidos para que haja um ganho real nos termos que o estatuto prevê. O primeiro deles, a meu ver, que se constitui numa grande incongruência quando se pensa em sustentabilidade, é que os municípios que devem ter plano diretor são aqueles com uma população maior que 20 mil habitantes, como descrito no artigo 41.

Art. 41. O plano diretor é obrigatório para cidades:

I – com mais de vinte mil habitantes;

II – integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas;

...

IV – integrantes de áreas de especial interesse turístico;

V – inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.

§ 1º No caso da realização de empreendimentos ou atividades enquadrados no inciso V do caput, os recursos técnicos e financeiros para a elaboração do plano diretor estarão inseridos entre

as medidas de compensação adotadas.

§ 2º No caso de cidades com mais de quinhentos mil habitantes, deverá ser elaborado um plano de transporte urbano integrado, compatível com o plano diretor ou nele inserido.

Ora, num País cuja estimativa, segundo o IBGE, é de que as populações residentes nos 5.570 municípios brasileiros, com data de referência em 1º de julho de 2016, seja de 206,1 milhões de habitantes e uma taxa de crescimento de 0,80% entre 2015 e 2016, um pouco menor do que a calculada entre 2014 e 2015 (0,83%), seja distribuída da seguinte forma:

Em 2016, pouco mais da metade da população brasileira (56,4% ou 116,1 milhões de habitantes) vive em apenas 5,5% dos municípios (309), que são aqueles com mais de 100 mil habitantes. Os municípios com mais de 500 mil habitantes (41) concentram 29,9% da população do país (61,6 milhões de habitantes). Por outro lado, a maior parte dos municípios brasileiros (68,4%) possuem até 20 mil habitantes e representam apenas 15,8% da população do país (32,3 milhões de habitantes).

Isto significa que a grande maioria dos municípios não têm obrigação de se adequar ao estatuto das cidades e aprovar plano diretor, ou seja, irão crescer provavelmente sem qualquer debate sobre os usos do território. O fato é que tal situação levará a usos inadequados tanto em termos de sustentabilidade quanto de garantia de políticas sociais mais equânimes.

Alguns pontos do Estatuto tocam frontalmente em questões relativas às políticas públicas de lazer ou que poderiam incentivar a criação de espaços públicos para o esporte e lazer. No artigo 2, há referência a isto

VI. ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar:

... f. a deterioração das áreas urbanizadas;

g. a poluição e a degradação ambiental;

XII. proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico.

Vejamos então, discutindo exemplos da cidade de Campinas, alguns desafios que se colocam para além da aprovação do plano diretor, que por si só já é um grande desafio, visto que este deve ser fruto de debate com a sociedade organizada, e o que constantemente tem prevalecido é o interesse do capital em detrimento da superação das desigualdades sociais.

\*\*\*

Em Campinas existem vários desafios para a garantia da implementação do Plano Diretor na direção de políticas públicas de sustentabilidade e nas quais o lazer seja um direito social verdadeiramente existente. Aqui explorarei quatro desafios:

1. A implantação do plano diretor, espaços públicos para o lazer e responsabilidade das áreas garantidas;
2. Cidade periférica e os usos do espaço;
3. Educação para cidadania;
4. Políticas de esporte e lazer para os espaços urbanos oriundos da urbanização regulada pelo Plano Diretor Urbano.

No que tange ao primeiro item vimos assistindo nos últimos dez anos a aprovação de grandes empreendimentos imobiliários na cidade, tais como condomínios fechados em diversas áreas que são/eram de preservação ambiental, grandes *shopping centers* em áreas em que existiam grandes espaços verdes, por exemplo. Estas aprovações se fazem mediante acordos em que os empreendimentos devem criar espaços públicos e áreas de replantio de árvores e parques de uso coletivo como contrapartida destas autorizações. Neste sentido, destacamos aqui dois pontos para pensarmos: primeiro que em Campinas muitos destes empreendimentos foram autorizados em áreas verdes que possuíam reservas florestais nativas, com árvores seculares e, segundo, após as ditas áreas de contrapartidas serem criadas, há um “jogo de empurra”, cujo vácuo é a degradação das áreas em termos de preservação e segurança, o que inviabiliza seus usos. Este jogo ocorre entre empreendimento e poder público.

Trago aqui o exemplo de um dos maiores shoppings construídos na região. Para sua construção foi derrubada uma mata nativa, cujas árvores seculares eram tão grandes que foi preciso muita dinamitação, durante meses, duas vezes por dia, havia explosão para conseguir derrubar as árvores. O empreendimento “criou” em seu entorno um parque que deve/deveria atender aos requisitos antes mencionados, mas que constantemente está em estado de abandono. Trago algumas imagens para ilustrar o que relato:

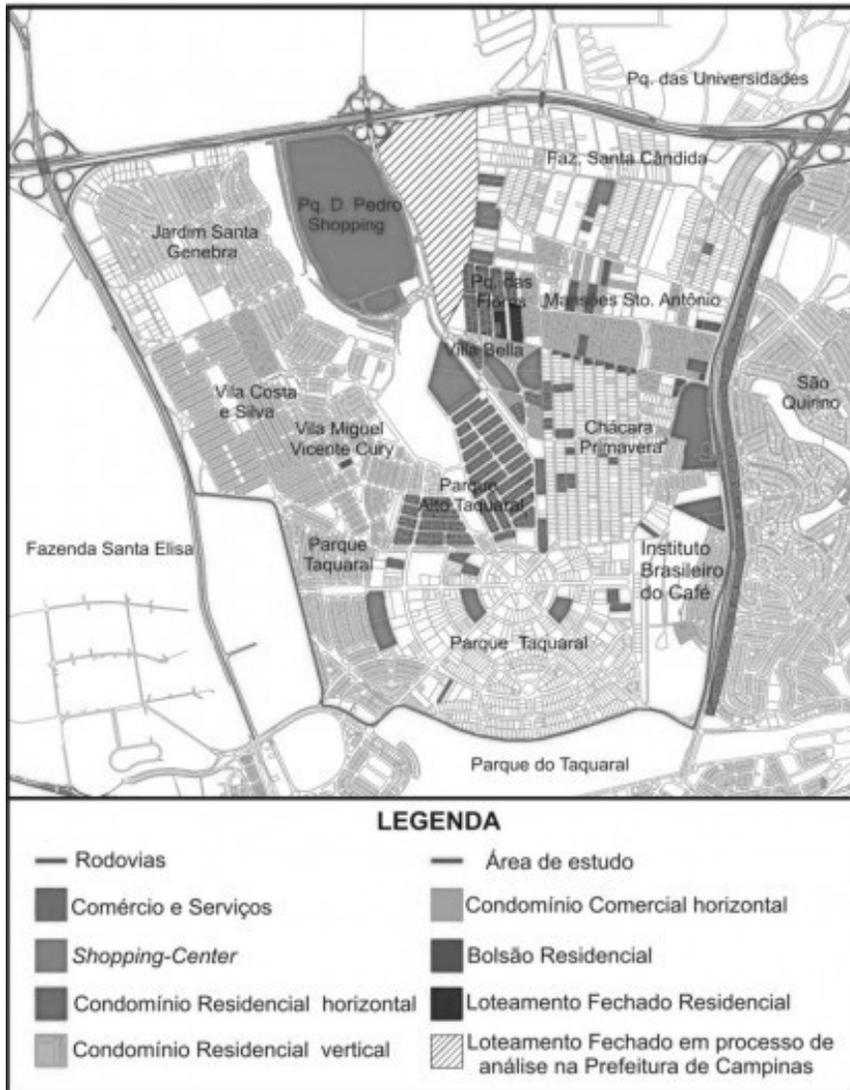


Imagem 1: Mapa do entorno do empreendimento

Como é possível notar, ao redor do shopping há uma área destinada à criação de um parque, que em tese deveria ser usado para fins públicos. Além de muitas vezes a área estar pouco preservada, é possível observar que há pouco uso, motivado provavelmente pela precária segurança oferecida aos seus

usuários, bem como a pouca atratividade existente nele mesmo. Além disso, tal empreendimento ocasionou a gentrificação no entorno, trazendo vários empreendimentos de alto custo, gerando a expulsão de antigos moradores ou a precarização de suas residências, o que com o tempo os levou a um movimento de retirar-se para zonas mais periféricas e baratas. Segundo Smith (1996), há duas lógicas do entendimento da gentrificação: uma que o coloca na ordem do individual e da produção do espaço pela lógica da vontade individual de estar ou não em tal lugar. E a segunda, da qual o autor se afilia, de pensar que a produção do espaço urbano é feita pelos agentes do Estado e imobiliários com investimento/desinvestimento e grande movimentos do capital. Primeiro se gera uma degradação do espaço urbano em questão, no qual nem Estado nem iniciativa privada buscam solucionar problemas emergentes naquelas áreas, levando-as a uma desvalorização. Depois, se oferece projetos de grande impacto, que demandam a remoção da população. Posteriormente, os espaços que serviram a projetos de impacto são elevados a um alto valor de exploração imobiliária. Neste caso, é a esta segunda lógica que aqui nos referimos.

Outra imagem icônica é encontrada nas entradas do shopping construído. Há raízes das árvores que foram retiradas para dar lugar ao empreendimento, como está na imagem abaixo:



Imagem 2: raiz de árvores retiradas para construção do shopping Center em Campinas.

O segundo tópico eleito diz respeito à cidade periférica e aos usos do espaço. Ora, se grandes empreendimentos têm gerado a gentrificação e expulsado moradores para áreas mais distantes das cidades, fica a pergunta: será que em tais zonas os serviços, comodidades e acessos aos direitos sociais são bem atendidos?

A resposta é não. Um dos grandes problemas das cidades brasileiras é justamente a enorme desigualdade existente entre a “cidade visível e a cidade periférica, invisível e ilegal. Segundo Maricato, “o Brasil tem em parte das grandes cidades população morando informalmente sem observar qualquer lei ou planejamento. Estes domicílios compõem amontoados de pessoas em lugares que são não cidades, já que ali não estão ausentes apenas a infraestrutura que caracteriza o espaço urbano, mas também todos os serviços urbanos e equipamentos” (MARICATO, 2010).

Esse quadro da cidade periférica, segundo a autora, ocasiona moradias ilegais que estão em áreas ambientalmente frágeis e que deveriam ser preservadas, pois fornecem verde, água e fauna, enfim equilíbrio ao meio ambiente. Contudo, segundo Maricato (2010),

Se considerarmos o número de favelas e o número de moradores que invadem terras para morar, podemos dizer que uma gigantesca invasão de terras urbanas é consentida pelo Estado nos países não desenvolvidos, mesmo contrariando ad leis urbanísticas e ambientais. Essas invasões não são dirigidas por movimentos contestatórios, mas pela falta de alternativas. Tal consentimento à ocupação ilegal, não assumido oficialmente, funciona como válvula de escape para a flexibilização de regras.

As três imagens a seguir ilustram bem o grande desafio colocado para um debate em que o pensamento seja superar as desigualdades e designar políticas sociais a espaços altamente degradados.





Imagens 3, 4 e 5. Favelas brasileiras e o Abaporu, obra de Tarsila do Amaral que representa a migração do povo nordestino.

O ponto 3 está relacionado à educação para cidadania, ou seja, à formação do cidadão a fim de entender que os usos dos espaços públicos são primordiais para a manutenção de uma vida coletiva e para a preservação do meio ambiente. Neste sentido, não é só a classe social mais baixa que transgride normas de boa convivência e de entender o espaço público como seu, como coletivo. Resido num condomínio fechado na cidade de Campinas e em frente ao mesmo há uma mata de preservação e um lago. Logo que mudamos para este lugar, a primeira coisa que notamos e valorizamos foi justamente este

espaço preservado. Passado um mês que o condomínio funcionava com residências, começava-se a perceber a degradação desta área e das áreas coletivas do próprio condomínio. Parece prevalecer que o público é de ninguém. Abaixo algumas imagens tomadas recentemente na área em questão:





Imagens 6, 7 e 8 – reserva ambiental e de preservação – contrapartida de empreendimentos fechados.

Além disso, a maior propaganda de tais empreendimentos é justamente a possibilidade de acessar áreas de lazer completas e usufruí-las. Mas fica a pergunta: como educar para e pelo lazer pessoas que não tem educação para a cidadania? Primeiro ponto, em minha opinião, é que a educação para o lazer e pelo lazer, se encarada como prioridade, poderia colaborar e muito na mudança gradual deste tipo de mentalidade.

Por fim, as políticas públicas de lazer são um desafio que, a meu ver, conduzem à soma de todos os desafios anteriores. Ou seja, resultaria da inversão de prioridades, na qual o poder público poderia investir em áreas degradadas com políticas sociais e com a construção de espaços coletivos e condições de vida decentes. Também de pensar um currículo educacional que eduque para vida e não só para o trabalho.

## Referências

DA CRUZ SANTOS, Flávia; AMARAL, Sílvia Cristina Franco. Sobre lazer e políticas sociais: questões teórico-conceituais. *Pensar a Prática*, v. 13, n. 3, 2010.

MARICATO, Erminia. O estatuto da Cidade periférica In: *O Estatuto da Cidade: comentado* = The City Statute of Brazil: a commentary / organizadores

Celso Santos Carvalho, Anaclaudia Rossbach. – São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010. 120 p.: II

DAS GRAÇAS RUA, Maria. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. *Manuscrito, elaborado para el Programa de Apoyo a la Gerencia Social en Brasil. Banco Interamericano de Desarrollo: INDES, 1997.*

SCHMITTER, Phillip. Reflexões sobre o Conceito de Política. In: BOBBIO, Norberto et al. *Curso de Introdução à Ciência Política*. Brasília: UnB, 1984.

# CIDADE, LAZER, POLÍTICAS PÚBLICAS E SUSTENTABILIDADE: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Simone Rechia<sup>23</sup>

Felipe S. Gonçalves<sup>24</sup>

Rodrigo França<sup>25</sup>

*O século XXI inicia-se em meio a uma emergência socioambiental, que promete agravar-se caso sejam mantidas as tendências atuais de degradação; um problema enraizado na cultura, nos estilos de pensamento, nos valores, nos pressupostos epistemológicos e no conhecimento, que configuram o sistema político, econômico e social em que vivemos.*

*Uma emergência que, mais que ecológica, é uma crise do estilo de pensamento, dos imaginários sociais e do conhecimento que sustentaram a modernidade, dominando a natureza e multiplicando a lógica de mercantilização e consumo planetários.*

(JACOBI, 2011, p. 07).

Realizar a escrita de um capítulo de livro a partir da palestra realizada no II CBEL é uma tarefa que nos deixa orgulhosos e satisfeitos. Temos consciência de que as palestras se caracterizam como excelentes momentos de troca, no entanto, quando registramos aquilo que afirmamos em nossa exposição oral, permitimos que um número maior de estudantes, professores, pesquisadores, sejam da área ou não, possam se apropriar desse conhecimento e contribuir com as reflexões e possíveis debates.

O tema *cidade, lazer, políticas públicas e sustentabilidade* se apresenta como desafiador, principalmente por trazer quatro elementos que são essen-

---

<sup>23</sup> Doutora em Educação Física pela Unicamp (2003) e Pós-Doutora pelo Instituto Nacional de Educação Física da Catalunha (Barcelona/ESP, 2009). Professora associada da UFPR. Coordenadora do GEPLC/UFPR.

<sup>24</sup> Mestre em Educação Física pela UFPR (2008) e Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação Física da UFPR. Professor da Rede Municipal de Ensino de Curitiba e do Quadro Próprio do Magistério Estadual do Paraná.

<sup>25</sup> Mestre em Educação Física pela UFPR (2007) e Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPR. Professor da Rede Municipal de Ensino de Curitiba.

ciais em nossas vidas, mas que na atual conjuntura federal, estadual e municipal, infelizmente têm sido preteridos, majoritariamente em função de ações políticas que nem sempre priorizam uma vida de qualidade nos centros urbanos. Nessa direção, ao pensarmos nos desafios e perspectivas dessa temática, temos clareza de que não será uma incumbência trivial, mas necessária, pois precisamos nos pôr a pensar e apresentar possíveis propostas que procurem atrelar os respectivos conceitos em seu conjunto.

Inicialmente nos indagamos sobre a possibilidade de pensarmos em políticas públicas que considerem o fenômeno do lazer em uma perspectiva crítica e, dessa forma, possam contribuir para uma vida sustentável. Tal reflexão parte da constatação de que a dimensão do lazer tem sido, na maioria das vezes, tratada pelos gestores públicos brasileiros como possibilidade de negócios ou para o desenvolvimento econômico das cidades, em detrimento da percepção desse fenômeno como potencialização dos espaços, tempos e educação para o ócio.

Ócio aqui compreendido como um tempo de vida singular, que pode gerar certa reflexão humanizada sobre a vida cotidiana. Assim, acreditamos na possibilidade de qualificar as diferentes experiências no meio urbano, permitindo que ocorra, de fato, um verdadeiro “desfrute do ócio”, seja por meio da contemplação, seja por meio das práticas corporais, entre outras. Corroboramos com De Grazia, quando explicita que

O ideal do ócio, ainda que requeira uma separação dos laços do trabalho diário, oferece a possibilidade do descobrimento e da criação. Seu desejo de se ver livre de obrigações é diferente do tempo livre. Seu fim é o poder estar tranquilo, não simplesmente para se guiar na vida, porém para limpar o caminho em direção à verdade, para ser tranquilamente objetivo. Desta forma a moral e a obrigação transformam-se em ócio pela verdade que as governa. (1966, p. 376).

Diante dessa concepção, percebe-se que o tempo para o exercício do ócio está ligado ao desenvolvimento pessoal, desde que consigamos nos distanciar das influências externas causadas pela visão mercadológica, que naturaliza o termo ligando-o à ociosidade, ou seja, ato ou ação improdutiva. Dessa forma, todas as experiências urbanas vivenciadas no tempo e espaço de lazer, que geram participação espontânea, alegria, criação e sensibilidade são consideradas menores e, portanto, sem importância.

Ampliando o debate, Rechia (2003) afirma que, independentemente da natureza dos espaços públicos, faz-se interessante pensar que essas práticas sociais, realizadas nos interstícios da vida cotidiana – quando articuladas e estruturadas em valores éticos e culturais – podem significar uma certa “linha de fuga” frente às contradições e paradoxos do meio urbano. Da mesma forma, tais práticas podem possibilitar a aquisição de novos valores humanos sustentáveis, os quais diferenciam-se de meras atividades compensatórias, funcionalistas e consumistas.

Entendemos que a noção de sustentabilidade deve perpassar pela tomada de consciência para o pensar e agir coletivamente, em busca de um olhar sistêmico, (re)equilíbrio integrador e tratamento dialógico e equânime dos recursos disponíveis. Sejam eles *humanos* (protagonismo das pessoas), *ambientais* (apropriação da biosfera), *sociais* (mutualidade das relações cidadãos), *econômicos* (distribuição das riquezas produzidas), *culturais* (diversidade de vivências significativas do conjunto de valores, sentidos e símbolos), entre outros.

Mas, como pensar em sustentabilidade – seja ambiental, social ou outra – em um país cujas diferenças de acesso e distribuição das riquezas, locais de moradia, trabalho, estudos, transporte, lazer, entre outros, são tão díspares? Cada vez mais, no modelo atual de sociedade, as noções de *desenvolvimento* e *sustentabilidade* têm caminhado de maneira inversamente proporcional. A convergência é possível?

Essas e outras questões servirão como marco para iniciarmos nossas reflexões.

## **A Gestão Deliberativa como possibilidade**

Atualmente, pensar o conceito de sustentabilidade em seu conjunto nos faz rever qual seria uma das possibilidades plausíveis para atingir tal objetivo por meio de políticas públicas. Acreditamos que uma alternativa, mas não a única, seria o debate a respeito da administração pública deliberativa, pensada como Plano de Ação das diferentes esferas administrativas.

Essa forma de gestão baseia-se numa lógica diferente, procurando modificar a essência segmentadora e tecnocrática que se efetiva na administração tradicional. Brugué (2014) ressalta que a chave para se chegar a essa prática deliberativa estaria no diálogo, de modo a “facilitar o intercâmbio de perspectivas e recursos entre as diferentes partes da administração e entre a

administração e seu entorno” (p. 70). O diálogo construtivo aparece como tema central, pois permite o intercâmbio e uma construção ativa que se efetiva no espaço público, sendo ele o lugar em que se estabelece um projeto de vida em comum.

Para Habermas (1995), pensar numa política deliberativa só faz sentido quando se considera a “pluralidade de formas de comunicação nas quais uma vontade comum pode se formar, não somente pela via de uma autocompreensão ética, mas também mediante o equilíbrio de interesses e compromissos, mediante a escolha racional de meios com respeito a um fim” (p. 45). Dessa forma, os “modos de fazer” da gestão deliberativa pressupõem tomadas de decisões coletivas, com a participação de gestores e comunidade, em pé de igualdade, por meio de argumentação racional, com extensa divulgação.

Nessa perspectiva, procura-se estabelecer e efetivar a inovação de projetos que tenham a preocupação de conciliar a participação social e a sustentabilidade, incentivando a comunidade a realizar construções sustentáveis, usufruir racionalmente os recursos, além da conscientização para o uso e ocupação do solo.

Temos percebido que um dos pontos críticos no processo de governabilidade das cidades são as áreas de vulnerabilidade socioambiental. Entre as dificuldades, que acabam por tornar os espaços insustentáveis, encontram-se a pobreza, a infraestrutura deficitária e a falta de diálogo e cooperação entre moradores e agentes públicos. Segundo o documento desenvolvido pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA) da cidade de Curitiba, “o desafio do desenvolvimento dos centros urbanos com a gestão sustentável das cidades é particularmente mais agudo e premente nessas condições. Nesses espaços, a abordagem multidisciplinar pautada na sustentabilidade pode ser o fio condutor das ações de governo.” (2016)

Nesse contexto, faz-se necessário que ocorram mudanças no formato de organização administrativa para impulsionar o processo de participação, pois, caso a gestão se preocupe exclusivamente com os processos burocráticos e racionais, provavelmente o mesmo não se concretizará como viável, legítimo e sustentável, pelo fato de trazer um falso sentido de participação e comprometer o sentimento de pertencimento.

## Da sustentabilidade que temos para a sustentabilidade que queremos

Uma das possibilidades de se chegar a uma sustentabilidade desejável talvez seja por meio da gestão pública deliberativa, pelo fato de buscar sempre um diálogo construtivo no processo de participação dos envolvidos. Desse modo, buscaremos nesse momento trazer elementos que permitam ampliar o debate a respeito do conceito de sustentabilidade. Como afirma Boff (2010; 2012), atualmente o conceito de sustentabilidade tem sido utilizado de maneira reducionista, contraditória e antropocêntrica, pois aplica-se – como uma armadilha – apenas às questões de crescimento quantitativo e desenvolvimento econômico. Porém, na concepção do autor a sustentabilidade, provida

[...] do âmbito da biologia e da ecologia. [...] traduz a tendência dos ecossistemas ao equilíbrio dinâmico, à cooperação e à coevolução e responde pela interdependência de todos com todos, garantindo a inclusão de cada ser, até dos mais fracos. (2010, p. 201)

[...] deve cobrir todos territórios da realidade que vão das pessoas, tomadas individualmente, às comunidades, à cultura, à política, à indústria, às cidades e principalmente ao Planeta Terra com seus ecossistemas (2012, p.16).

Nessa esteira de discussão, Gehl (2013) traz para o debate a importância de se pensar a sustentabilidade a partir de dois cenários: o primeiro se refere à *sustentabilidade ambiental*, ligada principalmente a fatores como a atividade industrial, o fornecimento de energia e o gerenciamento de água, esgoto e transporte; o segundo, à *sustentabilidade social*, que está relacionada à igualdade de acesso aos espaços públicos e à possibilidade de se locomover na cidade, além de considerar fundamental a “dimensão democrática que prioriza acessos iguais para que encontremos ‘outras pessoas’ no espaço público. Um pré-requisito geral é um espaço público bem acessível, convidativo, que sirva como cenário atraente para encontros organizados ou informais” (p. 109).

Até o momento, percebemos que os referidos autores defendem uma visão mais ampliada de sustentabilidade, ou seja, não se limitam apenas à questão do desenvolvimento. Na perspectiva de ambos, uma sociedade pode ser dita sustentável a partir do momento em que consegue se tornar autônoma por meio de seu trabalho e produção, quer dizer, ela precisa superar os níveis profundos de pobreza ou, ao menos, deve ter condições de reduzi-la. Além de proporcionar à população as questões referentes ao

trabalho, à seguridade social, à igualdade social, política e de gênero. De acordo com Leonardo Boff, teremos uma sociedade realmente sustentável quando nossos cidadãos, independentemente de condições econômicas, se tornarem socialmente participativos. Por meio de uma participação mais efetiva será possível lutar por uma cidade mais viva, segura, sustentável e saudável, ou, como afirma Gehl (2013), uma **cidade para pessoas**.

Nessa mesma direção, Leff (1998) afirma que, para pensarmos em sustentabilidade, é preciso que haja um reordenamento dos assentamentos urbanos, buscando promover

[...] novas economias sustentáveis, baseadas no potencial produtivo dos sistemas ecológicos, nos valores culturais e numa gestão participativa das comunidades para um desenvolvimento endógeno autodeterminado. Daí surge o desafio de gerar estratégias que permitam articular estas economias locais com a economia de mercado nacional e mundial, preservando a autonomia cultural, as identidades étnicas e as condições ecológicas para o desenvolvimento sustentável de cada comunidade; isto é, de integrar as populações locais num mundo diverso e sustentável (p. 61).

O que podemos notar no discurso desses autores é a importância e a ênfase dada à gestão participativa da comunidade, sem deixar de lado a relevância dos elementos culturais que fazem parte de cada realidade.

Na perspectiva de Enrique Leff, a sustentabilidade – consequentemente a qualidade do ambiente, que influencia diretamente em sua proposta – está diretamente ligada à qualidade de vida. Queremos afirmar com isso que, para atingirmos o objetivo de uma sociedade sustentável, não podemos abrir mão da conservação dos ecossistemas, da preservação dos recursos naturais, da sustentabilidade ecológica do habitat nem das “formas inéditas de identidade, cooperação, solidariedade, participação e realização, que entrelaçam a satisfação de necessidades e aspirações derivadas do consumo com diferentes formas de realização, através de processos de trabalho, de *funções criativas* e de *atividades recreativas*” (LEFF, 1995, p. 324. grifo nosso).

Frisamos a parte final da citação de Henrique Leff pelo fato de acreditarmos que uma das possibilidades efetivas para potencializarmos tais funções e atividades seria envolver a comunidade no debate a respeito da importância da sustentabilidade ambiental e social. Aqui salientamos que a ênfase nas práticas corporais lúdicas – vivenciadas nos espaços livres – e no momento em

que os sujeitos se encontram mais suscetíveis – no tempo de lazer – possa ser uma estratégia política fundamental para a construção de sentido e significado.

E é convergindo com esse senso de envolvimento, coletividade e exercício de cidadania que cada vez mais sujeitos vislumbram a organização em ativismos e movimentos sociais. Segundo Souza e Rodrigues (2004), tais organizações têm sido a ferramenta potencializadora para se “entrar em cena” e sair da condição de espectador.

Na qualidade de participantes de ativismos e movimentos, homens e mulheres lutam por direitos, estabelecem laços de cooperação e realizam ações de caráter político e cultural. Tentam, com isso, tornar-se algo mais que simples sujeitos passivos do processo social, afirmando-se em alguma medida, como agentes e protagonistas de seus destinos – por mais modesta que essa atuação de fato seja (p. 82).

E tanto Ativismos Sociais – geralmente dimensionados ao nível local, com táticas, astúcias e maneiras de fazer próprias, visando às reivindicações, demandas e melhorias pontuais do cotidiano – quanto Movimentos Sociais – com “bandeiras” e noções mais amplas de organização e luta, buscando transformações mais sustentáveis na estrutura e valores da sociedade – refletem essa necessidade de um maior protagonismo de vida, além de uma postura participativa das questões públicas, corroborando a afirmação de Walzer (apud PUTNAM, 2002, p. 101) de que “o interesse pelas questões públicas e a devoção às causas públicas são os principais sinais de virtude cívica”.

Evidentemente, todos temos nossas motivações, interesses, metas e objetivos particulares. Não se trata de altruísmo. O virtuosismo supracitado reside, justamente, na sensibilidade, empatia e difícil congruência, de modo engajado e sustentável, com a agenda coletiva, isto é, às motivações, interesses, metas e objetivos do outro e de toda a *polis*. Isto porque o associativismo tende a potencializar hábitos de cooperação, solidariedade, consciência política, confiança social e participação política. “[...] a participação em organizações cívicas desenvolve o espírito de cooperação e o senso de responsabilidade comum para com os empreendimentos coletivos” (PUTNAM, 2002 apud FRANÇA, 2007, p. 66).

Procurando exemplificar tais convicções, elencaremos brevemente alguns *cases* de sucesso relacionados à gestão deliberativa e apropriação sustentável de espaços públicos da cidade de Curitiba, emergidos de pesquisas

do Grupo de Estudos e Pesquisas em Espaço, Lazer e Cidade (Geplec) da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

## **Experiências do GEPLEC que nos permitiram perspectivar a liberdade de escolha**

Apresentaremos alguns exemplos que nos dão a possibilidade de pensar em novas perspectivas que buscam integrar os quatro elementos percorridos até agora – educação, lazer, sustentabilidade e políticas públicas.

O primeiro trata do processo de implementação da Praça de Bolso do Ciclista (PBC). De acordo com Santana (2016), a praça apresenta o adjetivo “de bolso” pelo fato de ter apenas 127m<sup>2</sup> de área e é também designada “do ciclista” por ter sido idealizada por um grupo de cicloativistas da cidade. Tal praça se concretizou como o esforço tanto do poder público quanto da comunidade, ou seja, trata-se de uma parceria, na qual a prefeitura esteve aberta ao diálogo e cedeu parte dos materiais; e a comunidade, representada pela Associação de Ciclistas do Alto Iguaçu (CicloIguaçu)<sup>26</sup>, foi quem colocou a “mão na massa” e, em regime de mutirões de fins de semana – durante aproximadamente cinco meses – construiu a praça.

Após a conclusão das obras, os usos e as formas de apropriação, de acordo com Santana (2016), se mostraram controversas, “pois ao mesmo tempo em que abriga atividades culturais e de lazer diversificadas, é palco de ações de depredação, de consumo exacerbado de bebidas alcoólicas e de realização de práticas ilícitas, como o tráfico de drogas” (2016, p. 5). Com o processo de reconversão da PBC, as pessoas passaram a circular mais por aquele espaço e essa foi uma ação que consubstanciou uma possibilidade “do reviver a e na cidade” (id., *ibid.*). Para a autora, essa iniciativa apresenta valores que sobrepõem a simples construção de um espaço de lazer, pois rompem com a noção de individualização, no momento em que a dimensão comunitária se faz presente, possibilitando de fato o processo de humanização e democratização da cidade.

As manifestações de ativismo social, diligente com as causas públicas, e cogestão do espaço público também ficaram evidentes na pesquisa de França (2007), o qual identificou alguns parques de Curitiba destinados às

---

<sup>26</sup> Detalhes da associação disponíveis em <http://www.cicloiguacu.org.br/>. Acesso em 25 jan. 2018.

experiências da cultura lúdica no ambiente natural, zelados por associações de moradores do entorno e usuários, com destaque para a AMA São Lourenço<sup>27</sup>.

Associação de bairro bastante atuante, com mais de 40 projetos e 2.000 ações já realizadas, elegeu há 18 anos a demanda ambiental como causa principal e, desde então, vem articulando os moradores, as escolas, o poder público, a Academia e outros parceiros para uma melhor apropriação, manutenção e preservação sustentável do parque São Lourenço. Com relação à escolha da questão ambiental como prioridade para as atividades da AMA São Lourenço, existem duas motivações, sendo a primeira relacionada à afirmação de Rechia (2003), de que os moradores do entorno dos parques “buscam um certo estilo de vida, o qual contempla a relação sujeito/natureza [...], apontando para um cotidiano diferenciado no meio urbano”. (p. 110). Isto é, vislumbrar uma extensa e bem cuidada área verde pública como “quintal” da própria casa pode gerar fortes sentimentos de pertencimento e identidade com o lugar.

Outra razão possível para a escolha da bandeira ambiental pode estar no fato de o bairro, que dá nome ao parque, se localizar na área norte da cidade, região relativamente privilegiada em termos de infraestrutura e distribuição de riqueza (RECHIA, 2003), apontando para certa **hierarquização** dos interesses. De acordo com França (2007), uma vez que os flagelos da pobreza não constituem ameaça ao bairro em questão, ou melhor, as políticas públicas relacionadas à segurança, educação, saúde, malha viária, saneamento básico, moradia, entre outros, se apresentavam como “adiantadas”, questões pertinentes ao lazer e sustentabilidade “puderam” entrar na pauta de discussão.

Independentemente da motivação, a abordagem socioambiental tem sido o diferencial da AMA São Lourenço, mobilizando a comunidade para a recuperação e preservação dos recursos naturais a partir de projetos sustentáveis, como a “Festa do Pinhão 2025” em que, desde 2001, estão anualmente plantando (aproximadamente 50 por ano) e trimestralmente monitorando o crescimento de Araucárias – árvore frutífera<sup>28</sup> endêmica do Estado, que leva pelo menos 15 anos para produzir – para colher os frutos e fazer uma festa.

<sup>27</sup> Associação do Moradores e Amigos do bairro São Lourenço. Maiores detalhes do grupo estão disponíveis em <https://www.facebook.com/amasaolourenco/>. Acesso em 23 jan. 2018.

<sup>28</sup> Recentemente alçada ao status de frutífera, para estimular o agronegócio sustentável, conforme apuração disponível em: <https://goo.gl/HHUw8R>. Acesso em 29 jan. 2018.

Os frutos a serem colhidos nessa confraternização assumem tanto o sentido literal, uma vez que a pretensão é elaborar pratos típicos, receitas diversas e manejo sustentável (WENDLING; ZANETTE, 2017) do pinhão recém-colhido, quanto o sentido figurado, pois, ao envolver as escolas da região, grupos de escoteiros e outros voluntários no mutirão de plantio e monitoramento regular, estão potencializando o lastro de conscientização ambiental e manejo sustentável.

Há também a chamada Patrulha Ambiental, construída por uma rede heterogênea de protetores do meio ambiente e de determinado trecho do rio mais próximo e eles, com a incumbência de informar à AMA São Lourenço qualquer irregularidade e contribuir, em parceria com o Poder Público, para a despoluição do rio; além de atividades periódicas relacionadas ao Dia da Terra, Mês do Meio Ambiente e Mês das Águas.

E quem, de alguma maneira, se envolve com tais projetos e ações é acolhido e reconhecido com distinção. São os certificados intitulados “Amigos do São Lourenço”, os quais conferem certo status, ou melhor, determinado capital social<sup>29</sup> aos colaboradores de suas causas, que estimulam e fortalecem círculos de confiança, compromisso, reciprocidade, cooperação e solidariedade, entre outros (PUTNAM, 2002; COSTA, 2003). Tais círculos virtuosos se autorreforçam, mutuamente, “pois a confiança do ‘quadro de sócios’ às causas da associação gera uma cooperação para reforçar sua legitimidade. Cooperação esta que gera mais confiança mútua e assim por diante” (FRANÇA, 2007, p. 68).

Vale a pena destacar, tanto no caso da Praça de Bolso do Ciclista quanto na AMA do Parque São Lourenço, a disposição dos gestores públicos para a parceria e o diálogo com a sociedade civil organizada. A pesquisa de França (2007) identificou, inclusive, que a Prefeitura de Curitiba respeita e dá preferência e credibilidade às associações, conforme depoimento dos gestores entrevistados:

[...] é muito mais adequado quando você tem uma sociedade organizada para demandar e explicitar sua vontade. A grande dificuldade é a diferença que existe entre a demanda e a sua

---

<sup>29</sup> Apreendido aqui na perspectiva Bourdiana, como laços sociais que possibilitam vantagens e oportunidades a indivíduos e comunidade. A análise de Bourdieu focaliza os benefícios que resultam em virtude da participação dos indivíduos em grupos e o papel que a sociabilidade pode trazer a estes. O sociólogo definiu capital social como “o agregado de recursos reais ou potenciais que são ligados ao domínio de uma rede permanente de conexões institucionais de habilidades ou reconhecimento mútuos”. (p. 155).

capacidade de atender. A falta de dinheiro, a falta, às vezes, de pessoal, por conta da falta de dinheiro. Você não pode ter um quadro muito gigantesco de servidores. (Gestor 1, p. 64). É muito mais fácil trabalhar com associação, porque daí você trata dos anseios daquela população. Quando a comunidade não é organizada fica difícil, porque cada um puxa pro seu lado, é aquela coisa. Agora, quando se tem uma associação... Mas desde que não vire clubinho. Ser sempre a mesma família, só os amigos do presidente, aí não dá (Gestor 2, idem, ibidem).

Apresentamos a seguir mais um exemplo que leva em consideração a parceria descrita até aqui. Trata-se de uma experiência desenvolvida em conjunto entre o poder público (Escola Municipal Michel Khury, SMMA e UFPR) e a comunidade (Associação de Moradores Lotiguaçu e cidadãos). Essa foi uma oficina de construção de brinquedos com materiais recicláveis.

Nessa ação procuramos, desde o princípio, desenvolver um processo educativo que buscasse uma profunda relação com a sustentabilidade. Para atingir nossos objetivos, utilizamos uma estratégia que se aproxima da ecoeducação, proposta por Leonardo Boff em seu livro “Sustentabilidade: o que é: o que não é”.

No processo desenvolvido coletivamente, tivemos duas reuniões de planejamento antes de concretizarmos a ação. A escola se responsabilizou pela arrecadação dos materiais recicláveis e os alunos foram fundamentais nesse processo; a equipe pedagógica e corpo docente se responsabilizaram por trabalhar o conceito de sustentabilidade e a importância do cuidado com o meio ambiente, descartando de maneira correta os materiais recicláveis ou utilizando-os da melhor maneira possível.

Podemos afirmar que a escola permitiu o acesso ao conhecimento produzido e que poderiam potencializar as discussões e reflexões a respeito da temática “sustentabilidade” por meio da construção de brinquedos com materiais recicláveis. No segundo momento, foi propiciado aos alunos que tivessem condições de fazer a reflexão crítica dos conhecimentos que tiveram acesso e, em seguida, pudessem trazer suas experiências e conhecimentos para aprofundar as relações estabelecidas, dando condições de conhecerem a si mesmos, a realidade que os cerca e permitir uma nova visão de realidade. Lembramos que, para atingir esse processo educativo para a sustentabilidade, procuramos desenvolver ações lúdicas, por esse motivo optamos pela construção de brinquedos, pois, ao mesmo tempo em que as crianças em conjunto

com os responsáveis efetivavam a ação, também tinham a possibilidade de brincar com os materiais elaborados.

A proposta se efetivou inicialmente com uma professora convidada que discutiu com as famílias presentes a “Importância do Brincar na Infância”, posteriormente, foi apresentado um vídeo, realizado pelas professoras da escola, apresentando o processo de reconversão<sup>30</sup> dos espaços da escola, que contou com o apoio da comunidade.

Após o vídeo, as crianças com seus responsáveis e uma professora indicada para acompanhar o grupo, seguiram para as diferentes oficinas. No total, tivemos 8 oficinas de construção de brinquedos utilizando materiais recicláveis e alternativos (*Jogos de tabuleiros; Pé de lata; Dominó com caixas de leite; Boliche, Passa-bola e argolas, Bilboquê, Vai e vem e Cai não cai com garrafas PET*).

Os responsáveis por coordenar as oficinas foram bolsistas do Geplec, porém as professoras ajudaram em todo o processo. Elas elogiaram a organização destes, pois, além de separarem os materiais, colocaram no quadro negro o passo a passo do processo de construção do brinquedo, para facilitar a visualização por parte das crianças e dos responsáveis.

No final das oficinas, as crianças puderam brincar com o que foi construído, no entanto sem poder levar para casa. Tal fato se constituiu em um momento difícil, pois as crianças, ao construir o brinquedo, se identificaram com ele e criaram um sentido de pertencimento com este. Procuramos explicar para todas as crianças que os brinquedos ficariam na escola e que poderiam brincar na hora do recreio, além de se tornarem um “kit-itinerante” para a comunidade, pois poderiam ser emprestados para serem utilizados em eventos nas praças do bairro, em outras escolas, nas ONGs e na Unidade de Saúde.

Uma ação que ocorreu concomitantemente com as oficinas foi a finalização da horta comunitária, realizada em conjunto com os alunos da Classe

---

<sup>30</sup> De acordo com Borja e Muxí (2000), a reconversão é uma estratégia para desenvolver a produção do espaço público, ou seja, melhorá-lo por meio do plantio de árvores, ajardinamento, iluminação, mobiliário urbano do entorno de ruas e de praças de bairros mais carentes da cidade. Tais modificações possibilitam que ocorra um uso coletivo desses espaços públicos.

Especial<sup>31</sup> no próprio terreno da escola (foram utilizados pneus usados que haviam sido doados para a escola). Antes de realizar o plantio, as crianças pintaram os pneus, colorindo o ambiente.

Vale ressaltar que em todo o processo as crianças tiveram condições de serem participativas e, se quisessem, criar outros brinquedos ou ensinar a construir algo diferente daquilo que estávamos propondo. Não podemos deixar de relatar que os bolsistas procuraram reforçar a importância da reflexão e discussão a respeito da sustentabilidade, iniciadas com as professoras e continuadas nas oficinas. Acreditamos que nessa fase conseguimos atingir os preceitos de ecoeducação trazidos por Boff (2012, p.150), quais sejam “aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser, aprender a viver juntos e a cuidar da Mãe Terra”.

A última ação que destacamos nesse momento foi a efetivação do Projeto Vila Sustentável (PVS), coordenado pela SMMA de Curitiba, em conjunto com outros setores da esfera pública e a comunidade. Esse projeto previa a integração das ações nas áreas de meio ambiente, educação, saúde, abastecimento, esporte e lazer, antidrogas, ação social e habitação.

De acordo com Braun et al. (2016), o PVS teve como objetivo estabelecer, coletivamente, práticas de sustentabilidade como um processo que possibilitasse às pessoas a oportunidade de decidir sobre as próprias escolhas, aliando o bem-estar individual e coletivo com a conservação do meio físico. Além da organização do espaço e a ampliação das oportunidades na geração de emprego e renda, o projeto pretendia estimular a cooperação entre moradores, agentes e parceiros, num permanente exercício de cidadania. Buscava-se um olhar sobre a relação de diálogo entre o poder público municipal, a universidade e a comunidade local, a partir da identificação de quais desafios e potencialidades o PVS poderia contribuir, numa perspectiva deliberativa para a participação social.

O projeto proporcionou um espaço de diálogo com os moradores do bairro, principalmente por meio de suas lideranças e desenvolveu uma

---

<sup>31</sup> De acordo com a definição da Secretaria Estadual de Educação do Paraná (SEED), na Instrução nº 03/2004: “Sala de aula em escola do Ensino Regular, em espaço físico e modulação adequados, onde o professor especializado na área da deficiência mental utiliza métodos, técnicas, procedimentos didáticos e recursos pedagógicos especializados e, quando necessário, equipamentos e materiais didáticos específicos, conforme série/ciclo/etapas iniciais do Ensino Fundamental.” Disponível em: <https://goo.gl/YCk2Qo>. Acesso em 1 fev. 2018.

dinâmica de trabalho que funcionava levando em consideração, principalmente, as ações desenvolvidas na Praça “Frei Jorge Dudu da Silva”, no tempo e espaço de lazer da comunidade, culminando num apogeu relacional e cultural da sociedade e das diversas instituições. Esse zênite das ações pensadas e planejadas se efetivou com quatro eventos desenvolvidos em parceria. Essas etapas eram antecedidas por grande articulação dos atores em torno das demandas levantadas pelas pessoas presentes nas reuniões e, após os eventos, eram realizados encontros de avaliação.

Os eventos se caracterizaram como ponto de encontro, sustentados na ideia de que quem faz do espaço um lugar são os sujeitos que o frequentam e, ao se apropriarem, imprimem sentido e significado às ações e relações estabelecidas com este.

As ações realizadas na praça evidenciaram as relações que se estabeleceram nas etapas anteriores e acabaram se caracterizando como o ápice do projeto. Essa é uma questão importante, pois a participação da comunidade nesses eventos se efetiva no momento em que elas têm liberdade de escolha, apresentam um tempo livre de – que está diretamente ligado ao tempo de trabalho – e um tempo livre para – direcionado ao desenvolvimento da liberdade, seja por meio das diversas práticas culturais, pelo descanso ou pela contemplação. É no tempo e espaço de lazer que elas se reúnem, conversam, trocam experiências, refletem a respeito do cotidiano e das ações que se efetivam no bairro.

O desenvolvimento das ações não se efetivava sem dificuldades, principalmente pelo número de pessoas e instituições envolvidas. Porém, sempre eram estabelecidas funções e responsabilidades entre os envolvidos para que as ações saíssem do plano das ideias e se efetivassem no dia a dia do bairro.

Não temos dúvida de que o planejamento urbano das cidades deve avançar e extrapolar a ideia de apenas construir estruturas físicas. Na concepção de Gehl (2013), o desafio é reinventar as cidades para que funcionem, e os esforços devem concentrar-se em todos os aspectos, “do ambiente físico e das instituições sociais aos aspectos culturais menos óbvios, que contemplam a forma como percebemos os bairros individuais e as sociedades urbanas” (p. 105). Reforçando o que apontamos anteriormente, tais fatos podem ser considerados a partir das práticas corporais vivenciadas em ambientes naturais preservados no meio urbano e potencializados pelos tipos de equipamentos ofertados, tudo isso no tempo diferenciado do lazer.

## O Lazer em debate

As análises até agora expostas, quais sejam: Ócio – tempo e espaço para o desenvolvimento humano a partir das experiências de lazer, ligadas a interesses culturais diversos e singulares; *Sustentabilidade* – tomada de consciência para o pensar e agir coletivamente, em busca de um olhar sistêmico, equilibrado e dialógico acerca dos recursos disponíveis e *Gestão Deliberativa* – forma de gestão diferenciada das tradicionais, sustentada no diálogo entre as diferentes partes da administração e entre a administração e seu entorno, que permite o intercâmbio e uma construção ativa que se efetiva no espaço público – nos levam à seguinte pergunta: O cidadão brasileiro está preparado para essa mudança de paradigma<sup>32</sup>? Estamos preparados para essa “reinvenção das cidades” proposta por Gehl (2013)?

De modo geral, embora as condições materiais de existência sempre “gritem mais alto”, ainda não se compreende exatamente como iniciar essa reinvenção de nós mesmos, do outro e do nosso entorno. Nesse sentido, propomos a Educação para e pelo lazer como umas das estratégias de formação humana para tais mudanças.

Para tanto, partimos do pressuposto de que oportunizar aos cidadãos experiências de lazer no meio urbano é dever do Estado e, portanto, ter acesso a tais experiências é um direito, igual e legalmente garantido. Vale ressaltar que ainda não atingimos tal maturidade cidadã e consideramos o lazer como um desejo “possível” (quase quimérico), ou melhor, “quando der tempo ou sobrar dinheiro”.

Nessa direção, convencionou-se compreendê-lo como uma mercadoria a ser comprada e vendida. Para D’Angelo (2015),

Uma naturalização típica dos nossos tempos dá conta de que “mais é melhor”. Ou seja, de que o ser humano, quando confrontado com a escolha entre abundância e a moderação, irá preferir a primeira: mais dinheiro, mais propriedades, mais objetos e mais viagens seriam a escolha lógica – ou “natural” de qualquer um. A partir daí todo movimento ou sacrifício no sentido de perseguir tais objetivos soam perfeitamente aceitáveis à

<sup>32</sup> Entendemos a acepção de paradigma como um conjunto de pressupostos epistemológicos, matrizes explicativas, verdades científicas, técnicas padronizadas e, em última instância, vícios dogmáticos e cosmovisões, as quais delimitam, modelam e direcionam as formas de interpretar e agir de determinada sociedade (HOISEL, 1998).

maioria, e, portanto, raramente sujeitos à discussão ou à crítica (p. 50).

O “raramente”, citado pelo autor, pode tornar-se exceção? Acreditamos que sim, mas a partir da participação comunitária e de uma educação para e pelo lazer, ancorada na ideia de que os sujeitos que vivem nas grandes cidades precisam compreender que tempo e espaço são variáveis que devem ser conquistadas. As experiências sensíveis e significativas, desvinculadas do utilitarismo amplamente difundido no mundo capitalista, podem possibilitar reflexão e crítica a tais modelos econômicos, sustentados na abundância, no consumismo, no “mais é melhor”, gerando o questionamento se de fato isso faz sentido e favorece o desenvolvimento humano e sustentável.

A esse respeito, Boff (2010) defende a contraideologia do “bem viver”. Derivada das tradições indígenas, essa categoria “entrou nas constituições da Bolívia e Equador como o objetivo social a ser perseguido pelo Estado e por toda a sociedade” (p. 197). Em vez de uma ética do progresso ilimitado, liberal a todo custo, com excedente de produção, que pressupõe uma competição excludente com os outros para concentrar cada vez mais bens materiais e “viver melhor”, o conceito de bem viver almeja uma ética holística da suficiência e equilíbrio, considerando não apenas o indivíduo, mas toda a biosfera.

A preocupação central não é acumular. De mais a mais, a Mãe Terra nos fornece tudo o que precisamos. Nosso trabalho supre o que ela não nos pode dar ou a ajudamos a produzir o suficiente e decente para todos, também para os animais e plantas. [...] no ‘bem viver’ há uma clara dimensão espiritual com os valores que a acompanham, como o sentimento de pertença a um Todo, compaixão com os que sofrem, solidariedade entre todos e capacidade de sacrificar-se pela comunidade.

Diante disso, uma educação para e pelo lazer é importante porque pressupõe gerar ferramentas para subsidiar o entendimento de que as práticas realizadas no tempo livre, ou seja, realizadas no tempo/espaço de lazer geram condições necessárias para superarmos paradigmas do passado. O Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano 2017 salienta que “o caráter de liberdade, central ao conceito de desenvolvimento humano, é mais bem pronunciado nas práticas de tempo livre, além de serem um aspecto da vida de todo e qualquer cidadão, diferentemente das práticas de deslocamento e trabalho, focadas em grupo específicos” (PNUD, 2017, p. 335).

Para os autores, é primordial que a valorização das experiências de lazer, ligadas a interesses culturais diversificados e sustentáveis, seja dada “por uma decisão livre e consciente da pessoa, afetada em menor medida por uma imposição cultural midiática [...] que não seja limitada por falta de recursos financeiros, de tempo disponível e/ou oportunidades”. (p. 336). Acreditamos que só uma Educação crítica, reflexiva e de qualidade possa fornecer subsídios para lutarmos por esse direito à liberdade de escolha no tempo livre.

### **Finalizando apenas nesse momento... porque a luta continua!**

As cidades não são apenas espaços construídos para trocas financeiras e econômicas, são também lugares de encontro, de projeções das relações sociais, de lazer, diversão, reinvenção e produção da cultura. Investir em políticas públicas que potencializem programas, projetos e estruturas físicas, sempre vinculadas à educação, lazer e sustentabilidade ambiental e social, como aspectos da cultura vivenciada no meio urbano, pode ser uma das saídas para resolver a complexa relação entre tais dimensões.

A busca da (re)significação das identidades individuais e coletivas e o desenvolvimento humano, pilares da sustentabilidade ambiental, exige contemplar espaços, interesses, atividades e grupos sociais diversos. Contudo, observa-se que determinadas formas de gestão pública têm a tendência de dar maior atenção a regiões centrais das cidades, quase sempre focadas na visão econômica e na valorização dos territórios “nobres”, muitas vezes negligenciando áreas de moradia, lazer e trabalho das periferias, permitindo que situações ambientais insustentáveis e (des)humanas se estabeleçam. Percebe-se que a falta de cuidado e qualidade dos espaços e equipamentos de lazer tendem a gerar esvaziamento dos espaços públicos e, conseqüentemente, violência e insegurança no meio urbano. Assim, tais ambientes se tornam escassos e precários e impedem o uso e as formas diferenciadas de apropriação, a partir de interesses culturais, os quais contribuem para o desenvolvimento das comunidades e conscientização ambiental.

Para que haja uma conexão positiva entre lazer, sustentabilidade e políticas públicas é impreterível a participação da comunidade no planejamento, implantação e manutenção dos equipamentos, programas e projetos educativos urbanos. Dessa forma, aumenta-se a probabilidade de que todas as pessoas e em todos os lugares tenham acesso a espaços atrativos, ao uso e apropriação

da cidade. Tais experiências podem gerar o “encontro” comunitário, para que possamos sonhar juntos por um mundo melhor e mais sustentável.

## Referências

CURITIBA. Prefeitura Municipal. *Projeto Vila Sustentável*. Curitiba: SMMA, 2016.

BOFF, L. *Sustentabilidade: o que é: o que não é*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

\_\_\_\_\_. **Cuidar da Terra, proteger a vida**: Como evitar o fim do mundo. Rio de Janeiro: Record, 2010.

BORJA, J.; MUXÍ, Z. *El espacio público, ciudad y ciudadanía*. Barcelona, 2000.

BRAUN, C. C. et al. Vila Sustentável: Desafios, Possibilidades e Contribuições. In: CARLEIAL, L. M. F. et al. (Org.). *Políticas e Ações Deliberativas em Curitiba: diálogo-confiança-mediação*. Curitiba: IMAP, 2016

BRUGUÉ, Q. Da gestão pública para a administração deliberativa. In: Instituto Municipal de Administração Pública (IMAP). *Estado, planejamento e administração pública no Brasil*. Curitiba, p. 65-80, 2014.

COSTA, M. A. N. Sinergia e Capital Social na Construção de Políticas Públicas: a favela da Mangueira no Rio de Janeiro. In: **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, n° 21: 147-163, nov. 2003.

D’ANGELO, A.C. *Por uma vida mais simples: história, personagens e trajetória da simplicidade voluntária no Brasil*. São Paulo: Cultrix, 2015.

DE GRAZIA, S. *Tiempo, trabajo y ocio*. Madri: Editorial Tecnos, 1996.

FRANÇA, R. *Diálogos entre Oferta e Demanda: uma análise da relação entre o poder público e os grupos de ativismos sociais referentes aos parques da cidade de Curitiba*. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

GEHL, J. *Cidades para as pessoas*. Trad. Anita Di Marco. São Paulo: Perspectiva, 2013.

HABERMAS, J. Três modelos normativos de democracia. Lua Nova: Revista de Cultura e Política. n. 36, p. 39-43, 1995.

HOISEL B. Anais de um Simpósio Imaginário. São Paulo: Palas Athena, 1998.

LEFF, E. *Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Petrópolis: Vozes, 1995.

JACOBI, P. R. Meio Ambiente, Educação e Cidadania: diálogo de saberes e transformação das práticas educativas. In: JACOBI, P. R.; MONTEIRO, F.; FERNANDES, M. L. B. *Educação e Sustentabilidade: Caminhos e práticas para uma educação transformadora*. São Paulo: Evoluir, 2011.

PUTNAM, R. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna*. 3 ed. Trad. Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

RECHIA, S. *Parques públicos de Curitiba: a relação cidade-natureza nas experiências de lazer*. Campinas, 2003. Tese de Doutorado em Educação Física, Departamento de Educação Física. Unicamp. 2003.

SANTANA, D. T. *Praça de Bolso do Ciclista de Curitiba/PR: idealização, cotidiano e o uso da bicicleta como forma de contestação*. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

SOUZA, M. L.; RODRIGUES, G. B. *Planejamento urbano e ativismos sociais*. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

WENDLING, I.; ZANETTE, F. *Araucária: particularidades, propagação e manejo de plantios*. Brasília, DF: Embrapa, 2017, disponível em: <https://googl/wgkK5P>. Acesso em 29 jan. 2018.



# TRABALHO, TEMPO LIVRE E LAZER NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Edna Castro<sup>33</sup>

## Introdução

As transformações na economia e na sociedade, e as inovações tecnológicas na área da comunicação desde a segunda metade do século XX alteraram profundamente o lugar do trabalho na sociedade, a natureza das relações de trabalho bem como as instituições criadas como espaços de regulação dos direitos trabalhistas e as soluções dos conflitos produzidos no âmbito das relações de trabalho capitalistas. Desde os anos 1970, quando se fortaleceria o modelo de produção flexível, já evidenciavam-se mudanças na dinâmica de mercado com desdobramentos sobre os processos de produção e de organização do trabalho. As décadas seguintes definiram melhor os contornos de tal processo, em especial no campo da comunicação empresarial, na gestão de negócios, na composição do capital e das corporações, nas relações interempresas, na concepção de tempo e espaço, mas também na vida social e na relação passado e presente. Apesar das constantes transformações, o trabalho permanece ainda elemento fundamental da vida social, em torno do qual as sociedades se organizam, se definem papéis e identidades. Mais além da relação salarial e do emprego, o trabalho faz parte da dimensão criativa do sujeito, significa sua objetivação no mundo e interiorização de processos cognitivos.

Mudanças também evidenciadas no Estado face ao processo de globalização que reflete no papel regulador das relações de trabalho. Para Castel (1995), observam-se tendências à institucionalização relacionadas a novas dinâmicas de poder e à *desafiliação* de trabalhadores do mercado de trabalho. Não é mais o caso, diz o autor, de pensar em um Estado provedor, responsável pelo jogo que pretende equalizar as forças, e os conflitos, entre lógicas de mercado e da sociedade, explicitando que não pode haver igualdade social e não se pode, tampouco, manter um contrato social, pois as dinâmicas o ultrapassam

---

<sup>33</sup> Doutora em Sociologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, professora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/NAEA, da Universidade Federal do Pará e Pesquisadora de Produtividade do CNPq.

rapidamente. Considera o caráter forte do desmonte dos sistemas de seguridade social desde o fim da guerra fria e que se fragiliza de forma crescente, revelando o domínio do mercado e da concorrência sobre valores da ética e da cooperação. Isso coloca em risco o contrato social, e as trocas sociais como estruturas não somente econômicas. Está em jogo desregular e desinstitucionalizar os direitos e garantias que fazem parte de acordos anteriores, mas ao mesmo tempo preconizar a possibilidade de manter a sociabilidade através de um contrato social.

Há uma crise na estrutura da geração do emprego, que não pode ser explicado simplesmente pelo aumento da oferta de trabalho no mercado, embora isso possa ocorrer e aumente as exigências de maior qualificação e competência no recrutamento. Márcio Pochmann (2012) mostrava que a crise de emprego, na gravidade que tem sido vivida em outros países mais industrializados, tendia a aumentar no Brasil. O mercado e suas instituições globais de regulação pressionam na direção da redução do Estado, de torná-lo mais eficiente diante do capital, respondendo às estratégias de cooptação, coerentes com o movimento para implantar medidas que objetivam desregular o trabalho e fomentar ideologias do empreendedorismo. A crise do emprego tende a ampliar ainda mais nessa segunda década do século XXI, seguindo as evidências do processo de modernização empresarial desde o final dos anos 80, ainda em curso, com a introdução de tecnologias “poupadoras” de mão de obra, e novas combinações na organização do trabalho salarial com terceirização, trabalho em domicílio, trabalho deslocalizado, contratos precários e formas diversas de cooperativas de trabalho e empreendedorismo, entre outras, que tendem a se generalizar e maquam a crise de emprego.

Novos códigos e agenciamentos aparecem nas relações de dominação do espaço de trabalho, observados talvez mais pela análise sociológica do que econômica como práticas sutis de dominação, ou do exercício da dominação através de códigos mais sutis da dominação simbólica (BOURDIEU, 1988). Empresas e suas instituições permitem operar o sistema produtivo com organização de cadeias, de redes complexas capazes de minimizar os constrangimentos de tempo e espaço, atender a fornecedores e a clientes em tempo real, no modelo flexível que adora práticas de *just in time*, no contexto das grandes linhas de mudanças do mercado mundial e no sistema produtivo/financeiro. Funciona como sistema-mundo integrado, com estratégias, ações e condutas que vão do campo simbólico ao da produção material na sociedade. Assim, as mudanças que ocorrem hoje no mundo do trabalho não podem ser entendidas sem as correlações com as alterações profundas na dinâmica de mercado, na

concepção de racionalidade do tempo e do espaço que emerge nesse processo global, sob domínio do capital financeiro, e que comporta, organicamente, as relações de trabalho (CASTRO, 1994, 1997).

Transformações que desafiam a compreensão da sociedade atual, e a formulação crítica da teoria social, de categorias analíticas. Observam-se os desdobramentos dessas mudanças no mundo do trabalho, que, além do desemprego e das crises mais frequentes do capitalismo, promovem o aparecimento de novas formas de precarização e de contratualidade entre agentes no mercado de trabalho, havendo a ampliação do trabalho no setor informal da economia e o surgimento maquiado de um novo trabalho escravo, mediatizado pela tecnologia e por processos de gestão que podem ser globais, a exemplo do uso do aplicativo Uber que tem levado ao debate a mudança na lógica de organização do trabalho, da relação patrão e empregado, das formas de exploração e de distribuição de benefícios dos contratos sociais, com a emergência de um deslocamento na produção de bens e serviços, mencionado por Salama (2016) como a *uberização*, que pode ser coetânea com a reprimarização da economia que ocorre atualmente no Brasil e em muitos outros países da América Latina.

Este artigo se propõe a refletir algumas questões que têm sido colocadas no debate sobre a construção conceitual do lazer na sociedade moderna, pois consideramos relevante sua relação com os processos de mudança no campo do trabalho. Ainda que o trabalho possa não ter centralidade como categoria de análise no pensamento social da atualidade, não podemos descartar a relevância da produção capitalista nos inúmeros processos de trabalho - labor no sentido aplicado por Weil - nos quais a criatividade, a singularidade e a sua multiplicidade dão a esta mesma sociedade moderna o reconhecimento da diversidade da existência social e de formas de reprodução da vida.

Estariam essas mudanças, como mostra o debate que se travou desde o último quartil do século XX, interferindo na natureza do tempo livre? O que distingue o tempo de trabalho do tempo livre e do não trabalho? Se se entende como fundamental o trabalho na formação do tempo livre, é que estamos falando do trabalho no contexto de mercado, da relação salarial e do emprego. Por isso tem sentido falar de tempo livre, pois a integração de trabalho à vida social não comportaria a noção de tempo livre. Processaram-se nos últimos séculos a mudança no conceito de tempo, fazendo com que esse passasse a ser medido pelo relógio (THOMPSON, 1991), definindo jornadas e cronometragem do trabalho, do tempo de trabalho. Essa noção continha o tempo do trabalhador na produção e o tempo para recuperar as forças que seriam

necessárias a uma nova jornada de trabalho (CASTRO, 1997). Nesse sentido, o tempo livre acabava sendo para repor energias, sem o espaço para o lazer. As lutas do movimento operário tinham como um de seus eixos o embate político com patrões, o tempo. Elas contemplam sempre as demandas para a vida, para a família, para o lazer, como sintetizaria em seus manifestos Lafargue, publicados no livro *O direito à Preguiça* (1990).

## **Globalização e trabalho: fordismo e modelo flexível**

O debate contemporâneo mostra como os processos de globalização conduziram a uma acelerada integração mercantil, gerando impactos profundos sobre as relações de produção, e conseqüentemente sobre o mercado de trabalho. O conteúdo dos postos de trabalho, as qualificações requeridas, as chances dos trabalhadores em continuar a traçar as trajetórias profissionais pretendidas, até a própria reprodução social, foram alterados pelas diferentes modalidades de precarização do trabalho, os riscos de perda do emprego, a redução de salários e de inserção no mercado. Ainda que se perceba tendências que não podem ser generalizadas, os novos processos no mercado de trabalho são bastante concretos e, por isso, importante acompanhar seus desdobramentos.

As alterações provenientes desse processo incidem sobre o trabalho em três níveis: a) mudanças no processo de produção pelas inovações tecnológicas trazidas com o desenvolvimento da informática, mas também pelas exigências do mercado que impõe uma reestruturação constante dos processos e linhas de produção em direção a uma produção flexível; b) mudanças na forma de gestão empresarial e da força de trabalho, que aparecem pela inversão de princípios e de superação em certas áreas do modelo taylorista e fordista. Alteram-se as referências da cooperação na divisão social do trabalho e, portanto, a conformação do coletivo de trabalhadores; c) Mudanças no mercado de trabalho que tornam o trabalho mais incerto, e instável, o que altera a forma como se estabelecem as relações e a divisão social do trabalho.

A exclusão de massas crescentes de trabalhadores, tanto em países desenvolvidos como nos em via de desenvolvimento, das possibilidades de entrar no mercado assalariado, associada a preocupações deste final de século, à questão da exclusão social, foi desta vez produzida na esteira de um sofisticado desenvolvimento científico e tecnológico, em todas as áreas do conhecimento. Mas o trabalho estrutura a organização social, o uso do tempo, e do tempo livre, e interfere diretamente na utilização do tempo do trabalhador,

embora o debate mostre a perda de sua centralidade com a categoria-chave e com poder explicativo relevante na extraordinária história da classe operária na Inglaterra (THOMPSON, 1991); refere-se à indissociabilidade do trabalho e vida, pois estavam integrados, como ainda encontramos essa concepção em inúmeros povos no presente, em todos os continentes representados nas cartas geográficas, separação seminal e que se produziu ao longo dos últimos séculos de aprofundamento das relações capitalistas.

Referida por alguns autores como uma revolução no mundo do trabalho, essas mudanças prosseguem seus desdobramentos nem sempre perceptíveis de imediato, subvertendo, assim, a organização anterior e distanciando-se do padrão de desenvolvimento fordista, fundado justamente na produtividade do trabalho. No fordismo, a eficiência estrutura-se sobre o trabalho, ou seja, sobre a “produtividade das operações de trabalho, organizadas em torno da rapidez de sua realização, em combinação com as operações técnicas mecânicas” (ZARIFIAN, 1996). Nos modelos empresariais que passam a predominar com a globalização e a flexibilização produtiva, decorrentes da introdução de inovações tecnológicas e de novos modelos de gestão, a produtividade do trabalho deixa de ser central, pois decorre da ação dinâmica de múltiplos atores empresariais que reagem a sistemas complexos e integrados, e da capacidade de coordenação das empresas através da comunicação (ZARIFIAN, 1996).

Essa interpretação refere-se às cadeias produtivas, às redes eletrônicas de fornecedores e distribuidores e às novas temporalidades advindas em boa parte do lado da demanda e, em larga escala, do mercado mundial, com ações descentralizadas, mas ao mesmo tempo guardando e sofisticando os mecanismos de coordenação. Como aponta Zarifian, “pode-se até criar a hipótese de que não existe mais um centro, mas uma cadeia [...] com uma acentuação variável da importância dada por esta ou aquela atividade no centro dessa cadeia” (1996, p. 78).

Mas, apesar das novas tecnologias no uso de automação e das modalidades de gestão estarem impulsionando mudanças no mundo do trabalho, se trata efetivamente de mudanças radicais nas práticas organizacionais das empresas ou somente em nível dos discursos e das estratégias organizacionais. O certo é que se observa o crescimento generalizado de práticas de flexibilização nas empresas em diferentes ramos, embora com diferenciações ao longo da cadeia produtiva. Pelo ângulo do trabalho, essas mudanças têm, entre suas principais consequências, mudança no contrato de trabalho, redução efetiva de empregos, fortalecimento do trabalho temporário e crescimento do mercado

informal, neste caso verificando-se, inclusive, um aumento de sua precaridade devido à concorrência que aumenta com a crise do emprego no sistema formal. Todos esses sinais apontam a necessidade de intervenção do Estado e de políticas de geração de renda capazes de levar o mercado a reagir positivamente, mas também o debate e a negociação entre empresas e trabalhadores objetivando ajustes de estratégias de mercado e de competitividade. E esse é um campo que tem colocado as empresas diante da sua capacidade de reagir criativamente, de crescer ou de ser eliminado pela concorrência.

A necessidade de alcançar produtos competitivos que possam garantir lucros e a reprodução dos empreendimentos, tanto no mercado interno quanto no externo, tem dado origem a formas diversas de cooperação das empresas em sistema de redes e exigido que se reorganizem, nos padrões de mercados mundializados. É fundamental perceber como se dá a integração entre as empresas, em blocos ou grupos econômicos, e evidentemente as estratégias que informam e consolidam essas alianças e decisões de mercados. A reorganização dos padrões de gerenciamento empresarial monta-se sobre rearranjos das relações interempresariais, associando empresas e grupos econômicos sob modelos completamente inusitados. Não mais, portanto, nos padrões de gestão do trabalho tal qual concebida no corpo temático da *organização científica do trabalho*, de Taylor, e que alimentou o debate sobre o trabalho em grande parte deste século.

Encontramos na literatura atual uma diversidade considerável de novas experiências e práticas que têm respondido, inclusive, pelo crescimento de certas regiões, segmentos ou setores produtivos, construídas como alternativas à crise. Mas certamente essas inovações e as negociações entre seus atores apresentam-se com diferenças importantes, se considerarmos países de capitalismo avançado e os países menos industrializados, com uma história de relações de trabalho na regiões com maior ou menor capital político e acumulação em qualificação profissional. Colocam-se, lado a lado, setores altamente modernos, com taxas elevadas de produtividade e inserção no primeiro *rang* do mercado mundial, e outros que funcionam sob padrões tecnológicos menos avançados, e inseridos em outro universo social e econômico. Mas a natureza da flexibilização em cada uma dessas situações precisa ser mais bem avaliada, pois, a nosso ver, há também uma absorção ideológica, efeito de moda, que mascara a percepção sobre a expansão dessas práticas. No entanto, essas diferenças são importantes para compreendermos os impactos da reestruturação interna e externa ao país sobre os setores menos modernos e sobre o mercado de trabalho.

A flexibilização verificada no mercado de trabalho tem sido condicionada por processos externos, tais como a demanda de qualificação da rede de clientes, a internacionalização do mercado, a comunicação e as exigências crescentes de competitividade que têm levado, inclusive, à melhoria da qualidade de produtos e serviços. Trata-se, portanto, de transformar a maneira de produzir bens e serviços, introduzindo processos de intensa comunicação em todos os departamentos, associados a novos padrões na gestão empresarial. A modernização tecnológica e a introdução de novos modelos organizacionais não significam, porém, a garantia de mudanças nos paradigmas anteriores de produção. Desde os anos 1960 e 1970, a economia capitalista estrutura-se sobre um paradigma tecnológico e de organização da produção, que se tornou conhecido como “modelo flexível”, e outras denominações como o toyotismo, o modelo sueco, o onniorismo, que em síntese corresponde a uma ruptura com a lógica do fordismo. Consideram que constituem mudanças de longa duração e provavelmente terão desdobramentos em dezenas de anos pela frente, o que justifica as discussões sobre o tema. Para Coriat (1991), o toyotismo constitui um “conjunto de inovações organizacionais cuja importância é comparável ao que foram, a seu tempo, as inovações na organização da produção aportadas pelo taylorismo e pelo fordismo”, procurando explorar os fundamentos e conteúdos do que considera, evidentemente, como um novo paradigma da produção industrial.

É nos anos 80 que irá acontecer o debate mais instigante sobre os novos modelos organizacionais, levando a uma revisão de conceitos como os de eficiência, qualidade e produtividade. Uma das questões de fundo e que orienta de certa forma a produção teórica sobre o tema é se estaríamos diante de um novo paradigma de organização e de desenvolvimento empresarial, ou se tratar-se-ia mais de uma continuidade do fordismo.

As contribuições variam segundo correntes e mesmo perspectivas de análise. Para Aglietta (1986), as convenções coletivas de trabalho (ou convênios coletivos) que ele observara longamente constituíam um eixo fundamental para se entender o modo de regulação da relação salarial no fordismo como um momento do capitalismo com domínio de um regime de acumulação intensiva. Mostra este autor que a dinâmica do modo de regulação tende a alterar a relação salarial e o valor da força de trabalho e do salário pago. Talvez já prenunciasse uma mudança que viria mais tarde a se efetivar com a alteração do lugar do trabalho e da relação salarial como categoria central nos modelos explicativos de sociedade e da economia capitalista marxista. E que tem a ver com o fordismo que comporta na sua forma estrutural as convenções

coletivas como parte de sua regulação. Explica a lógica de funcionamento, ou seja, que as negociações coletivas tinham uma função perspicua de manter o nível do valor trabalho, medido nos salários dos trabalhadores e poder, assim, manter o nível de consumo e o processo de acumulação que se dava com base no aumento da produção (produção intensiva) e do consumo.

Inúmeros autores identificam o “modelo japonês” como um novo paradigma, reconhecendo sua maior eficiência para fazer frente à crescente concorrência. Hirata (1993) mostra como a empresa japonesa “tem sido apontada como a figura emblemática da especialização flexível e de uma organização não taylorista e não fordista do trabalho”, fundando-se em outras lógicas de produtividade, eficiência e organização, diferente daquelas do paradigma fordista. Autores como Piore e Sabel (1984), Coriat (1991), Hirata (1993) reconhecem a produção flexível e sua relação com a empresa e a cultura japonesas, embora as inovações venham também de países europeus, em especial da Alemanha e Suécia. Para outros autores, como Aglietta (1979), os processos em curso representam uma crise dos princípios fordistas mas que pode levar, inclusive, ao seu revigoramento. Boyer (1986), com a formulação do conceito de “fordismo híbrido”, procura demonstrar “uma continuidade inegável entre o modelo japonês e o paradigma fordista”, como lembra Hirata (1993) e Mattoso (1995), que vêem, nesses processos, as condições para emergência de um novo padrão tecnológico e produtivo, mas não um novo modelo de desenvolvimento. Considera que não estamos frente a um novo modelo de desenvolvimento, pois isso implicaria a possibilidade de articular novas relações sociais, salariais e de consumo com o novo padrão tecnológico e produtivo, e a presença de uma nova ordem internacional, o que levaria a um processo intenso de desestruturação e incertezas. Hirata (1995) acha que não é evidente o esgotamento do modelo fordista, justamente porque não é possível afirmar nenhuma generalização do modelo, permanecendo setores rentáveis com combinação de tecnologias e gestão tradicionais, nenhuma necessidade imediata de rupturas. Provavelmente o uso de novos procedimentos de racionalização na gestão não cheguem a transtornar os princípios-chave da produção de massa, pelo menos era uma visão um pouco geral nos autores no final do século XX (GRANT; BÉLANGER; LÉVESQUE, 1997; MATTOSO, 1995).

O objetivo dos novos modelos de gestão é mobilizar as pessoas, envolvê-las em um projeto empresarial – um projeto institucional – em uma política que define direções, objetivos e metas. Trata-se de colocar em marcha uma nova maneira de gerenciar as atividades produtivas, de rentabilizar a relação trabalho e capital. Não é por acaso que há uma generalização

de termos incorporados ao vocabulário atual como *gerenciamento*, *gestão do negócio* (agronegócios, mídia negócios), *capacidade administrativa*, *reengenharia da produção e qualidade dos produtos*. Tais imagens traduzem o movimento de racionalização da ação na sociedade moderna. As estratégias empresariais elaboradas com base nessa perspectiva orientam as ações de recrutamento no mercado de trabalho e os cálculos de redução de custos de operação e geração de lucros. Orientação que toca diretamente na necessidade de redefinir, para a empresa, os conceitos de eficiência, de qualidade, de produtividade, de cooperação e de enriquecimento de cargos, trazendo assim ao debate questões-chave como qualificação e capacidades exigidas por postos de trabalho. As empresas talvez hoje preocupem-se mais do que no passado com a sua imagem refletida no espelho da sociedade, utilizando-se do simbólico e da subjetividade como elementos que passam a fazer parte da cultura empresarial, por meio de técnicas sofisticadas de marketing. A nosso ver, estamos frente a um conjunto de mudanças na orientação das ações que deslocam o “enfoque da qualificação das pessoas e das organizações para a capacidade de análise das situações específicas” (ZARIFIAN, 1996), cuja postura é de dar soluções aos problemas e ter em conta, como fundamental, os objetivos a atingir.

O impacto sobre o emprego tem sido grande e as políticas estatais são demasiadamente tímidas para fazer frente a tal dimensão do problema. Notadamente, com a introdução de inovações tecnológicas, têm sido adotadas novas formas de gestão do trabalho, levando crescentemente à eliminação de postos de trabalho. Nos atuais padrões de gestão empresarial, há revalorização da noção de polivalência nas ocupações, contrariamente ao trabalho parcelar clássico do modelo taylorista, cujo empregado assumia várias tarefas ou lugares na planta produtiva. Seja trabalho em equipe ou trabalho participativo, representam técnicas que conduzem à eliminação de postos de trabalho. A reordenação da economia tem o lado de criar competências empresariais e interempresariais, que permitam alcançar competitividade, ou seja, a lógica maior é a da competitividade, mas que incorpora o outro lado que é o da eliminação de postos de trabalho. Pode-se percorrer o Japão ou todos os países industrializados da Europa, dos Estados Unidos, Canadá - apesar de o Japão ser um caso à parte, mas mesmo assim tem que examinar a importância de sua cultura do trabalho e suas relações com as economias asiáticas - mas não se encontra nenhum isento da crise de desemprego, ainda que a economia esteja em crescimento.

Mudam ainda as modalidades de cooperação, de organização do trabalho, e verificam-se ao mesmo tempo procedimentos como: 1) as estratégias interempresariais que revelam uma outra forma de cooperação internacional, apesar da intensa competitividade no plano do mercado; 2) o reforço ao processo de concentração e descentralização de capitais com empresas e grupos multinacionais, e também a competição interempresarial e intergrupos de empresas que se intensifica e que tem levado empresas à falência, à eliminação pela concorrência de grupos de empresas, grandes, médias e pequenas. O ideário da autonomia do trabalho, da ideologia da microempresa no discurso, ora tão difundido pelo Estado e pela mídia, embora esteja freando as pressões do desemprego, não pode ser utilizado como solução, ou alternativa, principal ao desemprego. A expansão da microempresa tem um momento de esgotamento, tem um limite que precisaria ser contado na avaliação de políticas de emprego; 3) observem-se alterações importantes verificadas no âmbito do trabalho, das quais destacam-se três dimensões: o processo de produção, pelas inovações tecnológicas; a mudança na forma de gestão empresarial e da força de trabalho; a questão da exclusão de massas crescentes, tanto em países desenvolvidos como nos em vias de desenvolvimento, exclusão das possibilidades de entrada no mercado de trabalho, de nele permanecer ou de ver a precarização do seu emprego (ZARIFIAN, 1996).

## **Trabalho como categoria central na análise social**

Certamente a discussão marxista influenciou interpretações da sociedade a partir de categorias-chave, entre as quais se sobressaía o trabalho. Nas análises sobre o fordismo, a fragmentação do trabalho, as mudanças no valor do trabalho e na relação salarial, incluindo o debate sobre qualificação e produtividade, observava-se a centralidade do trabalho. Vários autores questionam as mudanças rápidas na sociedade no final do século XX, mudanças que têm a ver com a comunicação, com alteração na concepção de tempo e de espaço, na individualização crescente e na subjetividade. Nesse contexto, emergem teses que contestam a centralidade do trabalho, levando em conta as mudanças ocorridas sobre a dinâmica do sistema econômico, na relação salarial e no próprio trabalho que se altera neste contexto.

Na tradição sociológica, ou na formação do pensamento social, a categoria trabalho teve proeminência como categoria que organizava a lógica explicativa e a narrativa teórica, tanto em Marx - pelas análises sobre a mercadoria trabalho, teoria do valor, classe, luta de classe, exploração capitalista, na

tradição hegeliana, e na dialética do reconhecimento, entre outros processos em exame, que considera o trabalho como central na explicação da sociedade moderna ocidental - como em Weber - cuja interpretação sociológica tem no trabalho um eixo explicativo maior, estruturante de suas análises sobre a racionalidade, a subjetividade, e a sociedade ocidental capitalista - e em Durkheim, que igualmente elege o trabalho como central e expõe sua concepção na obra *A divisão do trabalho social*, entre outras obras nas quais sua teoria foi explicitada. Apesar de diferentes, todas essas abordagens reafirmaram na teoria social o lugar do trabalho como categoria central, como uma de suas principais preocupações. Ao longo da consolidação das ciências sociais, por várias gerações de pesquisadores, e de instituições de pesquisa e formação, permanece o interesse vivo no entendimento do trabalho em si, de seus processos e de sua força como categoria explicativa da sociedade. No entanto, a crítica formulada por vários autores recoloca novas questões ao entendimento da sociedade contemporânea, argumentando pela sua não centralidade, uma vez que o entendimento das mudanças na sociedade exigia uma revisão do pensamento social.

A perda da centralidade do trabalho tem a ver com novas questões colocadas ao entendimento da sociedade em processo de mudanças importantes na racionalidade, na comunicação e no próprio capitalismo do final do século XX para o século XXI. Ou seja, a constatação no seio de um movimento teórico de se estar diante de transformações na economia e na sociedade, e a partir das novas formas de produção, de trabalho e de comunicação. Desde os anos 1960, as reflexões de Habermas levantavam questões sobre a relação entre a técnica e a ciência (HABERMAS, 1968), na qual o autor busca ultrapassar a noção de racionalidade instrumental, distanciando-se do conceito de racionalidade weberiano, e da emancipação, seguindo um movimento teórico para entender as mudanças nas formas de comunicação na sociedade e das transformações na ação social que dela eram decorrentes - o agir comunicativo e o agir instrumental -, sendo este o mais importante para se entender a sociedade. E esclarece as diferenças entre os dois sistemas existentes no mundo social: sistema (racionalidade instrumental) e mundo da vida (cultura, linguagem, ação comunicativa, interação e intersubjetividade). A obra *A teoria da ação comunicativa* (HABERMAS, 1984) culmina de certa forma com sua radicalidade na reflexão sobre a não centralidade do trabalho. Mas também André Gorz foi pioneiro nesse debate, autor com tradição nos estudos sobre trabalho e classe, com o livro *Adeus ao proletariado* (GORZ, 1982), enfocando o processo político e a luta do movimento operário. Nesta linha de interpretação, o trabalho deixa de ser categoria central também nas reflexões de Claus Offe, igualmente

autor de tradição marxista, no livro *Trabalho & Sociedade* (OFFE, 1995), de Robert Kurz que polemiza sobre a emergência de uma outra modernidade, e de sua crítica, na qual o trabalho é deslocado. (KURZ, 1992).

## **Tempo de trabalho, tempo livre**

Em torno da tensão produzida pela intensificação e desgaste no trabalho e pelos conflitos contínuos que emergiam nos lugares de produção, ao longo dos últimos séculos, o tempo sempre foi uma chave para entender essas tensões. O tempo simbolizava em geral a exploração do trabalhador, a exaustão de suas forças. **O tempo de trabalho** apareceu como tempo suprimido de vida, pelas longas jornadas de trabalho, o tempo da intensificação e repetição de movimentos no trabalho. Tempos e movimentos, categorias-chave na análise do trabalho, objeto de reflexão de inúmeros autores (MARX, 1998; THOMPSON, 1991; GORZ, 1982) e das lutas invisíveis que se produziam no chão da fábrica, por exemplo, ou em outros espaços, e que acabou se tornando símbolo nos processos de organização de trabalhos e de suas mobilizações de classes sociais em movimento. Lutas que interpuseram, em muitos países, trabalhadores e patrões, evidenciando a resistência em meio ao acúmulo do capital.

Embora em muitos países a jornada de trabalho tenha sido reduzida e regulamentados os direitos dos trabalhadores, não quer dizer que acabaram as suas reivindicações, pois o processo de transformação do modelo de produção se acirra com o modelo flexível e a tecnologia expulsa trabalhadores da planta de produção, a exemplo do modo de organização do trabalho denominado Uber.

Os estudos do lazer recuperam uma dimensão cara ao ser humano - o direito aos movimentos, aos seus movimentos, que prescindem de tempo. Tempo para ser, para pensar, para produzir, mas distinto do tempo pressionado pelas máquinas, tecnologia que permitiram a criação e difusão do fordismo, da relação do trabalho como mercado e mercadoria, para se pensar em uma sociedade em que o respeito ao outro passa também por reconhecer a distinção de tempos entre as pessoas, diferenças de tempo entre sociedades, e uma heterogeneidade de processos de trabalho, de formas de realização do eu na sua capacidade criativa que demanda tempo livre. Por isso os estudos do lazer buscam entender essa dimensão da vida social, seja na relação com o modo de produção capitalista e o trabalho, seja inspirado

em processos de reconhecimento da diferença e perguntando se é possível cogitar em outros modelos de desenvolvimento, diferente do que se nomeia como desenvolvimento capitalista.

Richard Sennett, em *A Corrosão do Caráter* (1999), analisa uma dimensão pouco explorada na relação sociedade e economia sobre a alteração do caráter pessoal em decorrência das mudanças no interior do capitalismo sobre a cultura da flexibilidade em oposição à rigidez do fordismo. No plano da vida pessoal, das subjetividades e da cultura, os impactos gerados pelas incertezas, riscos, medos e fragilidades a que os indivíduos foram submetidos no século XX, e que se agudiza no século XXI, têm sido devastador. O risco, para Sennett (1999), é um teste de caráter. O caráter moldado para um mundo flexível, do qual faz parte o descarte imediato como os copos de plástico que poluem o mundo de uma poluição consentida, ignorada. Para cada um, o importante é fazer o esforço de vender, arriscar a sorte, embora o pressentimento de fracasso acompanhe a tendência à probabilidade do fracasso. E por isso cresce o sentimento de frustração e de ansiedade, ligados a incertezas de conseguir trabalho, de permanecer nele, de poder projetar uma vida mais estável. As pessoas estão submetidas continuamente a novos desafios, expostos à ideologia da competitividade e de ter de “se sair bem”, de “se superar” desde os primeiros anos escolares até à vida adulta. Sennett mostra o sentimento de fracasso que acompanha essa “corrida contra o tempo” para conseguir emprego ou realização de outros projetos, o que mina a formação do caráter. Reflete, portanto, no plano pessoal das individualidades. Mas também no plano do coletivo, da sociedade, no cotidiano das instituições, das empresas, do Estado.

O sentimento de ansiedade, para Sennett (1999), e a incerteza do cotidiano resultam da flexibilidade das relações sociais, e de trabalho, fruto da reestruturação produtiva que acaba corroendo o caráter, a sociabilidade e os laços de afinidade entre os grupos. Diferentemente do fordismo que intensificou os tempos e os movimentos dos trabalhadores, mas imprimia uma disciplina do tempo e na rotina no lugar de produção, com o cronômetro que limita os movimentos de trabalhadores, mas garante mais tempo na produção. O modelo flexível é volátil em relação ao tempo e ao espaço, o tempo fracionado, que aparece nas mudanças e nas formas de empregabilidade. Estas se fazem no meio de processos de fragmentação e pela compressão do tempo e do espaço possibilitados pelos avanços na tecnologia de comunicação, da internet sobretudo. Deslocamento da noção de espaço, fragmentado, superpostos, acessados mesmo distantes em tempo real.

Nesse contexto, o mercado de trabalho, e da empregabilidade, foco das lutas de trabalhadores, passa a ser um lugar de lutas acirradas, mas individualizadas. Razão também para a fragmentação da força das instituições organizativas de trabalhadores, como sindicatos e movimentos sociais. Importante entender como se encaixam e se desencaixam diferentes tempos e espaços. O mercado de trabalho toma nova configuração, exigindo não apenas capacidade técnica e conhecimentos, mas a capacidade subjetiva de adaptação aos ritmos e movimentos necessários ao funcionamento do modelo flexível, à adaptabilidade dos processos e polutos a cada momento que o mercado exige mudanças, reconversões e novas práticas. A flexibilidade, nessa perspectiva, se torna uma dimensão da qualidade do indivíduo - e a permanência no emprego tem a ver com essas características do caráter. Ainda podemos dizer que o caráter é forjado nessa direção de ser eficiente no trabalho para poder garantir a eficácia das empresas empregadoras. O debate político e filosófico mostra quão alienante é a sociedade do presente, e, para poder contrastar o sentimento de fracasso, rói os indivíduos no presente.

Nas grandes empresas, é evidente o processo de segmentação de trabalhadores; por vários crivos, pode-se perceber a mudança de lugares que refletem em salários e prestígio. E também a terceirização com empresas subcontratadas que se caracterizam pelo trabalho precário, mal remunerado, sem formação de carreiras. E do crescimento do trabalho informal... e ao trabalho escravo. A relação colonial como uma das estruturas que conformam o trabalho no Brasil.

Para Sennett (1999), a flexibilidade do tempo e do espaço requer uma flexibilização também do caráter; valores que permitiam antes a coesão social, o reconhecimento de tradições e saberes, o apego à família, o apego ao outro, o respeito a valores coletivos fundadores da vida social em lugares diferentes do mundo e que servem de base aos processos identitários, às raízes culturais estão sendo minados pelo pensamento e pelas práticas que flexibilizam os comportamentos e vulnerabilizam os indivíduos e as instituições. As análises do desenvolvimento do capitalismo, das crises e de modelos como da flexibilização são objeto de trabalhos relacionados à modernidade (DOERINGER; PIORE, 1972; GESCHMAN, 1997; GIDDENS, 1991).

Surgem, sob outra conotação, os corpos descartáveis, os valores imprestáveis, vulnerabilizando a sociedade diante dos processos de dominação do sistema-mundo (WALLERSTEIN, 2001; 2004). O trabalho flexível leva a um processo de degradação dos trabalhadores, de alienação do seu tempo

e da sua história. A moral e o caráter desses indivíduos descartáveis com a flexibilização do trabalho na sociedade contemporânea, ou seja, rompe com os laços de lealdade, de solidariedade, de confiança e compromisso mútuo que se diluem e colocam em risco as relações entre cultura e trabalho.

É bem provável que se instaure desde logo, no mundo todo, uma fase de **estagnação econômica generalizada**, justamente devido à implantação mundial do capitalismo financeiro, em substituição ao capitalismo industrial. E a razão é óbvia: enquanto a essência da atividade industrial é a produção de bens, a atividade financeira por si mesma não produz nenhuma riqueza concreta de base.

### **Tempo de trabalho, tempo livre: contradições e ocultamentos**

É dentro desse contexto que pensamos as relações entre sistema de formação profissional e mercado de trabalho. Entendemos a necessidade de uma avaliação rigorosa sobre as bases que sustentaram os programas de formação dos trabalhadores no país, certamente, com níveis de eficiência até há pouco tempo satisfatórios, mas que exigem, no presente, urgente adequação aos processos emergentes na dinâmica do mercado de trabalho. Por isso torna-se importante mapear as alterações em curso nas formas de empregabilidade, nos salários, nas qualificações, na formação de carreiras, nos padrões de estabilidade no emprego e, enfim, nos estatutos que fundaram o conteúdo do trabalho e balizaram as negociações e compromissos entre Estado, empresas e trabalhadores, nas sociedades modernas. É necessário interrogar sobre a natureza dessas mudanças e se elas não estariam provocando uma recomposição dos princípios fundamentais que regeram o trabalho, anteriormente, nas sociedades capitalistas. Não sem razão que a literatura especializada vem alertando, nas duas últimas décadas, para a evolução das formas de precarização do trabalho e de deslegitimação de antigas contratualidades. Sobre esse aspecto, as análises sobre a legislação trabalhista em países de capitalismo avançado ou em desenvolvimento têm mostrado consideráveis mudanças nas garantias anteriormente incorporadas ao contrato de trabalho, adotando-se padrões que transferem as incertezas e riscos do mercado para o emprego. E essa tendência não se restringe ao setor privado.

Um outro processo em curso em nível mundial é o de desassalariamento. Afinal, o que é o desemprego senão a incapacidade do sistema de gerar

oportunidades de trabalho e, portanto, de absorver quantidades de energia de trabalho produzidas em dada sociedade? Então, o que se vem observando é não somente uma redução do ritmo do assalariamento, mas um movimento de desassalariamento que emerge de condicionantes estruturais e por isso tende a se generalizar. É importante saber que contemporaneamente nos defrontamos com esses dois movimentos, complementares e integrados como partes de um mesmo fenômeno. A dinâmica da economia mundial gera mudanças do modelo de desenvolvimento, acelerando a absorção de inovações tecnológicas no âmbito das empresas.

## **Trabalho e tempo: empresas e estado no Brasil**

Estudos sobre as empresas brasileiras revelaram que, no final dos anos 80, já havia um movimento de modernização ao mesmo tempo em que uma tomada de consciência, por parte do empresariado, das dificuldades que iriam enfrentar para acompanhar as exigências tecnológicas e de gestão num contexto de mudança dos padrões de competitividade. A relação qualidade x preço impôs-se objetivando a performance competitiva, ainda que as estratégias variassem segundo a empresa, o setor ou a região. Os procedimentos que conduziram à flexibilização foram renovados nesse contexto. Mas as inovações tecnológicas importantes, a não ser para certos setores e empresas mais sensíveis ao mercado mundial, ficaram por conta da introdução de inovações no processo de comunicação e da constituição de redes interfirmas. Objetivava o controle de custos, de insumos e qualidade dos produtos. A variedade dos processos de adaptação empresarial às novas exigências de competitividade teve mais um caráter de modernização conservadora no sentido em que aplicam Leite (1994), Mattoso (1995) e Ruas (1994), pois a adoção de novos modelos de gestão não correspondem, na maioria dos casos, a mudanças nas relações de trabalho e no exercício de práticas realmente participativas que envolvam as equipes nos processos decisórios. Essa formulação não elimina, no entanto, a existência de casos exemplares de inovações tecnológicas, acompanhadas de mudanças radicais na gestão coletiva da empresa, como mostra Salerno (1987) em estudo sobre uma indústria de produtos químicos sólidos.

As empresas brasileiras têm conseguido, realmente, melhorar a competitividade no mercado por meio desses procedimentos de modernização, adotando como fundamental um novo padrão de eficiência tecnológica e operacional. Justamente com esse objetivo, foram implantados no Brasil o Programa Brasileiro de Produtividade e Qualidade (PBQP) e o

Programa de Competitividade Industrial (PCI), entre uma série de outros que visavam à racionalização de procedimentos no âmbito da produção, ora em franca difusão. O conceito de qualidade que as empresas brasileiras adotaram generaliza-se mais como uma ideologia da qualidade incorporada aos padrões correntes na modernização empresarial, e ao qual é atribuído um relativo sucesso, sobretudo pela adoção de técnicas e métodos que potencializam o Total Quality Control (TQC), adaptado do padrão de gerenciamento japonês. Esses procedimentos alteram, mas não reduzem o controle nem a intensificação do trabalho, típico do padrão fordista - imagens já consagradas na rica literatura sobre classe operária acumulada ao longo de nosso século. Fica evidente que nem todas as empresas introduziram tais mecanismos de gestão, no entanto, naquelas que o fizeram, o caminho percorrido priorizou as seguintes melhorias: na comunicação interna e interfirmas, nos programas de motivação dos trabalhadores, nas relações com os clientes e nas exigências de maior qualificação. Melhorias refletidas mesmo no seu *layout* – limpeza, áreas reformadas, sinalizações etc. – por um conjunto de mudanças, pequenas ou grandes, dependendo de uma série de variáveis, mas que, no fundo, exprimem o desejo de adaptação aos processos correntes no mercado.

Assim como as empresas, os Estados também estão num movimento de modernização, verificando-se essa tendência de modo generalizado. A nova lógica de racionalidade exige o exercício mais eficiente do serviço público, ou formalmente eficiente. Nessa perspectiva, a reforma do Estado equivale, de certa forma, ao mesmo movimento de racionalização empreendido pelas empresas. Mas se examinada do ponto de vista do emprego, a reforma do Estado representa também enxugar a máquina, reduzir postos de trabalho.

## **Exclusão do trabalho e políticas públicas**

Ao longo do último século e deste, as pessoas foram estimuladas a conquistar uma formação orientada para o mercado assalariado, com todo sistema de formação programado para atender ao mercado. Ao mesmo tempo, os trabalhadores, ao se engajarem nas relações assalariadas de trabalho, eram incorporados também em suas formas de proteção social, como a carteira de trabalho e os direitos por ela garantidos. Até há pouco tempo, o direito à saúde estava atrelado a um posto de trabalho, à aposentadoria, à jornada de trabalho, ao trabalho noturno, à licença-maternidade, ao salário-família etc. Os dados de pesquisa feitas por Santos (1995) mostram que nos países capitalistas a evolução dos seguros sociais, dos direitos sociais, como o direito à aposentadoria,

à licença-prêmio, ao auxílio-natalidade, à educação, à saúde e à previdência, estiveram acoplados à vida do trabalho do indivíduo. Então, se ele estava inserido no mercado de trabalho assalariado, ele tinha certos direitos. Se ele perdesse essa relação assalariada, ele perderia também o acesso a esses direitos. Como sabemos, a contagem do tempo de aposentadoria diz respeito ao tempo que um indivíduo esteve vinculado à relação salarial. Pelo sistema até então vigente, os indivíduos eram inseridos ou não no sistema de proteção social, no rol de benefícios com os quais o Estado do Bem-estar Social pretendia reduzir riscos sociais, seguindo o ideal do pleno emprego, do trabalho estável, por tempo indeterminado.

As garantias sociais como jornada de trabalho, aposentadoria, seguro ou risco de invalidez, direito ao repouso são itens constitutivos de um compromisso social que a sociedade procurou resguardar ao longo de todo esse período de crescimento do capitalismo, sob um modelo de produção de massa e conquistados todos eles no correr das lutas de segmentos diferenciados da sociedade brasileira. Encontramos seus registros na farta documentação sobre a história do trabalho no país. Assim, certa parte dos princípios de coesão, de integridade e de reconhecimento social esteve atrelada ao sistema maior de regulação do emprego e dos direitos sociais.

Ainda que tenha sido um processo social de conquista de direitos, a vida dos indivíduos estrutura-se pelas trajetórias de trabalho. Por isso é complicado pensar hoje a reforma do Estado por meio de um quadro analítico que obscurece sua complexidade na medida em que busca sua razão e funcionalidade nos procedimentos administrativos, na desburocratização e na modernização do aparelho do Estado, como estratégia orientada para um novo padrão de eficiência no serviço público. É claro que a eficiência é boa e todos nós a queremos, sobretudo quando se trata de serviços essenciais à sociedade. Mas a modernização do Estado por si só não garante a eliminação de filas de doentes guardando, desde a madrugada, seu lugar de atendimento no posto de saúde. A questão é mais complexa e requer outros desafios na interface dos sistemas de educação, de saúde, de previdência etc., todas dimensões relacionadas ao trabalho e ao contrato social constitutivo da nossa sociedade moderna, que teve como princípio ético a redução justamente da desigualdade social, com a socialização do acesso aos direitos civis, sociais e políticos, ou a fundação de uma sociedade cidadã. O trabalho como contrato social recobre a funcionalidade dessas outras instituições. Então, quando se fala em Estado de Bem-estar Social, requer examinar a crise que se estabeleceu nas sociedades capitalistas dos anos 70

aos nossos dias, justificando, real ou ideologicamente, a revisão do papel do Estado na regulação não somente econômica, mas também social.

Na França, na Alemanha, na Inglaterra, nos Estados Unidos e no Canadá, entre outros, o Estado de Bem-estar Social entrou em crise. Nesses países, há algum tempo a sociedade vê a redução do rol de benefícios anteriormente incorporados como direitos; apesar do avanço, neste final de século, de princípios de individualização intrínseco à modernidade, repassando para esferas do provado responsabilidades antes recobertas pelo Estado. Inscreve-se aí, a nosso ver, uma dimensão do novo contrato social, no qual a parceria pressupõe colaboração entre iguais – parceiros – e socializa incumbências antes atribuídas ao Estado. O entendimento dessa questão passa, portanto, pela sua associação com as mudanças do mercado nesse final de século e, conseqüentemente, com a crise da relação capital x trabalho.

As ações do Estado têm objetivado atender aos interesses do mercado e à demanda de um crescimento econômico baseado principalmente em *commodities* minerais e agrícolas. Os processos têm reconfigurado a noção de território e as conseqüências para aqueles que vivem na Amazônia, com estruturas sociais que se fundam em sistemas de uso comum da terra e dos recursos naturais.

Com esses parâmetros, procuro interpretar a atual questão social, seguindo observações desenvolvidas por Castel, pois se a nossa sociedade ocidental foi montada na relação salarial, a crise da relação salarial representa mudanças significativas, pois toca diretamente na constituição da sociedade, de como se construíram historicamente as suas formas de sociabilidade. As mudanças nas relações sociais podem potencializar a conflitualidade social que decorre de uma alteração numa relação que era estruturante da sociedade (VELTZ, 1993).

Os mercados tornaram-se mais incertos, disputados e instáveis, o que altera a forma como se estabelecem as relações e a divisão social do trabalho. Por isso Castel mostra que a exclusão de hoje não é a mesma exclusão das crises anteriores e isso é interessante, porque introduz uma perspectiva da diferenciação das formas de exclusão produzidas em momentos diferentes do desenvolvimento do sistema capitalista. O tema da exclusão é caro no desenvolvimento da sociologia, presente nas formulações dos clássicos. Mas para Castel eles lidaram com um tipo de exclusão social produzido sob outra dinâmica. A crise da atualidade é mais ampla, pois jamais ocorreu que jovens de diferentes classes sociais, formados, não tenham certeza se encontrarão

empregos. Engenheiros, médicos, advogados e outros profissionais, digamos assim, com formação de elite, não têm seus empregos assegurados no sistema social. E o problema não pode ser explicado pelo aumento da oferta, embora isso possa ocorrer e aumente as exigências de maior qualificação e competência no recrutamento, mas é sobretudo porque há uma crise estrutural na geração do emprego. Apesar disso, eu arriscaria repetir o que disse em outras ocasiões sobre a crise de emprego: - com a gravidade que tem sido experimentada em outros países mais industrializados, acredito que ainda não tivemos no Brasil. Penso que, embora a crise tenha começado, ela vai se agudizar ainda mais, porque o processo de modernização empresarial iniciado no final dos anos 80 no Brasil ainda está em curso, e em muitos setores da economia, ou mesmo em certas regiões do país, apenas começa a se generalizar. Antes eram experiências bem-sucedidas do ponto de vista empresarial, em ramos, setores, grupos de empresas, em boa parte localizadas em regiões mais industrializadas do país. Mas os efeitos sobre o mercado de trabalho já são desastrosos, devastadores, visíveis nos rostos das pessoas, nas estatísticas de desempregados, nas filas de solicitação de seguro-desemprego, no aumento de crianças nas ruas e, enfim, nas taxas de criminalidade e de violência como indicadores de insatisfação e do estado psíquico da sociedade. Poderíamos continuar a arrolar sinais da exclusão social de hoje, portanto, contemporânea a esse processo de modernização.

A luta pela redução da jornada de trabalho tem história, mobilizou a classe operária em todo o mundo e a tensão do tempo de trabalho, pois significa liberar tempo para a vida das pessoas. Desde a primeira metade do século XX, existem pautas de discussão dos movimentos sociais com reivindicações dos sindicatos, especialmente dos operários. A luta é por mais tempo livre.

Inegavelmente o tempo livre representa para alguns um segundo trabalho para completar a renda mensal, mas há um crescente interesse pela questão do tempo livre, especialmente nas Ciências Sociais. Por isso o nosso enfoque, neste artigo, foi associar ao trabalho tempo de trabalho, mais valia e repouso.

## **Tempo livre e o lugar do lazer nas sociedades contemporâneas**

O modelo flexível de produção capitalista tem ainda como consequências mais gerais sobre a sociedade a flexibilização de procedimentos e códigos sociais, da burocracia do Estado, no sistema jurídico, nas relações de poder e mando, e nos negócios, alterando os significados de tempo e de espaço. E,

nesse contexto do trabalho, observa-se um desdobramento do modelo e dos resultados da expansão do “capitalismo flexível” que altera profundamente as noções de tempo e de espaço.

O tempo livre como tem sido considerado em espaços do debate político-sindical pode ser entendido como tempo de não trabalho, tempo dedicado a outras necessidades e atividades como o sono, a alimentação, a higiene pessoal ou ainda os jogos e as brincadeiras de adultos. Mas também é considerado o tempo deixado para atividades que tragam um elemento importante de prazer, e de escolhas, e por isso a aplicação de termos como lazer ou ócio. O tempo livre é uma das dimensões mais importantes na vida social e familiar, e tem o mesmo sentido de “ter direitos” ao tempo livre.

Neste trabalho, optamos por usar o termo tempo livre, embora reconheçamos que ele está diretamente ligado ao “tempo de trabalho”, como parte dele integrante. Mas distingue-se de lazer por estar esse termo mais associado a diversão, recreação, e por isso me parece restrito.

## Conclusões

A literatura acadêmica destaca a relação salarial como uma das mais importantes relações sociais do sistema capitalista e como uma relação de alteridade baseada no processo produtivo e no trabalho. É uma relação de produção, portanto processo de valorização do capital, e por isso chave na economia capitalista. Porém ela contém uma dimensão sociológica e subjetiva. Ao longo do tempo, essa relação se alterou, mas manteve a sua essência. Inclusive permitindo ressemantizar o tempo e sua relação com o trabalho, como argumenta Padilha (2000).

Por isso é importante ampliar o debate para esclarecer demandas e linhas de políticas públicas voltadas para o emprego. Não temos no Brasil uma política à altura para enfrentar a gravidade do problema e só recentemente no Brasil está se generalizando debates através de eventos com perfis e interlocutores diversos. A crise do emprego nos países industrializados aparece com tal gravidade no anos 70, mas em países como o Brasil abate-se esta sobre um mercado de trabalho precário e com alto contingente ocupado em atividades do setor informal. Somente agora o Estado decide investir mais fortemente com recursos em programas de geração de renda, tendo no Fundo de Apoio ao Trabalhador, talvez, seu instrumento de resposta mais imediata.

E ainda as mudanças afetam a condição salarial e geram desemprego crescente, precarização do trabalho sob diversas formas, trabalho escravo e deterioração dos sistemas clássicos de proteção social fundados na relação salarial. É pela relação salarial, como mostra Robert Castel (1995), que se construiu, historicamente, diferentes formas de coesão social. Pelo trabalho, os indivíduos inserem-se no sistema de proteção social, no rol de benefícios com os quais o Estado de Bem-Estar pretendia reduzir os riscos sociais. As conquistas de classe, vindas inicialmente dos movimentos operário e sindical, tais como jornada de trabalho, contrato de trabalho e regulamentações trabalhistas, aposentadoria, direito a repouso, direito à maternidade, seguros ao risco de invalidez, são constitutivas do compromisso social na modernidade capitalista que acaba por acrescentar um outro padrão de valor ao trabalho, enquanto mercadoria sujeita à regulação e à lei da oferta e procura do mercado, mas limitada pelo próprio mercado que lida com tecnologias e aplicativos para um trabalho volátil.

Os impactos verificados sobre o mundo do trabalho não se esgotam no aumento do desemprego, no aparecimento de novas formas de precarização e de contratualidade do trabalho, na ampliação do setor informal, mas vão mais além, pois exigem, de um lado, que o sistema de qualificação profissional adapte-se às novas dinâmicas de mercado e, de outro, que os trabalhadores sejam capazes de alterar suas estratégias de inserção profissional, de qualificação, e até mesmo as estruturas de representação de classe criadas para atender a demandas de trabalhadores que não têm mais ressonâncias no presente. Os sindicatos e outros níveis da representação política de trabalhadores enfrentam há décadas dificuldades que têm efeito sobre desmobilização, não apenas no Brasil. Nesse contexto de mudanças econômicas e sociais, revela-se a necessidade de serem redefinidas também as estruturas de representação dos trabalhadores e seu lugar na mediação política, em diferentes categorias de trabalho.

Isso leva a pensar que há uma urgência em reduzir os possíveis efeitos que possam resultar da generalização do processo de modernização e de mudança do padrão de gestão do trabalho nas empresas. Mesmo que esse processo não venha acompanhado de importantes inovações tecnológicas, ele elimina postos de trabalho, na atual conjuntura jamais recompostos. Não tenho pretensão de ser alarmista, mas as formas de exclusão social são estruturais e as soluções apontadas não o são. A ação deve ser localizada, regionalizada, avaliada pelos seus efeitos nesses espaços, embora a economia tenha hoje seus determinantes na globalização. Mas as soluções não se

orientam para repensar a sociedade capitalista, os efeitos da modernidade, ou a revalorização de princípios fundamentais, tais como a cidadania e a dignidade da condição humana.

## Referências

BOYER, R. *La théorie de la régulation, une analyse critique*. Paris : La Découverte, 1986.

BOURDIEU, P. *Esquisse d'une Théorie de la Pratique*. Paris : Seuil, 1988.

CASTEL, R. *Les métamorphoses de la question sociale*. Une chronique du salariat. Paris : Fayard, 1995.

CASTRO, E. Industrialização truncada: globalização e pós-fordismo. In: Aragón, Luis E. In: What future? In: 48th International Congress of Americanists (ICA). *Anais ...* Stockholm: Institute of Latin American Studies, p. 135-154, 1994.

CASTRO, E. Racionalidade e novos padrões na gestão do trabalho em grandes empresas na Amazônia. In: MAGALHÃES, S.; BRITO, R.; CASTRO, E. (Orgs). *Energia na Amazônia*. UFPA/MPEG/UNAMAZ, 1997.

CASTRO, E. Tradição e modernidade: a propósito de processos de trabalho na Amazônia. UFPA/NAEA, Belém, *Revista Novos Cadernos NAEA* v. 2, n. 1 - dezembro 1999, p. 2-26.

CORIAT, B. *Penser à l'envers : travail et organisation dans l'entreprise japonaise*. Paris, Editions Christian Bourgeois, 1991.

DOERINGER, P.; PIORE, M. *Internal labor markets and manpower analysis*. Lexington, Massachusetts, DC: Heath and Company, 1972.

GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

HABERMAS, J. (1968). *Técnica e ciência como ideologia*. Lisboa, Edições 70, 1987.

HABERMAS, J. *The theory of communicative action*. Vol 1. Reason and the rationalization of society. Boston, Beacon Press, 1984.

HIRATA, H. (Org.) *Sobre o "modelo" japonês*. São Paulo: Edusp, 1993

LAFARGUE, P. *O direito à Preguiça*. Tradução Alain François. Rio de Janeiro: ed. Kairos, 1990. (1a. ed. em francês, 1883).

GERSCHMAN, S.; VIANNA, M. L. W. A miragem da pós-modernidade: democracia e políticas sociais no contexto da globalização. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1997.

GRANT, M.; BÉLANGER, P.B.; LÉVESQUE, Benoît. *Nouvelles formes d'organisation du travail*. Harmattan. Paris: l'Harmattan, 1997.

GORZ, A. *Adeus ao proletariado*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

KURZ, R. *O colapso da modernização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LEITE, M. de P. Modernização tecnológica e relações industriais no Brasil: o quadro atual. In: Gitay, Leda (Org.). *Reestructuración productiva, trabajo y educación en America Latina*. CHD-CENED/UNESCO-OREALC. Campinas, 1994.

MATTOSO, J. E. *A desordem do Trabalho*. São Paulo: Ed. Scritta, 1995.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Tradução Reginaldo Sant'Anna. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. 2 v.

OFFE, C. *Capitalismo Desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política*. Tradução Wanda Brant. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

PADILHA, V. *Tempo Livre e Capitalismo: um par imperfeito*. Campinas, SP: Ed. Alínea, 2000.

PIORE, M.; SABEL, C. *The Second Industrial Divide*. New York: Basic Books, 1984.

POCHMANN, M. *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social*. São Paulo: Boitempo, 2012.

RUAS, R. *Restruturação sócio-econômica, Adaptação das empresas e gestão do trabalho*. In: Gitahy, L. (Org.) *Reestructuración productiva, trabajo y educación en America Latina*. Campinas. 1994.

SALERNO, M. S. *Automação e processos de trabalho na indústria de transformação*. Anais do XI Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu/MG, ANPOCS, 1987.

SALAMA, P. La tourment en America Latina. Hacia donde van la economias de la region? Universidad de Guadalajara, El Colegio de la Frontera Norte. México, 2016.

<http://libreria.colef.mx/detalle.aspx?id=7540>

SANTOS, R. *Formação histórica e sócio-econômica do Pará*. Belém: Editora UFPA/NAEA. 1995.

SENNETT, R. *A Corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Tradução Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Record, 1999.

THOMPSON, E. P. *A Formação da classe operária inglesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

VELTZ, P.; ZARIFIEN, P. Entreprise. Vers de nouveaux modèles d'organisation de la production? *Sociologie du Travail* XXXV, n. 1993.

WALLERSTEIN, I. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Tradução de Renato Aguiar, Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WALLERSTEIN, I. *Impensar las ciencias sociales: Límites de los paradigmas decimonónicos*. Siglo XXI de España Editores, S.A, 2004.

ZARIFIAN, P. Produtividade e novo modelo de organização. In: FORTES, J.S.; SOARES, R.M.S.M. *Padrões Tecnológicos, Trabalho e Dinâmica Espacial*. Brasília: UnB, 1996.



# O CAMPO DO LAZER, FESTA E POLÍTICA NOS ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS

Silvio Lima Figueiredo<sup>34</sup>

*Vai passar  
Nessa avenida um samba popular  
Cada paralelepípedo  
Da velha cidade  
Essa noite vai  
Se arrepiar  
Ao lembrar  
Que aqui passaram sambas imortais  
Que aqui sangraram pelos nossos pés  
Que aqui sambaram nossos ancestrais*  
(Chico Buarque e Francis Hime, 1986)

## Introdução

É possível perceber a evolução dos estudos acerca do lazer com otimismo, um otimismo relacionado à consolidação desse campo no Brasil e no mundo. As redes internacionais como a World Leisured Organization, e a Asociación Iberoamericana de Estudios de Ocio (OTIUM) fornecem uma nova perspectiva para a pauta mundial do tema. No Brasil, o fortalecimento de eventos como o Lazer em Debate, que paulatinamente ganhou corpo durante os anos em que suas edições foram realizadas, a consolidação do Congresso Brasileiro de Estudos do Lazer, na sua terceira edição, a qualificação e credibilidade da Revista Brasileira de Estudos de Lazer, e a consolidação de Pós-Graduações *Stricto Sensu* na área Interdisciplinar da Capes, notadamente o curso da Universidade Federal de Minas Gerais para citar um dos primeiros e mais profícuos, preparam o campo para um novo patamar de discussões. Essas

---

<sup>34</sup> Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido – PPGDSTU – NAEA, UFPA. Pesquisador do CNPq. Doutor em Comunicação com estágio pós-doutoral em sociologia, Université René Descartes - Paris V Sorbonne.

ações foram e são importantes para a criação e o fortalecimento da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-graduação em Estudos do Lazer.

A realização do II Congresso Brasileiro de Estudos do Lazer em Belém, em 2016, informa, em seus grupos de trabalho e suas mesas, que a solidificação do campo dos Estudos do Lazer chega a uma espécie de maturidade, ainda que inicial, provavelmente longa. Essa maturidade é percebida pelos diversos grupos de trabalho e mesas-redondas, que abordaram os fenômenos em suas diversas matizes. Além disso, essa experiência fortalece de igual modo a perspectiva da interdisciplinaridade, ao mesmo tempo em que se relacionam ainda mais as áreas disciplinares que tem o lazer como objeto, culminando em debates multidisciplinares.

Tal situação pode ser vista precipitadamente como “um desvio do tema”, mas, na verdade, é uma reentrada no mesmo tema sob óticas reformadas, ou mesmo inéditas, mas certamente presentes de alguma maneira nos debates do lazer. Portanto, durante o evento, temas relacionados ao lazer e ao trabalho, como categorias antagônicas e o debate robusto sobre a interpretação dessas duas categorias e práticas humanas se apresentaram em conjunto com estudos de ludicidade, cultura, corpo, esporte, turismo, entre outros, extrapolando sua essência inicial ligada à filosofia e à sociologia.

Diante de tantas possibilidades, o lazer nos espaços públicos urbanos é um indicativo da necessidade de entendê-lo na relação do espaço/tempo com as diversas formas e configurações do trabalho e da política hoje, nas sociedades mundiais, nos cotidianos dos grupos e dos coletivos, das festas e rituais. Lembro bem de muitos debates que teimam em não considerar também a festa como expressão política. Por outro lado, os estudos de rituais e de festas públicas muitas vezes fugiam desse mesmo debate, muito embora uma grande vertente desses estudos estivesse originada nas temáticas do folclore e da cultura nacional-popular gramsciana, e de suas teorias correlatas na América Latina, representada por Marilena Chauí e Nestor Garcia Canclini.

De fato, o estudo das festas e dos lazeres não poderia prescindir de temas da política, da *polis*, da relação humana, dos assuntos públicos, da coletividade e da relação entre seres humanos. Não quero aqui simplificar o sentido da política, que como ciência daria conta de uma série de práticas sociais e organizativas. No entanto, tal como o conceito ou a ideia de cultura, ela é porta de entrada e de saída de nossas análises. E por que não do lazer, ou da relação trabalho-lazer, ou mesmo de práticas que hibridizam elementos díspares, principalmente na pós-modernidade.

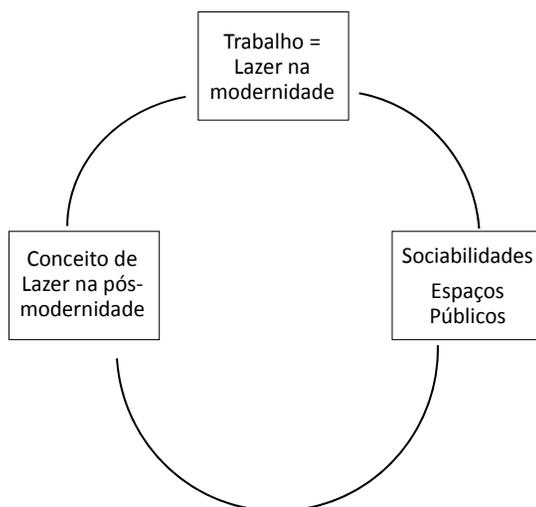


Gráfico 1 – Relação entre as práticas e conceitos de lazer e sociabilidades em espaços públicos.

O Gráfico 1 apresenta a inter-relação dessas temáticas e como elas podem aparecer para concretizar a experiência política de sociabilidades e lazeres em espaços públicos. Essa tríade de elementos reposicionaria a perspectiva do campo dos estudos do lazer para uma nova confluência. Assim, trago aqui essa digressão para que possamos retornar, depois de realizá-la, ao próprio conceito de lazer. Não obstante, é dele que parto, e nele que chegarei.

## A ideia de lazer-trabalho

A ideia de lazer é moderna. Isso quer dizer que, tal como outros conceitos “forjados” na modernidade, ou mesmo na passagem da sociedade medieval para a modernidade e ajudando a configurá-la, ele tem nascimento, tem gênese. Esse nascimento faz com que saibamos exatamente como isso nasceu, obviamente derivado de sua contraparte: o trabalho na sociedade capitalista.

Exponho aqui a ideia de Michel Foucault que, na produção de elementos para entender a configuração de poderes não jurídicos, por exemplo, indica a produção de saberes como uma chave para o entendimento desses poderes. Para isso, é importante uma espécie de genealogia da palavra, uma arqueologia do saber:

há dezenas de anos que a atenção dos historiadores se voltou, de preferência, para longos períodos, como se, sob as peripécias políticas e seus episódios, eles se dispusessem a revelar os equilíbrios estáveis e difíceis de serem rompidos, os processos irreversíveis, as regulações constantes, os fenômenos tendenciais que culminam e se invertem após continuidades seculares, os movimentos de acumulação e as saturações lentas, as grandes bases imóveis e mudas que o emaranhado das narrativas tradicionais recobriria com toda uma densa camada de acontecimentos (1990, p. 3).

Assim, atrelado ao trabalho, o lazer não pode (ou não poderia) ser pensado sem se pensar o trabalho. Essa é, portanto, a primeira grande questão no entendimento do lazer. Ora, isso não é novidade, e a genealogia dos conceitos encontrada em Foucault, por exemplo, vai dar conta desse entendimento, da mesma forma que o compêndio produzido e organizado por Alain Corbin (2009), já citado em diversas obras brasileiras, dá conta desse mesmo aspecto. Porém, o mais importante é marcar esse nascimento e saber que esse sentido é próprio dessa época ou de uma época imediatamente anterior a essa. Para o autor,

À l'aube du XIXe siècle, le temps du paysan, celui de l'artisan comme celui de l'ouvrier étaient poreux, pénétrés d'imprévu, ouverts à la spontanéité, soumis à l'interruption fortuite ou récréative. Ce temps de relative lenteur, souple, malléable, occupé par des activités souvent mal déterminées a été peu à peu replacé par le temps calculé, prévu, ordonné, précipité de l'efficacité et de la productivité; temps linéaire, strictement mesuré, qui peut être perdu, gaspillé, rattrapé, gagné. C'est lui qui a suscité la revendication de l'autonomie d'un temps pour soi, dont la grasse matinée et la pêche à la ligne constituent des séquences emblématiques (2009, p. 10).

Nesse surgimento, é Lafargue que nos informa o que é o lazer: ele é o trabalho, por sua dupla função de reposição e energia, e de gasto para produção (LAFARGUE, 1999, CHAUI, 1999). Em ambos os casos, o lazer não sai da “chave” do trabalho. Os tempos de trabalho e de lazer então compõem o lucro do capitalista, duas vezes ele ganha no controle desse tempo. Tenho a impressão de que o ganho mais imediato é provindo da precarização, que está em outra vez em evidência na nova forma que o capital assume no primeiro quartil do século XXI.

As bases dessa nova forma estão na “velha” forma, inicial. O que foi vivido a partir da “Revolução Industrial” (século XVIII) indica que o lazer surge como uma necessidade para o descanso, reivindicada por muitos trabalhadores maxieplorados; é a sobrevivência do trabalhador calcada na compensação de horas de trabalho esgotante e para a recuperação da força produtiva, pelas horas de descanso. Não é à toa que imediatamente há a adaptação à nova conquista, o tempo de descanso passa a ser o tempo dedicado ao consumo, na roda viva mercadológica. Russell (1977), por exemplo, no “Elogio do Lazer” (*Praise of idleness*), publicado em 1932, destaca a valorização do trabalho pelas classes privilegiadas para viabilizar seu controle sobre as classes mais pobres. Há aqui a defesa da redução da jornada de trabalho para atividades de lazer e meio para diminuição do desemprego e de uma melhor organização da sociedade.

Nesse sentido, o lazer não está dissociado do trabalho; ele faz parte do cálculo do tempo e do sentido do trabalho e do consumo. Portanto não há uma dimensão, uma ‘parte’ que não está vinculada ao trabalho como definidor da vida social, isso seria uma redução. A dicotomia produção-consumo se manteria no centro da definição da vida social. Tal compreensão é um passo importante no entendimento do lazer, e das práticas sociais que são categorizadas nesse modelo (BAHIA, 2012, BAHIA; FIGUEIREDO, 2013).

## A parte maldita

Considero que um segundo passo diz respeito à vontade pela qual é possível compreender uma parte dessa engrenagem cujas razões da existência *não* fazem parte da relação trabalho/consumo. Os estudos do lazer fazem com que pensemos um pouco para além dessa perspectiva. Essa parte então daria o ‘tom’ do que significaria lazer; dessa forma, ela representa uma dimensão que não está vinculada às obrigações do trabalho, tampouco às obrigações sociais; ela teria um fim em si mesma e não visaria a um sobressentido ou a uma função para além do que ela é.

Há uma série de argumentações que, reconhecendo a pressuposição do trabalho para definição do lazer, o encaram como uma dimensão à parte, que se desprende do trabalho e que é sua inversão, uma vez que essa dimensão nada teria a ver com os objetivos intrínsecos à ideia de trabalhar.

Les activités de loisir devaient permettre à l’homme de se retrouver lui-même et d’exprimer des virtualités réprimées das la vie de travail. Tout ce que le travail interdisait à l’homme, le loisir devait lui permettre (SUE, 1993, p. 27).

Nesse caso, é importante que a noção de trabalho apareça também a partir de um certo sentido moderno, que nos lembra Sue (1993) e Lanfant (1972), ao lançarem mão da ideia de trabalho alienado, reprodutor de mais-valia, compartimentado, e sem noção da totalidade da transformação. No entanto, essa perspectiva, apesar de consolidar o chavão do lazer como inversão das práticas cotidianas, continua atrelada ao trabalho, uma vez que não rompe com sua contraparte moderna.

Porém, Georges Bataille vai dizer que a atividade humana não é inteiramente redutível a processos de reprodução e de conservação, e o consumo deve ser dividido em duas partes distintas. A primeira, redutível, é representada pelo uso do mínimo necessário, para os indivíduos de uma dada sociedade, à conservação da vida e ao prosseguimento da atividade produtiva: trata-se, portanto, simplesmente da condição fundamental desta última. A segunda parte é representada pelas despesas ditas improdutivas: o luxo, os enterros, as guerras, os cultos, as construções de monumentos suntuários, os jogos, os espetáculos, as artes, a atividade sexual perversa (isto é, desviada da finalidade genital) representam atividades que, pelo menos nas condições primitivas, têm em si mesmas seu fim (BATAILLE, 2011; FIGUEIREDO; SARE, 2014).

Sem ser necessário explorar exaustivamente a parte maldita de Bataille, é importante que ela nos indique olhares e procedimentos analíticos novos, e que esses novos olhares sejam incorporados nos debates sobre lazer, complexificando-os a partir de duas dimensões: as relações entre produção e consumo de um lado, e de despesa improdutiva de outro. Ainda que representem uma espécie de “consumo”, essa oposição nos dará condições de entender as atitudes das pessoas nas festas e os lazeres em espaços públicos. Esses lados existem, ainda que o autor enfatize, no prefácio da Parte Maldita (2011), a impossibilidade da existência de formas puras de gasto produtivo e improdutivo.

Na seção do livro destinada à pressão (BATAILLE, 2011), consolida-se a ideia de utilidade como base para entender a noção de despesa. No entanto, ao lembrar dos escoamentos da pressão, de seus recursos excedentes, sempre próxima à explosão, Bataille observa que muitas vezes esse detalhe importante não está inserido em nossos cálculos de interesse. Agir convenientemente é ter em vista a utilidade de nossos atos, calcada na vantagem, manutenção ou aumento. Esse cálculo não incluiria a sangria da pressão. Dessa forma, há certo consentimento da perda do excedente que não terá utilidade, a sangria, a perda inevitável.

A pressão tem alguns efeitos, a extensão, por exemplo, e a dilapidação ou luxo e a morte. Essa extensão produz excessos como “l’excès déraisonnables de la mort” (BATAILLE, 2011, p. 61). A expansão e a dilapidação promovem o movimento do crescimento, relacionado à movimentação do ato de produzir e consumir. Esse excedente está ligado a um sentimento de maldição e então um superexcedente toma o sentido de parte maldita.

Bataille leva algum tempo apresentando os desdobramentos do movimento da pressão para a exuberância da vida, que ultrapassa a movimentação padrão entre produção e consumo. Apresenta o que ele chama de dados históricos, para dar conta dessas ideias: o trabalho para os Astecas; o sacrifício; a dádiva (e o Potlatch); a religião muçulmana; o lamaísmo; até chegar à sociedade industrial, ao mundo burguês, e à experiência soviética.

O incômodo dessa “parte” aparece finalmente porque ela é destituída das formas clássicas relacionadas ao consumo. Uma experiência de improdutividade dos atos humanos e da experiência da vida é vista com muito temor, uma vez que está desprovida da lógica da produção consumo, e portanto da utilidade. O que não é útil ameaça. E, dentro dos campos científicos, para alguns setores da ciência normal hegemônica, o lazer nem deveria ser estudado.

## **O lazer como política nos espaços públicos urbanos**

Com o debate entre duas concepções atreladas à noção moderna de lazer, e a partir de diversos estudos do campo atual do lazer, é possível perceber a diversidade de práticas que são estudadas para construir esse mesmo “campo do lazer”, e que não necessariamente passam pela primeira situação e nem pela segunda. Nem são trabalho/lazer nem são despesa improdutiva.

Estudos sobre jogos infantis, leitura, práticas corporais esportivas, festas, passeios, turismo, são agora realizados. Uma diversidade enorme de práticas passa a ser incorporada a esse campo, e as nuances entre trabalho, atividades socioeducativas, bricolagem, visitas familiares, passeios, até chegar ao gasto improdutivo, às festas e aos jogos, compõem o mosaico do lazer “pós-moderno”.

Nesse caso, a partir da ampliação do campo, e das nuances da nova vida do capital - derivada, é claro, dos mecanismos relatados por Marx, ainda pulsantes - é possível um reposicionamento da noção de lazer, uma vez que as nuances entre produção e improdução no mundo atual indicam as práticas híbridas que estão sim no campo desses estudos.

Chegamos, portanto, ao entendimento de que a dicotomia clássica de interpretação do lazer é rompida pela diversidade das práticas humanas atuais, o que obriga esse campo a se reposicionar, e logo dar conta das “nuances” e das formas híbridas. Chegamos assim à metade de nossa caminhada, de nossa pequena aventura.

Uma outra grande questão é, sendo o lazer, ou essas tais práticas diversas, híbridas, definidas por ideias de não obrigatoriedade, prazer, desprendimento etc., e é essa dimensão que imprime uma espécie de “dessentido” nas ações, isso poderia de alguma forma representar a diversidade de práticas que temos hoje, inclusive no Brasil, nas ocupações da ruas pelas pessoas, em ações coletivas e em produções estéticas e performáticas do estar-junto social?

O que eu me pergunto é se é possível que práticas tão despreziosas possam trazer de alguma forma atitudes políticas nas formas e conteúdos com os quais se manifestam atualmente. Nesse sentido, é preciso compreender o lazer a partir da ocupação dos espaços públicos, de práticas coletivas que são produzidas em situações públicas.

E mais ainda, e aqui ganham contornos de práticas de resistência, tais práticas quando partem de grupos que não fazem parte do ideário de vida normal, que é simbolizado como ideal, das classes média e média-alta das cidades, que definem pelo gosto o que deve ser considerado como práticas de lazer, a potência transgressora e de ruptura explode. Quais seriam os elementos que fazem com que essas ocupações dos espaços públicos por ‘públicos’ cada vez mais numerosos e diversificados, não autorizados, sejam ao mesmo tempo despreziosas e políticas? E de que forma o corpo na cidade aponta lazeres e posições, lazeres políticos? Essa leitura tem de ser originária do estudo do novo campo do lazer, e é um caminho sem volta. Pode significar até mesmo uma leitura naïf sobre os processos sociais, mas é um tema que trago a partir do estudo das performances urbanas, coletivas, festivas e políticas.

Para dar conta desse quadro, é possível identificar diversas dimensões políticas das práticas híbridas que estariam circunscritas ou não ao campo do lazer, e que se expressam no espaço público e estariam condizentes com determinadas características: a) as classes sociais que produzem essas práticas; b) os grupos e movimentos sociais a elas relacionados; e c) a estética produzida no estar-junto.

Assim, o que faz uma festa funk nas esquinas de ruas de bairros periféricos ter uma forma diferente e, ao mesmo tempo, um efeito próximo ao de uma manifestação que luta por direitos que estão sendo retirados? Isso não é a

transformação da festa como ato político reivindicatório, tampouco a redução ou o esvaziamento da manifestação de movimentos sociais ao sentido de prazer e de festa. Isso são práticas difusas, oblíquas e extremamente fortes.

A ideia aqui é trazer uma reflexão para as novas formas de atuação no espaço público. O drama social dos encontros e as situações da copresença, quem sabe, tragam elementos híbridos de lazer e reivindicação associados. Assim, essa realidade exemplifica uma transfiguração do ato político, e porque não dizer ao mesmo tempo do lazer, que se apresentará a partir de agora de forma diferente. Apresentam-se representando, performaticamente, na rua, na praça e em diversos locais públicos, tão representativos de práticas aparentemente dicotômicas, o lazer e a política. Isso é mais um desafio para nossas análises e nossos estudos.

A busca do conceito que explica a estética-política das ruas no Brasil atual, por exemplo, deixa claro que os espaços públicos, e principalmente a rua, é o lugar da efervescência de novas formas de ação política e de ocupações transfiguradas em sentidos múltiplos (BORDREUIL, 2005). Nesses espaços, que ainda resta para grupos e classes diferenciados, subalternizados ou mesmo excluídos, encontram-se atos de resistência, táticas e artifícios de visibilização e de reivindicação, assim como enfrentamentos. Neles é possível o exercício da amplificação da vida social.

Assim, é possível encontrar um gradiente que vai da cerimônia ao motim (BOULLIER, 2010) - mas esses extremos não seriam objeto de estudo de um novo campo do lazer. Os “rolezinhos” (encontros de jovens em áreas públicas organizados pelas redes sociais), os Flash Mobs (reuniões rápidas de pessoas geralmente em espaços públicos, para ação ensaiada – dança, música, registradas em vídeo e difundida em redes sociais), as feiras livres, os carrinhos de comida de rua, as festas (de santo, festas funks, aparelhagens, carnaval), os encontros reivindicatórios, gay prides, diversas são as possibilidades.

O carnaval, por exemplo, apresentou a maior crítica ao momento de ruptura democrática recente que o Brasil passou. No início de 2018, a escola de samba Paraíso do Tuiuti desfilou no Rio de Janeiro com o enredo “Meu Deus, meu Deus, está extinta a escravidão?”, com denúncias às atuais relações de trabalho e críticas aos “manifestoches”, manifestantes manipulados pelas grandes empresas de mídia. Mas isso é o ápice televisivo, no fundo, carnaval sempre apresentou tais possibilidades; como lembra Cardoso (2015), o bloco Mudança do Garcia, em Salvador, não só não participa da programação oficial da festa, como não possui trio elétrico associado

e traz militantes e membros de sindicatos protestando contra mazelas sociais e reivindicando direitos trabalhistas.



Foto 1 – Artista de Rua – Paris, França (Foto: Silvio Figueiredo, 2011).



Foto 2 – Manifestações em Belém, Brasil (Foto: Silvio Figueiredo, 2016).

As características das atuais práticas de lazer passam por elementos de diversas ordens: consumo forte; fronteiras e mobilidades híbridas; campo relacional com estratégias, táticas e artifícios; resultados imprevisíveis. São passadas ainda por ações de ocupação e sociabilidade nos espaços públicos, e tendem ainda a uma espécie de encontro do conceito de lazer com as formas infinitas de sociabilidade, expressas por performances urbanas.

## Conclusão

Uma sociologia do lazer que atua fortemente na composição dos estudos do lazer, mas que não está totalmente dentro dele, uma vez que essas interfaces extrapolam a análise do lazer como prática social, considerando os diversos estudos sobre esporte, entretenimento e economia da cultura, pressupõe efetivamente o estudos das práticas sociais e sociabilidades em espaços públicos.

Essas práticas se expressam muitas vezes por formas contestatórias, uma vez que o estar- junto, na rua, é potencializado pela força da transgressão, característica dessas aglomerações. Atitudes de solidariedade e afeto convivem com práticas abertamente contestatórias, que provêm dos grupos subalternizados quase sempre. No Brasil, a rua é sobrada para eles, já que ela é perigosa e põe em alerta os princípios da segurança das classes que não querem arriscar vivê-la. E não querem ver, da mesma forma, as apropriações inesperadas dos espaços, dos consumos, dos modelos disponíveis.

O rompimento da dicotomia lazer-trabalho, e da produção e improdução implicaria a elaboração de novas categorias que deem conta das práticas como elas hoje ocorrem. A festa desprentensiosa em um primeiro momento, apresenta potencial transformador o tempo todo, e é bom lembrar que se insere no campo do comunal.

## Referências

BAHIA, M. C. O lazer e as relações socioambientais em Belém-Pará. 2012. 300f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

BAHIA, M. C.; FIGUEIREDO, S. L. A construção social do lazer e sua trajetória científica. *Papers do NAEA*, n. 309. 2013.

BATAILLE, G. *La Part Maudite, précédé de la Notion de Dépense*. Paris: Minuit, 2011.

BORDREUIL, S. La rue sociable. Formes élémentaires et paradoxes. In: BRODY, J. (Dir.). *La rue*. Toulouse: Presses Universitaires Mirail, 2005. p. 239-249.

BOULLIER, D. *La ville événement, foules et publics urbains*. Paris : PUF, 2010.

CARDOSO, C. H. Mudança do Garcia: diversidade e alegria no carnaval baiano. In: TAVARES, F., BASSI, F. (Org.) Festas na Baía de Todos os Santos: visibilizando diversidades, territórios, sociabilidades. Salvador: Edufba, 2015. p. 17 a 27.

CHAUÍ, M. Introdução. In: LAFARGUE, P. *O Direito à preguiça*. São Paulo: Hucitec; UNESP, 1999. p. 9-56.

CORBIN, A. L'avènement des loisirs. In : CORBIN, A. (Org.). *L'avènement des loisirs, 1850-1960*. Paris :Flamarion, 2009.

CUNHA, N. *A felicidade imaginada: a negação do trabalho e do lazer*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

FERREIRA JUNIOR, A.; MARIN, R. A.; FIGUEIREDO, S. L. ¡AhíVienen-losDiablos! Narrativas e espaços de performance em um ritual de rebelião patrimonializado. *Aceno - Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, v. 4, p. 103-122, 2017.

FIGUEIREDO, S. J. L.; SARE, L. L. P. Usos e práticas do lazer e dos tempos livres: do consumo à procura pela felicidade. *Revista Brasileira de Estudos do Lazer*, v. 1, p. 148-164, 2014.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Florense, 1990.

LAFARGUE, P. *O Direito à preguiça*. São Paulo: Hucitec; Unesp, 1999.

LANFANT, M. F. *LesThéories du loisir*. Paris: PUF, 1972.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. Livro 1. v. 1.

RUSSELL, B. *Elogio do lazer*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

SAFATLE, V. *Quando as ruas queimam: manifesto pela emergência*. s/l: n-1 edições, 2017.

SUE, R. *Le Loisir*. Paris: PUF, 1993.

WERNECK, C. L. G. A Constituição do lazer como um campo de estudos científicos no Brasil: implicações do discurso sobre a cientificidade e autonomia deste campo. In: Encontro Nacional de Recreação e Lazer, 12, 2000, Balneário Camboriú, SC. *Coletânea...* Balneário Camboriú, SC: Roca; UVA, 2000a. p. 77 - 88.



Publicação diagramada, arte-finalizada  
e impressa na PRINT.COM. Composto  
na tipologia *Times New Roman*  
9/9,5/10,5/13/15. Miolo em papel AP Offset  
70g/m<sup>2</sup>, capa em Cartão Triplex 250g/m<sup>2</sup>.